



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO
DE COMUNICAÇÃO DE

engajamento

2019 - 2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

CÚPULA DIRETIVA 2019-2020

Presidente - Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira; **1º Vice-Presidente** - Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura; **2º Vice-Presidente** - Desembargador José Laurindo de Souza Netto; **Corregedor-Geral** - Desembargador José Augusto Gomes Aniceto;
Corregedor - Desembargador Luiz Cezar Nicolau.

CÚPULA ADMINISTRATIVA 2019-2020

Secretária – Maria Alice de Carvalho Panizzi; **Subsecretária** – Juliana Moreno Dias Paredes;
Diretora do Gabinete da Presidência - Fabiana M. Vasconcellos Marques Duarte;
Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura - Alexandre Arns Steiner;
Diretora do Departamento Econômico e Financeiro - Amarilis Vellozo Machado;
Diretor do Departamento de Gestão Documental - Fernando Wyatt Sobrinho;
Diretora do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados - Gianna Maria Cruz Bove Pereira;
Diretor-Geral da Escola de Servidores da Justiça Estadual – Desembargador Joatan Marcos de Carvalho; **Diretor do Departamento Judiciário** - José Luiz Faria de Macedo Filho;
Diretor do Departamento da Magistratura - Manuel José Pacheco;
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos - Marco Aurélio Lopes Podgurski;
Diretor de Comunicação e Cerimonial - Marden Lincoln Amaral Machado;
Diretora do Departamento do Patrimônio - Mariana da Costa Turra Brandão;
Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nelson Joaquim Santos;
Diretor da Assessoria de Recursos - Nelson Peralisi Junior;
Diretora da Central de Precatórios - Patrícia Caetano;
Diretor do Centro de Assistência Médica e Social - Paulo César Andriquetto;
Diretor do Departamento de Planejamento - Vinícius Rodrigues Lopes;
Supervisora do Centro de Digitalização - Daniela Ribas Rocha;
Supervisor do Centro de Transportes – Caue Basso Pucci;
Supervisora da Ouvidoria-Geral da Justiça - Roseliz Patitucci;
Coordenador do Núcleo de Controle Interno - Diego Saborido Gazziero;
Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça - Letícia Nicoletti Gilioli

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Desembargador Noeval de Quadros; Andréia Karla Dorce; Daniel Pereira Barbosa
Marden Lincoln Amaral Machado; Mariana Camila Borges Skraba
Maurício Cardoso Segundo

EQUIPE DE APOIO

Doutora Fabiana Silveira Karam; Altimar de Souza Junior; Cibelle Zaia Machado; Kamila Mendes Martins; Marcelo Oliveira dos Santos; Priscilla Kiyomi Endo; Vinicius Silva Nass; Vitorio Garcia Marini

DIAGRAMAÇÃO

Giovanna do Valle Marchesini Laufer

SUMÁRIO

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	10
MENSAGEM DO PRESIDENTE À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	12
ACESSIBILIDADE	14
Ciclo de Oficinas - Conhecendo a Deficiência	15
Digitalização de processos físicos por pessoas com deficiência auditiva	16
Promoção da acessibilidade e inclusão	18
ADOÇÃO	20
Adoção Segura	21
Aplicativo A.DOT	23
Conversando sobre nossos filhos - Grupo de pós-adoção	25
Encontro Nacional de Preparação On-line para Pretendentes à Adoção	27
Entrega Consciente	29
Escola Amiga da Adoção	30
Família Alvinegra	33
Família Legal	34
GAAT - Grupo de Apoio à Adoção de Toledo	36
Um Outro Destino - A entrega consciente em adoção	38
ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	40
Ação Cuidados com a Saúde Mental	237
Eu Com Verso	41
Projeto Amparo	42
Projeto Girassol	43
Rede de Ajuda CEJUSC/CORONAVÍRUS (RAC)	45
EDUCAÇÃO	47
Amigos do Povo	48
Aprendendo a Aprender	50
Borboletinhas	52
Café no Fórum	53
Cidadania em Cena	55
Combate à Evasão Escolar	57
Eleitor do Futuro	59
Escola de Pais/Mães	61
Escola Restaurativa	63
Jovens Promissores	65

Jovens Promissores na Socioeducação do Município de Toledo	67
Maria nas Escolas	68
Papo de Homem	69
Paz no Ambiente Escolar	70
Preparação de adolescentes para o mercado de trabalho	72
PROA - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem	74
Programa Comarca Sociorresponsável	76
Programa Jovem Cidadão no Mercado de Trabalho: inclusão e desenvolvimento	77
Programa Jovens Promissores	79
Projeto AJA - Qualificação e aprendizagem de adolescentes acolhidos	81
Reinserção Social pela Leitura	82
Rolê Cívico Paranaense	83
Rolê Cívico Virtual	86
Rolê Cultural	87
GESTÃO	89
Audiências Unas - Aplicação da Lei 9.099/95 em sua concepção máxima	90
Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais	92
Central de Movimentações Processuais	93
Conhecendo o Foro Extrajudicial	95
Digitalização de processos físicos por pessoas com deficiência auditiva	16
Diploma de Mérito Funcional	96
Encontro de Gestão Judiciária Sustentável	97
Encontro Regional da Administração com Magistrados e Servidores do Primeiro Grau de Jurisdição - ENCORAJ	98
Força-Tarefa reduz em mais de 40% acervo de JEC do interior	100
Informativo de Jurisprudência da Infância e da Juventude	102
Justiça no Bairro	162
Jurisprudência em Segredo de Justiça - Análise e Liberação de Ementas	104
Módulo de Jurisdição Extraordinária	105
Novo Repositório COVID-19	106
Núcleo de Inteligência da 2ª Vice-Presidência	107
Programa Formação de estagiários	109
Programa "Responsabilidade no Pagamento de Dívidas Judiciais pelos Entes Públicos - Selo Bom Pagador"	111
Projeto de Gestão de Riscos	112
Promoção da acessibilidade e inclusão	18
Promoção da cultura e de bem-estar	114
Recuperação de mobiliário realizado por apenados	116
Revista Eletrônica da Ouvidoria de Justiça	118
Revitalização da Assessoria de Recursos	119

TJPR e Copel visam o uso racional de energia elétrica	121
Usina Minigeradora Fotovoltaica do TJPR	123

INFÂNCIA E JUVENTUDE **125**

Adoção Segura	21
AdoleSendo	126
Café no Fórum	53
Cantinho do Acolhimento	128
Cidadania em Cena	129
Confiar	130
Criança e Adolescente Protegidos	131
Dedica - Olhares para a Infância e Juventude	133
Eleitor do Futuro	59
Falando sobre socioeducação	135
Família Alvinegra	33
Filho: "O bem que não se partilha"	137
Jovens Promissores	65
Jovens Promissores na Socioeducação do Município de Toledo	67
Justiça e Cidadania também se aprendem na escola	139
Informativo de Jurisprudência da Infância e da Juventude	102
Na medida que eu penso	141
Núcleo Promocional Pequeno Anjo	143
Pai Presente é Pai Responsável	145
PIA da 2ª Vice	147
Preparação de adolescentes para o mercado de trabalho	72
PROA - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem	74
Programa Interdisciplinar de Solução de Conflitos	148
Programa Jovem Cidadão no Mercado de Trabalho: inclusão e desenvolvimento	77
Programa Jovens Promissores	79
Projeto Construindo um Futuro	151
Projeto de Apadrinhamento -Carinho, Respeito e Amizade	153
Projeto Dindo	155
Semana da Criança e do Adolescente no Judiciário	157

JURISPRUDÊNCIA

Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais	92
Informativo de Jurisprudência da Infância e da Juventude	102
Jurisprudência em Segredo de Justiça - Análise e Liberação de Ementas	104
Novo Repositório COVID-19	106

JUSTIÇA PROATIVA **159**

A.P.P – Atendimento Presencial Postergado	160
---	-----

Justiça Itinerante – Paraná em Ação	161
Justiça no Bairro	162
Justiça Seja Feita	164
Operação Litoral 2019/2020	165
Programa Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos	168
Reforma da cadeia Pública de Arapoti	170
Semana da Criança e do Adolescente no Judiciário	157
Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa	288
MEDIDAS ALTERNATIVAS	172
CEMSU – Central de Medidas Socialmente Úteis	173
Custódia Restaurativa	175
MEIO AMBIENTE	
Encontro de Gestão Judiciária Sustentável	97
Recuperação de mobiliário realizado por apenados	116
TJPR e Copel visam o uso racional de energia elétrica	121
Usina Minigeradora Fotovoltaica do TJPR	123
MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO	177
História do Judiciário Paranaense	178
História do Judiciário Paranaense – Entrevistas	179
TJPR – 130 anos de história	180
MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	181
Capacitações em Mediação Judicial e Justiça Restaurativa	182
CECON – Centro de Conciliação dos Juizados Especiais	184
CEJUSC Bancário – Superendividamento – Equilibrando as Contas	185
CEJUSC “Da Casa Fácil”	187
CEJUSC Fazendário	189
CEJUSC Fundiário	191
CEJUSC NUMEC	193
CEJUSC PROCON	194
CEJUSC Recuperação Empresarial	196
CEJUSC Virtual	198
Circulando Relacionamentos	200
CONSEG Resolve	202
Eficiência na Judicialização da Saúde Suplementar	204
Escola Restaurativa	63
Falando em Família	205
Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	207
Justiça no Bairro	162
Pacificar é Divino	209

Participação na XIV Semana Nacional da Conciliação	211
Pertencer	213
Programa Resolve/CNJ – Expurgos inflacionários nas contas de poupança – Mutirões de Adesão Voluntária ao Acordo Coletivo	214
RESSOCIALIZAÇÃO	216
Central de Reflexão	217
Circulando Relacionamentos	200
Custódia Restaurativa	175
Daqui pra Frente	219
E agora José?	221
Falando sobre socioeducação	135
Jovens Promissores na Socioeducação do Município de Toledo	67
Na medida que eu penso	141
Ofício no Cárcere	222
Preparação de adolescentes para o mercado de trabalho	72
Projeto AJA - Qualificação e aprendizagem de adolescentes acolhidos	81
Projeto Amparo	42
Projeto Construindo um Futuro	151
Projeto de Integração Social Pela Arte	224
Projeto Flor de Mandacaru	226
Projeto Qualidade de Vida	228
Projeto Restaurando Vínculos	230
Reinserção Social pela Leitura	82
Ressocializando pelo Amor aos Animais	232
Travessia	234
SAÚDE	236
Ação Cuidados com a Saúde Mental	237
Ação Saúde do Coração	239
Eficiência na Judicialização da Saúde Suplementar	204
Meditação no TJPR	241
Na Balança	243
Quick massage no Poder Judiciário do Paraná	245
TECNOLOGIA	247
Aplicativo A.DOT	23
A.P.P – Atendimento Presencial Postergado	160
Citação e Intimação Online	248
EXCUBITOR – Gestão de Audiências	249
Fórum de Conciliação Virtual	250
Intimação por WhatsApp nos Juizados Especiais	252

Juizado Consensual de Trânsito – B@TEU	254
Novo Repositório COVID-19	106
PRODARF	256
QR CODE na Ouvidoria do TJPR	258
Sala de testes – Audiências por Videoconferência	259
Sustentação Oral por Videoconferência nas Turmas Recursais	260
Usina Minigeradora Fotovoltaica do TJPR	123
TRÂNSITO	262
Juizado Consensual de Trânsito – B@TEU	254
Prossiga	263
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	265
AMAM: Associação de Mulheres que Acolhem Mulheres	266
Borboletinhas	52
Central de Reflexão	217
Circulando Relacionamentos	200
Daqui pra Frente	219
Desatando Nós	267
E agora José?	221
Enredando Caminhos	268
Espaço Mulher	269
Grupo de Apoio no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	271
Humaniza	272
Implantação da Patrulha Maria da Penha	273
Justiça Restaurativa e as Duas Faces da Moeda	275
Maria nos Bairros	277
Papo de Homem	69
Parâmetros de atuação do Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e anexos de Ponta Grossa	278
Plantão de Acolhimento Psicológico - PLAPSI	280
Plantão Social	282
Projeto de Combate à Violência Doméstica	283
Projeto Flor de Mandacaru	226
Reconhecer	285
Retratos	286
Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa	288
Viva em Paz	290
ÍNDICE REMISSIVO	292

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná tornou-se oficialmente signatário do Pacto Global em 07 de janeiro de 2019.

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que incentiva empresas e organizações a alinharem suas estratégias e operações a 10 Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, a desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade e também contribuir para o cumprimento da Agenda 2030, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
RELACIONADOS AOS PROJETOS:**



Respeitar e apoiar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente



Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos



Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva



A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório



A abolição efetiva do trabalho infantil



Estimular práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego



Assumir práticas que adotem uma abordagem preventiva aos desafios ambientais



Desenvolver iniciativas e práticas para promover maior responsabilidade ambiental



Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis



Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina

MENSAGEM DO PRESIDENTE À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Com imensa honra, ao aderir ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) assumiu o compromisso de respeitar os 10 Princípios Universais e de realizar ações que concretizem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O órgão de representação do Poder Judiciário estadual paranaense está situado em Curitiba, capital do estado, e é um dos cinco maiores tribunais do Brasil.

Ele conta com a atuação de mais de 18.000 pessoas em seu corpo funcional, incluídos magistrados, servidores, estagiários, juízes leigos, conciliadores, voluntários, além da grande comunidade que frequenta diariamente as dependências forenses. O órgão subdivide-se administrativamente em 161 comarcas, que atendem uma população estimada de 11.516.840 de habitantes no Estado do Paraná (dados do IBGE/2020).

A magnitude desses números exige medidas enérgicas por parte dos órgãos públicos para minimizar o impacto de suas atividades no meio ambiente e para promover princípios humanitários universalmente aceitos, tais como os acolhidos pelo Pacto Global.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná cumpre com as normativas oriundas dos órgãos de controle em matéria de desenvolvimento sustentável, com especial destaque às provenientes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão administrativo máximo de fiscalização do Poder Judiciário nacional.

Dentre os documentos de grande relevância no âmbito desta Corte, está o Plano de Logística Sustentável (PLS-TJPR), alinhado ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas. Esse plano é ato de caráter normativo, norteador das ações do Poder Judiciário do Estado do Paraná e tem por finalidade determinar prestações positivas na área socioambiental em todos os segmentos da administração judiciária.

No que se refere às ações concretas, o TJPR é um dos 11 tribunais brasileiros que alcançaram o percentual de 100% de processos eletrônicos nos dois graus de jurisdição.

O cumprimento dessa meta permitiu ao Tribunal de Justiça do Paraná manter o atendimento jurisdicional à população, com elevados índices de produtividade, desde o início da pandemia ocasionada pela COVID-19, cujos efeitos críticos foram sentidos no Paraná a partir de meados de março de 2020.

A eficiência energética é também objetivo dos mais importantes na administração desta Corte, com destaque para a habilitação do TJPR em chamada pública para o fornecimento de lâmpadas LED e o descarte ambientalmente correto das previamente utilizadas nas dependências do Poder Judiciário. Está em curso também a construção de Usina Minigeradora Fotovoltaica do Judiciário Paranaense com o objetivo de gerar energia por meio de radiação solar e reduzir as despesas com energia elétrica.

Além disso, há projetos em conclusão ou em andamento em todas as áreas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Pac-

to Global da ONU, o que será exposto nos capítulos seguintes deste documento, com as devidas considerações e referências aos responsáveis por cada uma das iniciativas.

Assim, transcorridos dois anos de nosso engajamento nessa ação internacional, o encaminhamento deste Relatório à Organização das Nações Unidas demonstra e renova nosso severo comprometimento com o Pacto Global.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, primeiro tribunal estadual do Brasil a subscrever o acordo, reconhece na valorosa iniciativa da ONU grandes possibilidades para que, a partir dela, se estabeleça um novo ciclo de desenvolvimento humano, mais próspero, racional e justo para a presente e para futuras gerações.

Mais do que apenas uma intenção, esse é um dos propósitos fundamentais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no cumprimento de seus deveres institucionais.

Por fim, tenho o prazer de confirmar que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reafirma o seu apoio ao Pacto Global das Nações Unidas e da sua missão em promover a sustentabilidade corporativa nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

Nesta Comunicação de Engajamento são descritas as ações realizadas pelo TJPR durante os anos de 2019 e 2020 para apoiar continuamente o Pacto Global da ONU e seus princípios fundamentais. Também nos comprometemos a compartilhar essas informações com as partes interessadas, utilizando nossos principais canais de comunicação.

Adalberto Jorge Xisto Pereira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

ACESSIBILIDADE



Ciclo de Oficinas - Conhecendo a Deficiência

Comarca: Curitiba

Realizado por: Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e Escola de Servidores da Justiça Estadual (ESEJE)

Data de criação: 30/07/2019

Situação: em andamento

O que é

Ação de sensibilização e capacitação sobre as deficiências visual, auditiva, física, intelectual e espectro autista.

Objetivo

Sensibilizar e capacitar os servidores e estagiários do TJPR quanto às particularidades de cada deficiência, com depoimento de servidor com deficiência e atividade orientada de vivência a fim de aperfeiçoar as relações de trabalho e atendimento ao público com deficiência.

Forma de Atuação

Atividade presencial posteriormente disponibilizada no ambiente EAD da ESEJE. Em cada oficina foi abordada uma deficiência, iniciando com palestra informativa sobre suas particularidades, seguida de entrevista com um servidor e finalizada com atividades orientadas de vivência da deficiência (representação de situações cotidianas das pessoas com deficiência).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)





Digitalização de processos físicos por pessoas com deficiência auditiva

Comarca: Curitiba

Realizado por: Departamento de Gestão Documental e Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Data de criação: 16/02/2014

Situação: Em Andamento

O que é

É a digitalização de processos físicos por deficientes auditivos. O requisito principal é que o colaborador tenha deficiência auditiva e, ainda, o supervisor do projeto deve ser habilitado em LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais).

Objetivo

Promover a inclusão social desses colaboradores, que, por meio das atividades desenvolvidas e de seu reconhecimento como pessoas produtivas, desenvolvem o senso coletivo e ampliam as amizades. É notória a maturidade deles, o que torna mais simples estabelecer as regras disciplinares e operacionais, tendo como consequência maior harmonia no local de trabalho e melhor produtividade.

Forma de Atuação

Todo trabalho realizado é monitorado e acompanhado por um rigoroso controle interno. Os colaboradores atuam com foco e disciplina, o que garante elevada produção, o que atende ao princípio da administração pú-

blica da eficiência, que exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. A prestação de serviço decorre da formalização do Contrato nº 369/2019.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)





Promoção da acessibilidade e inclusão

Comarca: Todo o estado do Paraná.

Realizado por: Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e da Escola de Servidores da Justiça Estadual (ESEJE)

Situação: Em Andamento

O que é

São atividades realizadas para conhecer as pessoas com deficiência que trabalham no Tribunal; sensibilizar e capacitar servidores e magistrados sobre as deficiências visual, auditiva, física, intelectual e espectro autista; e divulgar a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que ocorre anualmente no período de 21 a 28 de agosto.

Objetivo

Sensibilizar e capacitar magistrados, servidores e estagiários do TJPR quanto às particularidades de cada deficiência.

Forma de Atuação

Foi realizado o 1º Encontro dos servidores com deficiência do TJPR, no qual foram realizadas atividades presenciais, em que os participantes são expostos a situações vivenciadas pelas pessoas portadoras de deficiência, com intuito de que se sensibilizem para a realidade do dia a dia dessas pessoas. Ainda, foram produzidos e divulgados 5 vídeos de conscientização quanto às questões de inclusão, acessibilidade e tratamento de pes-

soas com deficiência. Outras atuações incluem: Capacitação para comunicação com a pessoa surda e Webinários “Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla”

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Respeitar e apoiar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente
- Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos
- Estimular práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego
- Trabalho decente e crescimento econômico
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



ADOÇÃO



Adoção Segura

Comarca: Maringá

Realizado por: Vara da Infância e Juventude

Data de criação: 10/10/2016

Situação: em andamento

O que é

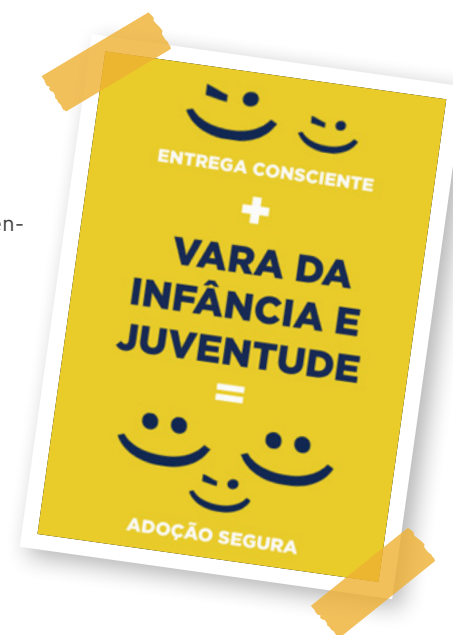
Informa sobre entrega voluntária para adoção e procedimentos para adoção de crianças e adolescentes.

Objetivo

O objetivo geral do projeto é criar e difundir em Maringá e região a cultura da adoção segura, que é aquela feita por meio do Poder Judiciário, observando as regras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

São objetivos específicos do projeto:

- o Orientar técnicos que trabalham na Rede de Proteção (CREAS, CRAS, Hospitais Públicos, Postos de Saúde, entidades de acolhimento, CAPS, Conselhos Tutelares, etc.) sobre a legalidade da entrega voluntária para adoção e como devem atuar diante de atendimento de casos em que os pais manifestam o desejo de entregar o(a) filho(a) para adoção;
- o Informar aos pais que é possível e que está prevista em lei a entrega voluntária de filho(a) para adoção na Vara da Infância e Juventude e orientá-los sobre o procedimento a ser adotado, escla-



recendo que a entrega não constitui crime e não há nenhum tipo de responsabilização; e

- o Conscientizar as pessoas que têm interesse em adotar a respeito do procedimento previsto em lei e sobre a importância de ser rigorosamente observada a legislação.

Forma de Atuação

Desde o lançamento do projeto, estão sendo realizados, de forma contínua, eventos informativos, encontros com públicos específicos (agentes comunitários de saúde, médicos e funcionários de maternidades, professores, líderes religiosos, entidades filantrópicas, etc.) e concessão de entrevistas à imprensa a fim de reforçar as informações, entregar materiais informativos, dissipar dúvidas e consolidar a cultura da adoção segura em Maringá e região.

Já foram realizados eventos em todas as maternidades públicas de Maringá, com a presença de atendentes, técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos e funcionários dos setores de serviço social e psicologia, com o objetivo de consolidar o conhecimento acerca da adoção e da entrega voluntária para adoção, esclarecendo sobre as condutas a serem tomadas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Aplicativo A.DOT

Comarca: Em funcionamento em todo o território nacional

Realizado por: Corregedoria-Geral da Justiça e pelo Conselho de Supervisão das Varas da Infância e da Juventude do Paraná – CONSIJ. Executado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA.

Data da criação: 25/05/2018.

Situação: em andamento

O que é

O aplicativo A.DOT é uma plataforma digital que faz o vínculo das crianças em condições de adoção com os pretendentes habilitados. Tem como objetivo dar às crianças e aos adolescentes que não encontraram pretendentes habilitados nos cadastros de adoção (local e nacional) uma nova chance de serem inseridos em uma família, assegurando, assim, o direito à convivência familiar.

Objetivo

Encontrar famílias para crianças e adolescentes que estão em condições de adoção e não possuem pretendentes habilitados que demonstrem interesse quando se consulta o Sistema Nacional de Adoção. O intuito principal é garantir às crianças e aos adolescentes o direito fundamental à convivência familiar por meio da adoção.



Forma de atuação

Nesse aplicativo, disponível para as plataformas Android e IOS, são incluídos os cadastros simplificados, além de fotos e vídeos, de crianças com idade a partir de 7 anos, de adolescentes, de crianças e adolescentes com deficiência ou problemas de saúde e de grupos de irmãos que se encontram em situação de acolhimento institucional ou familiar – todos em condições de adoção e que, por meio de consulta ao Sistema Nacional de Adoção (SNA), não tenham encontrado pretendentes disponíveis e interessados. Na outra ponta, os pretendentes aptos à adoção, inscritos no SNA, realizam seu cadastro, que é validado e, a partir disso, por meio de filtros, identificam e demonstram interesse em algum dos perfis de adotandos apresentados. Inicia-se, assim, o caminho para um contato futuro, com toda a supervisão do Poder Judiciário. A visibilidade dá-se por meio da inclusão de fotos, desenhos, cartas e vídeos, nos quais a criança ou o adolescente fala de si e de suas expectativas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar, paz, justiça e instituições eficazes.

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia do direito à convivência familiar.

[Mais informações](#)



Conversando sobre nossos filhos - Grupo de pós-adoção

Comarca: Toledo

Realizado por: Vara da Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 01/03/2018

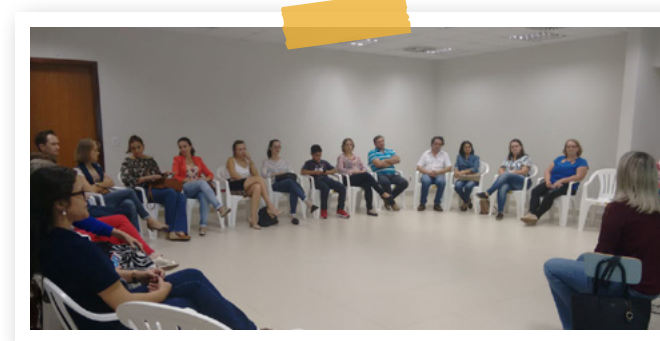
Situação: em andamento

O que é

O projeto propõe a realização de acompanhamento e orientações às famílias que obtiveram a guarda de crianças e adolescentes com a finalidade de adoção por meio da operacionalização de grupos reflexivos que contam com a participação de pais por adoção.

Objetivos

- o Orientar e apoiar as famílias que obtêm guarda provisória para fins de adoção;
- o Orientar as famílias sobre estratégias de enfrentamento de dificuldades, promovendo a superação de mitos em torno da adoção;



- o Favorecer a adaptação familiar e prevenir a ruptura prematura de laços que começam ser construídos;
- o Permitir a construção de um espaço de trocas e compartilhamento de experiências para a construção de atitudes positivas diante da adoção.

Forma de Atuação

São realizados encontros mensais, com duração aproximada de duas horas, com a participação de famílias já formadas por adoção e com aqueles que iniciaram o período denominado “estágio de convivência”. São definidas temáticas a serem abordadas em cada encontro, com a presença de profissionais e convidados para debater as questões relativas à adoção. Proporciona-se um ambiente para que as famílias conversem sobre os temas, apresentem dúvidas e compartilhem vivências. Aquelas famílias que assumem a guarda provisória são inseridas imediatamente no grupo, com a exigência de participação em 06 encontros.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Encontro Nacional de Preparação On-line para Pretendentes à Adoção

Comarca: Curitiba

Realizado por: Corregedoria-Geral da Justiça, Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ) e Coordenadoria da Infância e da Juventude

Data da criação: 05/2017

Situação: em andamento



O que é

O Encontro, que vem sendo realizado duas vezes ao ano, apresenta palestras de Juízes, profissionais do Judiciário, grupos de apoio, profissionais das casas de acolhimento, pais e filhos por adoção, entre outros. A estratégia não se esgota na transmissão e pode ser complementada com outras ações que os profissionais entendam serem pertinentes. Até sua 5ª edição, foi exclusivamente telepresencial, com chat para as dúvidas em tempo real. A partir da 6ª edição, dentro da plataforma da universidade parceira, será no formato EAD, com encontros telepresenciais.

Objetivo

Garantir acesso à preparação psicossocial e jurídica dos pretendentes à adoção, preconizada no art. 50, §3º e o art. 197-C, §1º, do ECA, em comarcas do Paraná que ainda não dispõem de equipe técnica para realizá-la.

Forma de atuação

Após a inscrição das comarcas para receberem o sinal de transmissão, bem como dos interessados em participar, os encontros são realizados em Curitiba, com vários palestrantes de todo Brasil, e transmitidos ao vivo para todas as comarcas inscritas.

A proposta contempla encontros em seis módulos, sendo dois por semana. A temática tem uma linha central e, a cada edição, conforme é percebido pela equipe nas avaliações e a partir das perguntas sobre os temas abordados, há adequação para a edição seguinte. Os participantes acompanham a transmissão no Fórum da Comarca mais próxima de sua residência ou no Polo da Uninter de sua cidade (em torno de 900 em todo o país) que tiver solicitado o ponto de recepção. Podem participar do *Encontro de Preparação On-line* os postulantes que se encontram em processo de habilitação, bem como a rede de apoio do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (servidores do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Instituições de Acolhimento, profissionais da política de Assistência Social, Saúde e Educação) de todo Brasil. Durante a transmissão, um canal de comunicação (chat) fica aberto, por meio do qual os responsáveis técnicos encaminham as dúvidas que surgem no decorrer das exposições aos palestrantes para serem respondidas ao final de cada módulo. O certificado é fornecido, exclusivamente, aos que obtêm frequência de 100% (cem por cento) nos encontros.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- o Saúde e bem-estar, paz, justiça e instituições eficazes.

Macrodesafios do Poder Judiciário:

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania.

[Mais informações](#)



Entrega Consciente

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Vara da Infância e Juventude

Data de criação: 01/04/2013

Situação: em andamento

O que é

Capacitação de profissionais da área da saúde sobre o direito da mulher em entregar o filho para adoção.

Objetivo

Orientar gestantes e profissionais da saúde sobre adoção legal, fornecendo informações de cunho prático a respeito dos procedimentos adequados nas situações em que a gestante deseja entregar o filho à adoção.

Forma de Atuação

Capacitações das equipes das Unidades de Saúde dos bairros e das equipes de enfermagem das maternidades por meio de entrega de folders e cartazes informativos, além de orientação para formação de multiplicadores.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Escola Amiga da Adoção

Comarca: Toledo

Realizado por: Vara da Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 01/09/2017

Situação: em andamento

O que é

Promove a conscientização da sociedade em relação ao tema da adoção e ajuda a desenvolver uma cultura de adoção, superando mitos e preconceitos por meio da sensibilização de gestores e educadores em relação ao assunto e da aplicação de práticas educativas em torno da adoção.

Objetivos:

GERAIS

- o Promover a conscientização da sociedade em relação ao tema da adoção e o desenvolvimento de uma cultura de adoção sem mitos e preconceitos;
- o



Sensibilizar as equipes das escolas em relação à importância do tema, suas especificidades e possibilidades de atuação em relação ao assunto.

ESPECÍFICOS

- o Conscientizar e sensibilizar os gestores para a importância da inclusão do tema da adoção no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola;
- o Propiciar a compreensão da importância da temática da adoção no processo de formação da cidadania;
- o Oferecer informações para coordenadores e professores a fim de lidarem melhor com as especificidades da adoção nas escolas;
- o Esclarecer dúvidas acerca do tema, buscando a desmistificação e superação de preconceitos em relação à filiação adotiva;
- o Assinar termo de compromisso para atuação das escolas na conscientização sobre a adoção junto aos pais, alunos e comunidade, estabelecendo atividades em comemoração ao Dia da Adoção.

Forma de Atuação

Na primeira fase é realizada uma reunião com a equipe pedagógica de cada escola para conscientização e sensibilização acerca do tema, bem como apresentação do projeto.

A segunda fase consiste na realização de atividade expositiva e dialogada com grupos de professores de cada escola. Ao final, é realizada a apresentação e assinatura de termo de compromisso para a atuação da escola na conscientização sobre adoção.

A parte expositiva abrange os seguintes tópicos: a) conceito de família contemporânea; b) adoção: conceitualização e legislação; c) mitos acerca

da adoção; d) escola como espaço de socialização, formação de cidadania e diversidade; e) estratégias para práticas docentes que incluam a adoção.

A parte dialogada tem como base a abertura para perguntas e trocas de ideias por parte dos professores com os representantes do Núcleo de Apoio Especializado a Criança e Adolescente (NAE).

O termo de compromisso é apresentado de maneira expositiva para todos os professores e assinado pelo responsável pela equipe pedagógica da escola e direção. Após a assinatura do referido termo, a equipe escolar encaminha ao NAE os registros das atividades relativas ao tema ou outras adaptações pedagógicas inclusivas relacionadas à adoção. A partir disso, emite-se uma certificação à escola que passa a ser considerada uma “Escola Amiga da Adoção”.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Família Alvinegra

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de Ponta Grossa

Data de criação: 22/05/2018

Situação: em andamento



O que é

Uma parceria com a Vara da Infância e Juventude para a divulgação dos Programas “Lar Afetivo”, “Adoção”, “Adoção Tardia”, “Família Acolhedora” e “Novo Amigo”.

Objetivo

Dar visibilidade aos programas desenvolvidos pela Vara da Infância e Juventude em cumprimento ao artigo 92 do ECA, incisos VII e IX, que atendem crianças e adolescentes com medida de proteção de acolhimento.

Forma de Atuação

Nos jogos do Operário Ferroviário e no site do Projeto Família Alvinegra são realizadas as divulgações dos programas desenvolvidos pela Vara da Infância e Juventude. Além disso, a fim de dar visibilidade à questão, crianças e adolescentes acolhidos entram em campo acompanhando os jogadores em dias de jogos do time.

É oferecido pelo projeto, também, todo o apoio e logística para que as crianças e adolescentes possam participar da partida e são promovidos passeios ao campo com a presença dos jogadores.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Família Legal

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Vara da Infância e Juventude

Data de criação: 12/01/2016

Situação: em andamento

O que é

Regularização de situações de guarda e adoção cujas crianças e adolescentes já estão sob os cuidados de familiares ou terceiros, com a convivência adaptada e a existência do reconhecimento familiar mútuo.



Objetivo

Promover ações coletivas visando a regularização judicial das situações de adoção e guarda de crianças e adolescentes do município de Ponta Grossa que já se encontram na convivência de familiares ou terceiros.

Forma de Atuação

Após a realização da primeira ação coletiva, convencionou-se que as demandas identificadas para o projeto são encaminhadas continuamente ao NEDDIJ por meio de formulário específico, sendo que as ações ajuizadas referentes ao projeto são identificadas. Convencionou-se, ainda, que serão realizadas ações coletivas ao menos anualmente para atendimento dos casos levantados através da rede pública de educação e dos requerimentos de documentos junto à Vara da Infância e Juventude.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





GAAT - Grupo de Apoio à Adoção de Toledo

Comarca: Toledo

Realizado por: Vara da Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 26/06/2008

Situação: em andamento

O que é

O GAAT busca divulgar a adoção legal, fomentar atividades relativas à adoção dentro da comunidade e orientar e preparar os interessados em adotar, colaborando com a garantia do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária.

Objetivos:

- o Fomentar atividades relativas à adoção dentro da comunidade, como entrevistas, palestras, eventos comemorativos e informativos;
- o Fomentar situações favoráveis à troca de informações e de experiências no GAAT;
- o Orientar e preparar os pretendentes à adoção, através de encontros, palestras e depoimentos visando prepará-los para as responsabilidades subsequentes à adoção;
- o Estimular posturas favoráveis à adoção (seja a de caráter tardio, a de outros padrões étnico-racial, a de limitações físico-mentais)
- o Colaborar com a garantia do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, inscrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



Forma de Atuação

O GAAT desenvolve três grandes ações durante o ano:

- 1** Grande encontro: É destinado às famílias que já adotaram, aos novos candidatos à adoção e à rede de atendimento de proteção social do município. É um momento de troca de experiências e de informações sobre adoção.
- 2** Seis passos para adoção: São encontros mensais que acontecem nas dependências do Fórum da Comarca de Toledo e que são destinados à preparação dos candidatos a pais. É uma atividade obrigatória, formativa e avaliativa.

Os assuntos compreendidos nos “seis passos” são:

- o Primeiro Passo: os aspectos legais da adoção;
 - o Segundo Passo: vínculos de amor no coração;
 - o Terceiro Passo: a criança e sua história;
 - o Quarto Passo: vínculo e vida cotidiana - a chegada do filho;
 - o Quinto Passo: amar e educar filhos;
 - o Sexto Passo: ser pais;
- 3** A confraternização: Momento de encontro das famílias formadas pela adoção e também daqueles que concluíram a participação nos “seis passos para adoção” e que irão receber o certificado. É um encontro anual, geralmente um almoço, com o objetivo de fortalecer a causa da adoção e naturalizar a filiação adotiva.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Um Outro Destino - A entrega consciente em adoção

Comarca: Toledo

Realizado por: Vara da Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 23/05/2018

Situação: em andamento



O que é

Esclarece aspectos legais e psicossociais da entrega em adoção. Pretende-se obter uma aproximação com os profissionais da Rede de Proteção, oportunizando o acesso à informação em relação à entrega legal para adoção. A partir das ações do projeto se viabiliza que gestantes, que por algum motivo não possam ficar com o bebê, recebam o apoio e suporte profissional adequado para tomar a decisão de forma consciente. Desta forma, também se previne casos de abandono e violência.

O projeto busca ser um fórum permanente de debate sobre o tema na Comarca, expandindo, em 2019, as reuniões de esclarecimentos para outros órgãos da rede de proteção do município.

Objetivos

GERAIS

- o Capacitar sobre os aspectos legais da entrega de crianças para a adoção e os motivos que podem levar a mulher a recorrer a essa

medida, bem como destacar a diferença entre entrega e abandono para as equipes das nove Unidades Básicas de Saúde do interior do Município de Toledo.

ESPECÍFICOS

- o Contribuir para a aproximação dos profissionais da rede com a equipe no NAE;
- o Combater o julgamento e preconceito em torno da mulher que entrega o filho à adoção;
- o Diminuir os casos de abandono e violência infantil por mães que não têm vínculos afetivos com seus filhos;

Forma de Atuação

As ações já desenvolvidas envolveram esclarecimentos à rede de proteção, em reunião ampla ocorrida em 2019; atividades de conscientização e esclarecimento com participação de médicos da rede pública municipal; reuniões em todas as Unidades Básicas de Saúde do município de Toledo, levando conhecimento e tirando dúvidas. Para auxiliar na divulgação e execução do projeto foram confeccionados cartazes e folders explicativos para distribuição na comunidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



ATENDIMENTO PSICOLÓGICO



Eu Com Verso

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 14/01/2019

Situação: em andamento



O que é

Apoio psicológico ofertado a vítimas de crimes, tendo como objetivo principal auxiliá-las a transpor toda dor e sofrimento causados.

Objetivo

Ofertar suporte e apoio a vítimas diretas e indiretas. Promover um sistema de assistência às vítimas para auxiliar no desenvolvimento de recursos psíquicos que proporcionem atitudes positivas frente às consequências da violência, bem como promover a reconstrução de laços sociais, a confiança na Justiça e o exercício da cidadania.

Forma de Atuação

Oferta apoio às vítimas, diretas e indiretas, por meio de atendimento psicológico individual, realização de círculos familiares para fortalecimento de vínculos, realização de círculos de vítimas para empoderamento e fortalecimento individual, além do fornecimento de informações processuais, acompanhamento no Tribunal do Júri (quando for o caso) e encaminhamento para a rede de atendimento, conforme a demanda apresentada.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Projeto Amparo

Comarca: Maringá

Realizado por: 1ª Vara Criminal

Data de criação: 01/02/2016

Situação: em andamento

O que é

Atendimento psicossocioassistencial a autuados em flagrante que obtêm liberdade em audiências de custódia e a vítimas de crimes patrimoniais sob a metodologia da Justiça Restaurativa.

Objetivo

Promover espaço de fala e escuta qualificada; motivar a responsabilização pelo ato cometido; elencar valores sociais, familiares e pessoais; colaborar com a inclusão/reintegração social; realizar orientações e encaminhamentos para rede psicossocioassistencial do município; reduzir da reincidência criminal; desestimular novos crimes; e promover apoio psicossocial às vítimas de furto/roubo, facilitando o empoderamento em relação ao ato sofrido.

Forma de Atuação

Após a obtenção da liberdade, os autuados são encaminhados ao projeto no próprio Fórum junto à 1ª Vara Criminal. Então, são realizadas duas entrevistas individuais; cinco encontros em grupo, sob a metodologia da Justiça Restaurativa; e um encontro posterior, com as mesmas diretrizes, princípios e valores. Para as vítimas, o projeto ainda está em fase inicial, apenas realizando entrevistas individuais (atividades em grupo serão iniciadas futuramente).

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Projeto Girassol

Comarca: Toledo

Realizado por: Vara da Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 03/02/2020

Situação: Planejada

O que é

Atendimento especializado e práticas restaurativas para vítimas diretas e indiretas de violência.

Objetivos

GERAL

- Desenvolver atividades que permitam que vítimas de violência ressignifiquem as situações vivenciadas, proporcionando a superação do dano e do sofrimento.

ESPECÍFICOS

- Proporcionar um espaço de escuta sigilosa e de acolhimento para essas vítimas.
- Possibilitar momentos de reflexão diante das significações que as vítimas indiretas possuem em relação ao contexto em que se encontram;
- Facilitar o acesso a informações, orientação jurídica e serviços públicos;



- o Esclarecer os procedimentos necessários por parte dos órgãos públicos aos quais devem recorrer diante de uma situação de violência;
- o Realizar atividades em grupo por meio de emprego de práticas restaurativas que possibilitem a construção de atitudes positivas para ressignificar as situações de violência;
- o Incentivar a criação de mais programas voltados às vítimas de violência nos municípios do Estado.

Forma de Atuação

Encontros semanais com duração de 90 minutos, realizados em local reservado do Fórum da Comarca de Toledo. Após a busca por atendimento, é realizado o acolhimento da vítima e a entrevista preliminar (triagem). A partir disso, são oferecidas orientações de acordo com a demanda e é apresentada a possibilidade de ingresso nas atividades em grupo. O grupo é conduzido sempre por duas facilitadoras.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



Rede de Ajuda CEJUSC/CORONAVÍRUS (RAC)

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Família

Data de criação: 08/04/2020

Situação: em andamento

O que é

Apoio psicossocial durante a pandemia de coronavírus (COVID-19).

Objetivo

Prestar serviços de acolhimento psicológico e primeiros socorros psicológicos com a finalidade de reduzir o estresse e prevenir futuras patologias em razão das questões atuais e suas consequências emocionais. A rede trabalha de maneira preventiva em função da redução na recorrência dos casos, evitando que possam se tornar um agravante prejudicial à saúde mental de cada indivíduo.

Tem como objetivos paralelos ainda auxiliar no atendimento de todo tipo de violência com o encaminhamento célere dos casos e, também, prestar atendimento e encaminhamento para demandas de ordem material, com a busca das redes de apoio social dos municípios.



Forma de Atuação

Presta serviço de acolhimento psicológico e primeiros socorros psicológicos durante a pandemia, com atendimento preferencialmente remoto, por meio de redes sociais a todos que possuem sintomas de ansiedade, tristeza, solidão, medo, angústia, sofrimento, dúvidas e incertezas, esgotamento e outros sintomas decorrentes do período atual vivido.

Atende remotamente quando procurada por meio das redes sociais do Judiciário local, e-mail ou contato telefônico e via WhatsApp.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Fome zero e agricultura sustentável
- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Igualdade de gênero
- o Redução das desigualdades
- o Cidades e comunidades sustentáveis
- o Consumo e produção responsáveis
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



EDUCAÇÃO



Amigos do Povo

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 29/10/2016

Situação: em andamento

O que é

Um canal de comunicação entre o Poder Judiciário e os cidadãos, conscientizando sobre direitos e obrigações e refletindo no efetivo exercício da cidadania.

Objetivo

Tem como finalidade promover a cidadania, contribuindo para uma sociedade mais equilibrada, de uma forma especialmente preventiva. Visa a aproximação do Poder Judiciário com as comunidades locais e a prestação de atendimentos sociais e coletivos. Também tem como finalidade trabalhar com as questões que envolvem segurança pública de maneira preventiva, aproximando os órgãos de polícia das comunidades.

Forma de Atuação

São realizados eventos interdisciplinares, nos quais o Judiciário fica em contato direto com os moradores, que podem contar também com serviços prestados pelas faculdades parceiras, outros órgãos de poder público e parceiros privados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- o Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)





Aprendendo a Aprender

Comarca: Toledo

Realizado por: Vara da Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 03/04/2019

Data de finalização: 03/12/2019

Situação: Concluído

O que é

Encontros realizados com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com privação de liberdade no Centro de Sócio Educação (CENSE) de Toledo e com adolescentes em situação de vulnerabilidade social acompanhados pelo Projeto Florir Toledo, programa municipal de fortalecimento comunitário.



Objetivo

Oferecer apoio pedagógico para que seja possível a efetiva inclusão escolar, prevenir a evasão e o abandono escolar, além de motivar a continuidade da vida escolar dos adolescentes.

Forma de Atuação

Realização de círculos de convivência, exibição de filmes, vídeos e textos para a posterior discussão e atividades escritas. A avaliação do projeto ocorreu verbalmente com os participantes no último encontro. No dia 03/12/2019 houve a solenidade de encerramento no Fórum da Comarca com entrega de certificados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Borboletinhas

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/10/2019

Situação: em andamento

O que é

Intervenção em escolas, com crianças na faixa etária de cinco anos, para tratar de forma lúdica das questões relacionadas a papéis de gênero como forma de prevenção à violência doméstica contra a mulher.

Objetivo

Contribuir com o processo de ressignificação de papéis sociais na educação infantil a fim de reduzir as desigualdades por meio de atividades lúdicas envolvendo visão, audição e tato.

Forma de Atuação

A proposta de trabalho com as crianças da Educação Infantil tem como referência a metodologia Construtivista, idealizada por Jean Piaget, em que o aluno constrói o próprio conhecimento a partir da sua interação com o meio, sendo o educador o grande mediador dessa ação. As temáticas são tratadas de maneira lúdica, através de músicas, brincadeiras, desenho e pintura, utilizando-se de exposição oral dialogada para fixar os conteúdos e permitir a construção e reconstrução do conhecimento. O projeto acontece em quatro encontros.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Café no Fórum

Comarca: Pérola

Realizado por: Juizado Especial Cível e Criminal

Data de criação: 01/12/2019

Situação: em andamento

O que é

Alunos da rede pública de ensino são incentivados a apresentarem bom desempenho escolar. A cada bimestre os melhores alunos de cada série recebem um certificado assinado pelo Juiz e pelo Promotor. Ao final do ano letivo, os melhores alunos visitam o Fórum e tomam um café da manhã junto com o Juiz e com o Promotor.



Objetivos

- o Incentivar o ensino como elemento facilitador de uma tomada de consciência dos estudantes, a fim de melhorar as suas perspectivas de futuro;
- o Desenvolver o trabalho intelectual dos alunos, impulsionando-os ao estudo e encorajando-os na busca pelos anseios pessoais e profissionais.

Forma de Atuação

A cada bimestre os melhores alunos de cada série recebem um certificado assinado pelo Juiz e pelo Promotor. Ao final do ano letivo, os melhores alunos visitam o Fórum e tomam um café da manhã no local, podendo conhecer e conversar de forma direta com o Juiz e com o Promotor da Comarca.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Cidades e comunidades sustentáveis
- o Consumo e produção responsáveis
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Cidadania em Cena

Comarca: Curitiba

Realizado por: Gabinete do Desembargador Fernando Wolff Bodziak

Data de criação: 12/09/2016

Situação: em andamento

O que é

Informa e educa adolescentes sobre a estrutura e funções de cada um dos Poderes da República. Em relação ao Poder Judiciário dá-se ênfase à possibilidade de autocomposição dos conflitos.

Objetivo

Conscientizar adolescentes, futuros eleitores de nosso país, quanto à importância da escolha de seus representantes no Poder Legislativo e no Poder Executivo, despertando o interesse dos estudantes em participarem da vida política do país, bem como gerar uma reflexão sobre temas sugeridos pelo CONSIJ concernentes à Semana da Criança e do Adolescente, como evasão

escolar, drogas, violência doméstica, entre outros.



Forma de Atuação

Os temas são abordados de modo informal com os adolescentes, convidando-os a participarem de um 'jogo' de perguntas e respostas sobre a estrutura e as funções de cada um dos Poderes, de forma a tornar a explanação lúdica e interativa, com ênfase na conscientização da importância do voto de cada cidadão para a sociedade, sem qualquer menção a partidos políticos e/ou candidatos;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Combate à Evasão Escolar

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Família

Data de criação: 14/02/2008

Situação: em andamento

O que é

Apoio, orientação e fiscalização para efetivação dos direitos humanos infantojuvenis, trabalhando de forma organizada e coordenada no combate aos índices de evasão escolar.

Objetivo

Tem como objetivo a redução da evasão escolar na Comarca, bem como a possibilidade de que, com isso, os demais problemas verificados na região, tais como a grande quantidade de crianças e adolescentes em situação de risco e o aumento dos casos envolvendo prática de atos infracionais, também venham a ser reduzidos ao longo do tempo.



Forma de Atuação

A ideia inicial resume-se em quatro pilares fundamentais:

- o Primeiro: são adotadas uma série de medidas sequenciais, verificando as peculiaridades locais envolvendo cada município e mesmo regiões de cada cidade componente da Comarca;
- o Segundo: o trato da questão inicialmente de forma coletiva, antes do encaminhamento individual dos casos, diante da quantidade significativa de alunos evadidos na Comarca;
- o Terceiro: incremento da atuação das redes de proteção, capacitando-as e motivando-as para que em um segundo momento tal rede possa trabalhar de forma mais autônoma, independente de atuação ativa do Poder Judiciário, mas com o seu acompanhamento, monitoramento e fiscalização;
- o Quarto: a busca das causas da evasão escolar na Comarca, possibilitando em um plano posterior o trabalho com a questão de forma particularizada, em razão das demandas e problemas a serem identificados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Igualdade de gênero
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



Eleitor do Futuro

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Vara da Infância e Juventude

Data de criação: 01/04/2004

Situação: em andamento

O que é

Processos educativos sobre o exercício do voto para crianças e adolescentes de escolas públicas e particulares.

Objetivos

GERAL

- o Suscitar a reflexão e promover o exercício da cidadania em crianças e adolescentes que estejam frequentando a rede escolar de ensino, a partir de um envolvimento responsável com as implicações éticas, políticas, sociais e jurídicas do exercício do voto.



ESPECÍFICOS

- o Incentivar adolescentes com idade entre 16 e 18 anos a participarem do processo democrático conferido pela constituição de 1988, inscrevendo-os para as próximas eleições;
- o Oportunizar a crianças e adolescentes, com idade entre 12 e 16 anos incompletos, vivências educativas sobre democracia, cidadania e exercício de direitos, envolvendo-os pedagogicamente em uma espécie de laboratório do exercício do voto;
- o Dar voz aos anseios da juventude do município de Ponta Grossa, dando publicidade às suas expectativas para as eleições;
- o Mobilização dos adolescentes entre 16 a 18 anos e em cumprimento de medidas socioeducativas na participação do processo democrático.

Forma de Atuação

Mobilização de crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 16 anos incompletos, através do envolvimento das escolas no desenvolvimento de propostas de protagonismo juvenil, com processos educativos sobre o exercício do voto. São realizadas campanhas, reuniões, distribuição de material didático, palestras e simulação de eleições.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Escola de Pais/Mães

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Família

Data de criação: 15/03/2015

Situação: em andamento

O que é

O Projeto Escola de Pais/Mães orienta, acompanha e sensibiliza famílias sobre o seu papel na educação familiar e escolar das crianças e adolescentes.

Objetivo

Sensibilizar famílias sobre o papel na educação de crianças e adolescentes frente aos desafios socioeducacionais contemporâneos.



Forma de Atuação

São realizados encontros cuja programação é composta por palestras; oficinas; rodas de conversa; grupos de orientação e escuta qualificada com profissionais da psicologia; socialização de experiências e vivências; e valorização do diálogo entre os participantes, sendo ministrados por profissionais de vários segmentos, como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, juristas, entre outros. Entre os temas abordados, estão a resolução de conflitos familiares, o enfrentamento às violências, o papel da família na educação, o relacionamento entre pais/mães e filhos, a prevenção ao uso indevido de drogas, dentre outras demandas trazidas pelos participantes do projeto.

As temáticas escolhidas são ligadas às questões identificadas mais rotineiramente durante a execução do projeto de Combate à Evasão Escolar.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



Escola Restaurativa

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação:
04/04/2016

Situação: em andamento

O que é

Capacitação de profissionais e de estudantes que têm interface com a rede de ensino para ressignificação, restauração e fortalecimento das relações que permeiam o ambiente escolar, visando o enfrentamento da violência e da sua banalização nas escolas.

Objetivo

Formação de facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz para atuarem na prevenção e na transformação de conflitos e sensibilizarem as lideranças de organizações governamentais e não governamentais para a utilização dos processos circulares nos respectivos espaços institucionais, comunitários ou acadêmicos com vistas à transformação de conflitos.



Forma de Atuação

O projeto é desenvolvido em parceria com o Instituto Mundo Melhor, responsável pela capacitação e certificação dos cursistas. As escolas interessadas na capacitação entram em contato com o CEJUSC ou com o Instituto Mundo Melhor para solicitar o curso e passar a fazer parte do projeto “Escola Restaurativa”. A partir da formação, as escolas se responsabilizam em realizar Círculos de Construção de Paz em sua comunidade, incluindo alunos, professores, demais funcionários da escola, pais e profissionais da rede de proteção social.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Jovens Promissores

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 28/03/2019

Situação: em andamento

O que é

Mobilização de esforços por parte do Poder Judiciário juntamente com o Instituto Mundo Melhor, buscando oferecer ferramentas para que adolescentes desenvolvam as condições de autonomia para o ingresso na vida adulta.



Objetivo

Oportunizar aos adolescentes, mediante parceria entre o Tribunal de Justiça e o Instituto Mundo Melhor, por meio do Programa Jovens Promissores, ferramentas para sua autonomia e para criarem mecanismos que estabeleçam as condições necessárias para assumirem o protagonismo de suas vidas, bem como contribuir para a construção da sua autoconfiança, autonomia e responsabilidade.

Forma de Atuação

Atua em parceria com os CREAS e instituições de contraturno social, convidando os adolescentes atendidos para participarem do projeto. São realizados círculos restaurativos, visitas a instituições públicas, qualificação profissional de curta duração e, ao fim da formação, reconhecimento dos esforços e comprometimento dos adolescentes por meio da entrega de certificados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Educação de qualidade
- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Redução das desigualdades
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Jovens Promissores na Socioeducação do Município de Toledo

Comarca: Toledo

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 08/08/2018

Situação: em andamento

O que é

Promoção de autonomia e preparação para o mercado de trabalho de adolescentes em privação de liberdade.

Objetivo

Auxiliar no processo reflexivo e na preparação de jovens para o mercado de trabalho, assim como na promoção da autonomia, no desenvolvimento de melhores sentimentos e na preparação para suas vidas profissionais.

Forma de Atuação

Após a triagem dos adolescentes participantes pela equipe técnica do CENSE de Toledo, são realizados Círculos Restaurativos por profissionais do Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente (NAE). Os adolescentes realizam, então, visitas técnicas em diversas instituições parceiras. Inclusive há uma visita ao Fórum, na qual os jovens são conduzidos pelo Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca que apresenta aos participantes todos os espaços da instituição. Os adolescentes participam de cursos e oficinas e, ao término das atividades, é realizada uma cerimônia de formatura com entrega de certificados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Maria nas Escolas

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/02/2017

Situação: em andamento



O que é

Ensina sobre direitos humanos e educação para a paz, com ênfase na questão de gênero e violência, na rede pública de ensino de Ponta Grossa.

Objetivo

Propiciar educação em direitos humanos e voltada para a paz, com foco nas questões relacionadas ao gênero e à violência contra a mulher, contribuindo para o enfrentamento da violência e da intolerância.

Forma de Atuação

A abordagem dos educandos acontece por meio da metodologia de rodas de conversa com temas problematizadores que os auxiliam a refletir sobre a realidade, especialmente no que tange à violência, em geral, e também sobre a violência contra a mulher como uma das formas de violação de direitos humanos. Também aborda conceitos de educação para a paz como uma das formas de enfrentamento dessa realidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Papo de Homem

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/05/2019

Situação: em andamento

O que é

Dinâmica com propósito de discutir machismo e masculinidade tóxica por meio de rodas de conversa.

Objetivo

Promover a sensibilização sobre a desconstrução do machismo e da masculinidade tóxica em espaços com predominância masculina.

Forma de Atuação

A metodologia do trabalho consiste no desenvolvimento de rodas de conversas, mediando o diálogo sobre o tema. Para tanto, utiliza-se uma bola de isopor que contém, em seu interior, frases que refletem formas de manifestação de violência, exemplos do machismo e da masculinidade tóxica, além de frases com informações sobre a Rede de Enfrentamento e a Cultura da Paz. É inspirada na brincadeira infantil denominada "batata quente". Dessa forma, coloca-se uma música para tocar enquanto a bola de isopor circula entre o grupo até que um responsável, sem olhar para os movimentos, pare a música. Aquele que estiver com a bola na mão deverá sortear uma frase do seu interior, ler e opinar. Após essa etapa, com auxílio do mediador, há um bate-papo com todos os membros do grupo.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Paz no Ambiente Escolar

Comarca: Wenceslau Braz

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 03/03/2020

Data de finalização: 13/03/2020

Situação: Concluído

O que é

Realização de Círculos de Construção de Paz com estudantes, familiares, professores e demais funcionários das escolas Estaduais e Municipais da Comarca.

Objetivos

GERAIS

- o Incentivar o autoconhecimento e a autorreflexão, estimulando o respeito ao próximo e às diferenças, na tentativa de contribuir para um ambiente escolar mais saudável e positivo ao desenvolvimento de todos.

ESPECÍFICOS

- o Promover a inclusão social, contribuindo para uma melhora de relacionamentos e resgate de valores nas relações dentro do ambiente escolar;
- o Enfatizar o papel da escola e da família na formação da criança e do adolescente;

- o Estimular maior reflexão sobre temas relevantes no ambiente escolar, valendo-se da aplicação de técnicas circulares em Justiça Restaurativa;
- o Contribuir com a sensibilização dos professores e funcionários em relação às possíveis dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Forma de Atuação

Participar de forma efetiva da elaboração, organização e planejamento dos roteiros dos Círculos de Construção de Paz junto às escolas; realizar o trabalho de orientação, informação e esclarecimentos sobre o tema, apresentando-se sempre à disposição em ambiente prospectivo;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Preparação de adolescentes para o mercado de trabalho

Comarca: Marechal Cândido Rondon

Realizado por: Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 01/12/2014

Situação: em andamento

O que é

Capacitação e treinamento para adolescentes em conflito com a lei.

Objetivo

Oportunizar aos adolescentes informações, treinamento e desenvolvimento a fim de melhor prepará-los para o ingresso no mercado de trabalho.

Forma de Atuação

As aulas são realizadas durante um dia da semana. No primeiro semestre do ano, as atividades ocorrem na parte da tarde. Já no segundo semestre, as aulas são realizadas pela manhã. Assim, são atendidos adolescentes que estudam nos dois turnos. A seleção dos adolescentes é realizada pelos CREAS e SAIJ. São escolhidos os jovens que estão respondendo a processo por ato infracional, têm histórico de evasão escolar e/ou estão sendo atendidos pelos CREAS. O primeiro encontro é realizado com os pais e com os adolescentes. Neste momento, é explicado os objetivos do programa, os pais assinam o termo de compromisso e o magistrado e

psicólogos falam sobre a importância do papel dos pais na educação dos filhos e sobre relacionamento familiar entre pais e filhos. As aulas seguintes seguem um programa pré-estabelecido. Cada aula tem um professor habilitado para trabalhar o conteúdo com os alunos, mas todas são acompanhadas pela psicóloga do SAIJ e por uma servidora da Secretaria Municipal de Educação, que fazem a chamada e atendem os alunos nas suas diferentes necessidades.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Trabalho decente e crescimento econômico

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





PROA - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 01/09/2016

Situação: em andamento

O que é

Presta atendimento psicopedagógico e pedagógico aos adolescentes que apresentam defasagem escolar severa e analfabetismo e que são assistidos pelo sistema judiciário (tanto na esfera cível quanto infracional).

Objetivo

Ampliar os recursos sociais e pessoais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a inclusão educacional e social para obtenção da ampliação da autonomia como aprendiz.



Forma de Atuação

Intervenção individual com profissionais e acadêmicos de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A principal ação desenvolvida no projeto é o atendimento a crianças e adolescentes que foram encaminhados pelo Poder Judiciário por medida de proteção ou para cumprimento de medida socioeducativa. Os pareceres e relatórios de cada adolescente são incluídos em seus processos, via sistema PROJUDI, de modo a documentar e compartilhar as informações sobre os resultados da proposta a ser desenvolvida, notificar sobre comparecimento, término ou abandono de medida socioeducativa e sobre a necessidade de outros encaminhamentos complementares para área da saúde, justiça ou assistência social.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#) 



Programa Comarca Sociorresponsável

Comarca: Santa Isabel do Ivaí

Realizado por: Juízo Único de Santa Isabel do Ivaí

Data de criação: 01/03/2017

Situação: em andamento

O que é

Realização de projetos e ações que impactam, primeiramente, a redução de algumas vulnerabilidades sociais e, posteriormente, a redução de situações de risco social que demandam intervenção judicial. Com a união de todos os projetos, o programa promove proteção integral socialmente responsável.

Objetivo

Atender e conscientizar crianças e adolescentes da Comarca sobre questões de educação, civildade, cidadania, direitos e deveres, buscando sua integração na comunidade e com o Poder Judiciário, bem como sua proteção integral.

Forma de Atuação

São realizados subprojetos com a comunidade, visando suprir as demandas nas diversas searas da infância e juventude. Em sua maioria, as ações são realizadas durante reuniões, palestras, encontros ou atividades lúdicas com as crianças.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Programa Jovem Cidadão no Mercado de Trabalho: inclusão e desenvolvimento

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Vara da Infância e Juventude

Data de criação: 22/05/2018

Situação: em andamento

O que é

Incentivo à contratação de adolescentes atendidos pela Vara da Infância e Juventude como aprendizes em empresas locais

Objetivo

Proporcionar qualificação e desenvolvimento pessoal e profissional com a inserção no mercado de trabalho de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, usuários do sistema protetivo, socioeducativo e vítimas de trabalho escravo, visando o encaminhamento e a contratação por empresas sediadas no município.



Forma de Atuação

O programa atua em diferentes frentes. Inicialmente, trabalha em parceria com as instituições de atendimento de adolescentes acolhidos e em cumprimento de medida socioeducativa a fim de realizar levantamentos a respeito daqueles que estão aptos a serem inseridos em programas de aprendizagem. Posteriormente, são desenvolvidos projetos voltados ao diálogo sobre o trabalho e projeto de vida. Em seguida, busca-se parcerias com empresas que precisam cumprir a legislação da cota de aprendizes e que se disponibilizam a contratar os adolescentes indicados pelo projeto. É firmada também a parceria com instituições sem fins lucrativos para realização das atividades práticas. Essas instituições aceitam receber esses adolescentes e se beneficiam do trabalho dos mesmos, bem como auxiliam em sua formação profissional.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Trabalho decente e crescimento econômico

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Programa Jovens Promissores

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 12/09/2017

Situação: em andamento

O que é

Ações de formação voltadas a adolescentes de 14 a 18 anos destinatários de medida protetiva de acolhimento institucional, medida socioeducativa ou em situação de vulnerabilidade social.

Objetivo

Oferecer ao público-alvo oportunidades para o desenvolvimento de sua autonomia, preparando-os para o início da vida adulta.

Forma de Atuação

Turmas de aproximadamente 25 adolescentes participam de círculos restaurativos, oficinas temáticas, visitas a locais relevantes para sua formação e au-



tonomia, bem como acompanhamento individualizado. Os círculos são um método amplamente empregado pela Justiça Restaurativa, que estimula o raciocínio sobre temas relevantes para o grupo em um ambiente seguro e acolhedor, no qual o diálogo e o engajamento de cada participante são valorizados. Construções de diretrizes, resgate de valores e sonhos e fortalecimento da autoestima são tratados com ênfase. Após a etapa dos círculos, as turmas participam de uma série de oficinas temáticas e visitas institucionais, viabilizadas através das diversas parcerias estabelecidas pelo programa. Nessas programações, os participantes são apresentados a algumas profissões e suas diversas formas de ingresso, bem como desenvolvem alguns conhecimentos práticos em áreas estratégicas na preparação para o encerramento da medida protetiva quando atingir a maioridade. Após a formação geral, cada adolescente é individualmente acompanhado pela equipe técnica do Programa, que busca assessorar o jovem na tomada de medidas concretas de acordo com as habilidades, interesses e necessidades particulares.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Redução das desigualdades
- o Cidades e comunidades sustentáveis
- o Consumo e produção responsáveis
- o Vida terrestre
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Projeto AJA - Qualificação e aprendizagem de adolescentes acolhidos

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça e Conselho de Supervisão das Varas de Infância e Juventude (CONSIJ)

Data da criação: 08/2018

Situação: em andamento

O que é

Ações que contribuam para a qualificação educacional, profissional e a inserção social de adolescentes sob medida protetiva de acolhimento pela via da aprendizagem (CF, Art. 227, Lei 10097/2000, ECA, Arts. 60/69 e Art. 429 da CLT).

Objetivo

Busca o fortalecimento da autonomia pessoal do adolescente, uma vez que o Programa de Aprendizagem está vinculado à matrícula, à frequência e ao bom desempenho escolar, colocando, assim, a educação como ferramenta para a transformação social.

Forma de atuação

Os adolescentes são inseridos na instituição formadora ESPRO, que propicia formação teórica. Por sua vez, a formação prática ocorre no âmbito deste Tribunal, como órgão concedente, mediante a contratação de aprendizes por meio do cumprimento da cota social de empresas parceiras.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Saúde e bem-estar, educação de qualidade, trabalho decente e crescimento econômico, paz, justiça e instituições eficazes.

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania.

[Mais informações](#)





Reinserção Social pela Leitura

Comarca: Pérola

Realizado por: Juizado Especial Cível e Criminal

Data de criação: 06/06/2015

Situação: em andamento

O que é

Reinserção social de encarcerados, abrindo as portas rumo ao conhecimento e evitando o ócio delinquente.

Objetivos

- Mudar a consciência dos participantes
- Instigar um convívio social harmônico e pacífico
- Afastar, por meio da criatividade no trabalho intelectual, o pensamento delinquente facilmente alimentado com o ócio

Forma de Atuação

Realizado na Delegacia de Polícia Civil, com o apoio do Conselho da Comunidade local, Ministério Público, Poder Judiciário e Ordem dos Advogados, o projeto busca reinserir os apenados no âmbito social. Consiste na leitura, interpretação e construção de resumos que visam a instigar hábitos saudáveis de leitura e criação, bem como conceder o benefício da remição da pena aos apenados e o benefício da leitura prazerosa nos dias de cárcere.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Educação de qualidade
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Rolê Cívico Paranaense

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 13/03/2019

Situação: em andamento



O que é

Contato direto de estudantes universitários com órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, assim como do Ministério Público, os quais possuem sua sede em Curitiba. A maioria das faculdades do interior não possui acesso fácil à capital do Paraná, por isso o projeto aproxima os jovens da realidade política e jurídica do Estado, com explicações acerca do funcionamento de cada órgão.

Objetivo

Promover a defesa da liberdade de informação, o aprimoramento da formação dos estudantes, a difusão de conhecimentos e valores culturais,

a melhora na comunicação institucional e a facilitação do acesso a essas instituições públicas a partir da transmissão do conhecimento a respeito do seu funcionamento e de sua estrutura interna.

Forma de Atuação

As atividades são divididas em duas etapas: na primeira, as instituições de ensino superior que aderem à proposta preenchem um formulário de inscrição escolhendo uma data disponível. Após a inscrição, a 2ª Vice-Presidência contata a instituição cadastrada e solicita a documentação necessária para a assinatura do Termo de Cooperação (documentos descritos no edital previamente publicado).

Após a assinatura, a instituição recebe um vídeo sobre o funcionamento dos três poderes para que os discentes assistam e, desde já, tenham uma noção sobre o funcionamento das repartições públicas. O respectivo vídeo contém aproximadamente 30 minutos de gravação e foi produzido pela Escola de Servidores da Justiça Estadual (ESEJE) e pela TV Assembleia. O material audiovisual contém entrevistas com os membros da Cúpula Diretiva do TJPR, que explicam as atribuições da Presidência, da 1ª e da 2ª Vice-Presidências, da Corregedoria-Geral da Justiça e de outros setores do Tribunal de Justiça.

Na segunda etapa, os discentes são levados às dependências do Poder Judiciário, do Legislativo, do Executivo e do MP para realização do “tour guiado” com servidores da 2ª Vice-Presidência. A visita inicia-se no Tribunal de Justiça, onde os alunos conhecem a Presidência e a 2ª Vice-Presidência do TJPR, assistem às sessões de julgamento das Câmaras

Criminais e Cíveis. Após essa etapa, visitam o Museu da Justiça, onde lhes são apresentadas as peças históricas e a linha do tempo da instituição. Na sequência, seguem para a Assembleia Legislativa, onde conhecem o Plenário, o salão nobre e o auditório do Plenarinho, local em que ocorre uma palestra sobre processo legislativo, normalmente ministrada pelo Diretor da Escola do Legislativo. Posteriormente, vão ao Palácio Iguaçú (Poder Executivo) para visitar a capela, o saguão, o salão nobre, a sala dos governadores, terminando o passeio na sala utilizada pelo governador nas reuniões semanais com os secretários de governo. Por fim, os discentes conhecem a estrutura do Ministério Público.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Rolê Cívico Virtual

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Forma de Atuação: Devido ao cancelamento das visitas presenciais em virtude da pandemia do novo coronavírus, o Rolê ganhou uma versão on-line: o Rolê Cívico Paranaense Virtual, lançado em julho de 2020. Nessa versão, as visitas às sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário paranaenses, foram substituídas por materiais disponíveis em um site. A página traz um acesso direto às sessões do Tribunal de Justiça do Paraná, realizadas por meio de videoconferências, que podem ser acompanhadas, ao vivo, pela internet. Também vídeos com depoimentos de autoridades estão disponíveis, além de conteúdos culturais.

[Mais informações](#) 



Rolê Cultural

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 05/02/2019

Situação: em andamento

O que é

Visitas guiadas para crianças, adolescentes e demais grupos em situação de vulnerabilidade social a museus, casas de cultura, teatros, eventos musicais, instituições de ensino, sessões históricas e clássicas de cinemas, peças de teatro, concertos de música, pontos turísticos da cidade, entre outros.

Objetivo

Incentivar inserção de crianças, adolescentes e demais grupos em situação de vulnerabilidade social na cultura, como forma de emancipação, pacificação e melhoria da sua qualidade de vida.

Nesse sentido, tem como propósito desenvolver experiências que estimulem a busca dos participantes por cultura, os inserindo em diferentes universos, ampliando o conhecimento de mundo, despertando uma



mudança de mentalidade e provocando uma quebra de paradigmas, que certamente transformarão comportamentos e destinos.

Forma de Atuação

A partir de parcerias, incentiva as crianças, jovens e idosos em vulnerabilidade social, bem como aos servidores e magistrados do TJPR a terem acesso a museus, a pontos turísticos, a sessões históricas e clássicas de cinema e de teatro, a concertos de música, bem como a participação em atividades esportivas. No mesmo sentido do Rolê Cívico, a nomenclatura visa aproximar os equipamentos públicos culturais de todos, promovendo uma emancipação através da arte.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



GESTÃO



Audiências Unas - Aplicação da Lei 9.099/95 em sua concepção máxima

Comarca: Foz do Iguaçu

Realizado por: 3º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública

Data de criação: 01/04/2019

Situação: em andamento

O que é

Realização de audiências unas no sistema presencial e por videoconferência.

Objetivo

Oferecer ao jurisdicionado uma justiça célere e eficaz mediante o retorno ao espírito da Lei nº 9.099/95.

Forma de Atuação

Para a viabilização das audiências unas, o 3º Juizado conta, diariamente, com a presença de dois conciliadores e um juiz leigo. Em seu espaço físico, há ainda, três salas de audiências que funcionam concomitantemente, dispondo de aparelhos de gravação, podendo o juiz leigo se locomover de uma a outra, conforme a necessidade. No que diz respeito aos juízes leigos, importante anotar que o 3º Juizado possui sete vagas, sendo que cinco estão providas no momento, de modo que cada dia da semana um deles fica responsável por permanecer à disposição para realizar as audiências pautadas para o dia, mesmo não tendo instrução marcada para todos os horários. Desse modo, é de extrema importância que o servidor designado para a filtragem e triagem dos processos esteja atento às peculiaridades das lides para que as audiências sejam distribuídas às salas adequadas, ou seja, sala com vocação para instrução, com a presença fixa

de um juiz leigo; e sala com vocação para julgamento antecipado, cujo juiz leigo estará apenas de sobreaviso.

As audiências unas também estão sendo pautadas no âmbito do Juizado da Fazenda Pública. Nesta ordem de ideias, importante registrar que todo o sistema de audiência una está sob a supervisão do juiz togado, podendo inclusive não só dar o suporte necessário, mas também atuar em concomitância dos atos com o juiz leigo.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

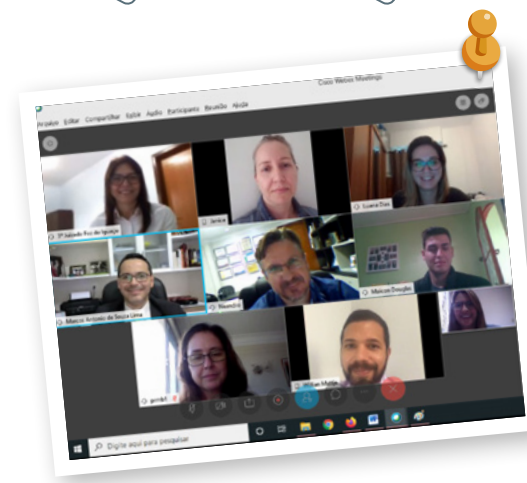
Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais

Comarca: Curitiba

Realizado por: Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental

Data de criação: 01/10/2018

Situação: em andamento

O que é

Publicação eletrônica que reúne e confere destaque às principais decisões, representativas de temas de especial relevância e interesse para a comunidade jurídica, proferidas no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Objetivo

Fornecer aos milhares de usuários internos (magistrados, servidores e estagiários) e externos (cidadãos, estudantes e profissionais da área jurídica) informações a respeito de julgados de especial relevância proferidos no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Forma de Atuação

A Divisão de Jurisprudência do Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental é responsável pelas atividades de pesquisa, seleção, organização e editoração eletrônica. Os gabinetes dos Juizes de Direito das Turmas Recursais podem contribuir com o envio de decisões para divulgação, o que é feito por meio de formulário específico disponibilizado na Intranet.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Instituição da Governança Judiciária

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Central de Movimentações Processuais

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência

Data de criação: 11/12/2019

Situação: em andamento

O que é

Sistema de centralização de atos de secretaria em uma única estrutura.

Objetivo

Reformar a estrutura do Judiciário paranaense, tornando-o mais eficiente, melhorando a qualidade da prestação jurisdicional e possibilitando melhores condições de trabalho para os servidores do Estado. Sem prejuízo a estes objetivos gerais, o projeto objetiva mais especificamente:

- o padronizar os procedimentos de secretaria;
- o aumentar a eficiência e qualidade da força de trabalho;
- o auxiliar no estabelecimento de critérios justos de produtividade; e
- o promover um melhor aproveitamento da força de trabalho do Estado.



Forma de Atuação

Atualmente, a Central de Movimentações Processuais (CMP) possui duas frentes: a realização de protestos de custas e o atendimento a Varas Cíveis.

Nas atuações atinentes ao protesto de custas, a CMP atua especificamente a partir do trânsito em julgado de sentença, acórdão ou decisão homologatória munida de condenação de parte ao pagamento de custas finais até a realização de um dos seguintes atos: a comunicação de custas não pagas; a emissão de certidão de crédito judicial; ou o pagamento efetivo das custas então cobradas.

Já em relação ao atendimento a Varas Cíveis, a CMP já recebeu a autorização da Presidência do TJPR para prosseguir com os estudos preliminares necessários ao projeto, momento no qual atualmente se encontra.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Inovação infraestrutura
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- o Melhoria da Gestão de Pessoas
- o Aperfeiçoamento da Gestão de Custos
- o Instituição da Governança Judiciária
- o Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Conhecendo o Foro Extrajudicial

Comarca: Curitiba

Realizado por: Corregedoria da Justiça

Data de criação: 16/08/2018

Situação: em andamento

O que é

Apresentação e divulgação de informações relacionadas às atividades desenvolvidas nos cartórios extrajudiciais.

Objetivo

Aprimorar a divulgação das informações concernentes ao Foro Extrajudicial e aproximar a população do Poder Judiciário.

Forma de Atuação

Desenvolvimento de vídeos explicativos com a utilização de uma linguagem de fácil acesso.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Diploma de Mérito Funcional

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência

Data de criação: 22/05/2019

Situação: em andamento

O que é

Homenagem conferida ao servidor do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná ao se aposentar como um reconhecimento aos serviços prestados no decorrer de sua vida.

Objetivo

Prestar homenagem aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná em reconhecimento aos anos de serviços prestados durante sua vida funcional.

Forma de Atuação

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos encaminha ao Gabinete da Presidência a listagem dos servidores aposentados a cada bimestre para que sejam adotadas as providências necessárias à realização da cerimônia, a comunicação aos servidores e o envio dos diplomas para aqueles que não comparecerem à cerimônia.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



Encontro de Gestão Judiciária Sustentável

Comarca: Curitiba

Realizado por: Comissão de Gestão

Socioambiental - CASA-TJPR

Data de criação: 06/06/2017

Situação: em andamento

O que é

Encontro com realização de palestras para promover uma reflexão e uma sensibilização sobre as questões de sustentabilidade.

Objetivo

Sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas na temática socioambiental.

Forma de Atuação

Desde 2017, o Encontro de Gestão Judiciária Sustentável promove um dia de palestras e diálogo no Pleno do TJPR. São convidados especialistas na área para estarem presentes e participarem.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Cidades e comunidades sustentáveis
- o Consumo e produção responsáveis
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Encontro Regional da Administração com Magistrados e Servidores do Primeiro Grau de Jurisdição - ENCORAJ

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência

Data de criação: 01/03/2020

Situação: em andamento

O que é

Evento em que a Administração do Poder Judiciário do Paraná vai às comarcas do interior e ao encontro de juízes e servidores para buscarem, juntos, soluções aos problemas vivenciados nas unidades judiciárias e administrativas.

Objetivo

Reduzir a distância entre a Administração do Tribunal de Justiça, juízes e servidores atuantes nas comarcas distribuídas em todo Paraná, bem como possibilitar a interação entre todos os partícipes.

Forma de Atuação

A primeira ação adotada foi dividir o estado do Paraná em seis regiões, considerando a proximidade das comarcas e o número total de magistrados. Buscou-se manter uma média de aproximadamente 100 magistrados por encontro – exceto na Comarca de Curitiba, na qual apenas o Foro da Comarca de Curitiba conta com mais de 200 magistrados.

Os encontros são conduzidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça, com apoio dos membros da Cúpula Diretiva e seus representantes e dos prin-

cipais setores administrativos do Tribunal. Há espaço de discussão para que os participantes apresentem problemas e dificuldades enfrentados no desenvolvimento de suas atividades, relacionados à estrutura física e funcional das unidades judiciais e administrativas.

É feito um levantamento dos problemas e desafios enfrentados e o processamento dessas informações antes do evento. Dessa forma, a Administração tem condições de discutir a necessidade das Comarcas de maneira regionalizada e pontual. É uma forma de organizar a pauta com otimização do tempo, permitindo que o evento seja o mais produtivo possível.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Força-Tarefa reduz em mais de 40% acervo de JEC do interior

Comarca: Curitiba

Realizado por: Unidade Permanente de Apoio à Prestação Jurisdicional no 1º Grau de Jurisdição

Data de criação: 03/09/2019

Data de finalização: 18/12/2019

Situação: Concluído



O que é

Atendimento realizado pelo Núcleo Cível da Equipe de Apoio à Prestação Jurisdicional no 1º Grau de Jurisdição. Essa prática resultou em uma redução de 8.200 para 4.700 no número de processos ativos no Juizado Especial Cível do Juízo Único da Comarca de Barracão.

Objetivo

Reduzir o número excessivo de processos repesados no Juizado Especial Cível do Juízo Único da Comarca de Barracão.

Forma de Atuação

Sete servidores do Núcleo Cível da Equipe de Apoio à Prestação Jurisdicional no 1º Grau de Jurisdição, auxiliados por três estagiários de graduação, realizaram uma atuação do tipo força-tarefa no Juizado Especial Cível (JEC) do Juízo Único da Comarca de Barracão no período de 03 de setembro a 18 de dezembro de 2019 e arquivaram 3.576 processos, quantidade que equivale a 43,57% do acervo ativo.

Este foi o terceiro atendimento da equipe de apoio ao JEC de Barracão. O primeiro ocorreu de 02 de julho a 13 de agosto de 2018, com a localização, identificação, registro e regularização de 1.772 depósitos judiciais no sistema PROJUDI, entre outras atividades. O segundo foi realizado de 14 de fevereiro a 15 de abril de 2019, com a localização, identificação, registro e regularização de mais 5.123 depósitos judiciais no sistema.

Finalmente, o terceiro atendimento foi focado nos cumprimentos finais para o arquivamento definitivo de autos. A equipe de apoio expediu 2.482 alvarás e 1.303 ofícios de transferência para o levantamento dos valores dos depósitos registrados nas atuações anteriores. Os trabalhos visaram a retomada do padrão de normalidade de acervo de processos ativos para a competência do JEC, pois o volume de trabalho inviabilizava ações efetivas dos servidores e dos estagiários locais para este fim apesar dos seus esforços.

Durante a atuação, não houve tempo hábil para arquivamento de todos os processos em que houve liberação de valores, tampouco foi possível arquivar todos os processos remetidos ao Distribuidor para baixa. Por estas razões, supõe-se que o resultado “real” da força-tarefa possa ter sido ainda maior, ou seja, é possível que número de arquivamentos decorrentes da atuação da equipe de apoio tenha alcançado cifras superiores a 50% do acervo inicial.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



Informativo de Jurisprudência da Infância e da Juventude

Comarca: Curitiba

Realizado por: Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental

Data de criação: 01/08/2019

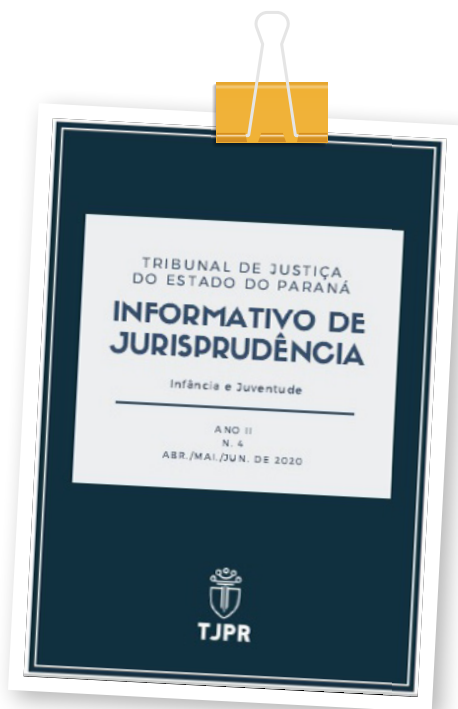
Situação: em andamento

O que é

Publicação eletrônica que reúne e confere destaque às principais decisões, representativas de temas de especial relevância e interesse para a comunidade jurídica, proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no âmbito da Infância e da Juventude.

Objetivo

Fornecer aos milhares de usuários internos (magistrados, servidores e estagiários) e externos (cidadãos, estudantes e profissionais da área jurídica) informações a respeito de julgados de especial relevância proferidos



pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no âmbito da Infância e da Juventude. Criar um canal de comunicação periódico com a jurisprudência estadual acerca da área da Infância e da Juventude.

Forma de Atuação

A Divisão de Jurisprudência do Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental é responsável pelas atividades de pesquisa, seleção, organização e editoração eletrônica. Os Gabinetes dos Desembargadores e Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau que integram órgãos julgadores com competência específica podem contribuir com o envio de decisões para divulgação, o que é feito por meio de formulário específico disponibilizado na Intranet.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Instituição da Governança Judiciária

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Jurisprudência em Segredo de Justiça - Análise e Liberação de Ementas

Comarca: Curitiba

Realizado por: Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental

Data de criação: 22/05/2019

Situação: em andamento

O que é

Análise individualizada do conteúdo das ementas de julgados proferidos em processos sob segredo de justiça, de modo a possibilitar sua liberação para consulta pública, evitar o vazamento de dados protegidos e contribuir para a divulgação da jurisprudência do Tribunal de Justiça.

Objetivo

Aprimorar os serviços de divulgação de jurisprudência prestados e possibilitar o franqueamento do acesso dos públicos interno e externo ao conteúdo das ementas de decisões proferidas em processos sob segredo de justiça, sem que haja a divulgação de dados protegidos pelo segredo de justiça.

Forma de Atuação

A Divisão de Jurisprudência é responsável pelo trabalho de análise individualizada do conteúdo das ementas dos julgados, de modo a possibilitar a liberação da consulta pública daquelas que não apresentarem desconformidade de formatação e vazamento de dados que permitam a identificação das partes, vítimas e testemunhas. A Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação criou uma ferramenta que permite a marcação e disponibilização das decisões no sistema informatizado.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Instituição da Governança Judiciária

[Mais informações](#)



Módulo de Jurisdição Extraordinária

Comarca: Curitiba

Realizado por: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes

Data de criação: 02/03/2020

Situação: em andamento

O que é

Sistema de ligação entre o TJPR e os Tribunais Superiores

Objetivo

Tornar mais rápida e eficaz a troca de informações entre os sistemas de envio e recebimento de Recursos Especiais e Extraordinários, bem como o desenvolvimento de ferramentas de automação e inteligência artificial.

Forma de Atuação

Está sendo desenvolvido um sistema que viabilizará a interligação entre os sistemas dos Tribunais Superiores e do Projudi.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

[Mais informações](#)



Novo Repositório COVID-19

Comarca: Curitiba

Realizado por: Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental

Data de criação: 2020

Situação: Planejada

O que é

Criação e disponibilização de base de dados de jurisprudência pesquisável, atualizada, indexada e especificamente voltada à reunião de decisões judiciais de 1º e 2º Graus relacionadas ao assunto "COVID-19".

Objetivo

Aprimorar o atual Repositório COVID-19 e disponibilizar aos públicos interno e externo o acesso a um banco de dados pesquisável, atualizado, indexado e contendo decisões judiciais de 1º e 2º Graus relacionadas ao assunto "COVID-19".

Forma de Atuação

O Repositório COVID-19, que está sendo desenvolvido em conjunto pelo Centro de Documentação e pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, será integrado aos sistemas Jurisprudência e Banco de Sentenças no intuito de que o conteúdo da base de dados seja o mais completo e atualizado possível. Serão disponibilizados campos e filtros específicos para facilitar o refino da pesquisa pelos usuários. A solução se encontra em fase de desenvolvimento e será disponibilizada em área específica do Portal TJPR.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Instituição da Governança Judiciária

[Mais informações](#)



Núcleo de Inteligência da 2ª Vice-Presidência

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 22/03/2019

Situação: em andamento

O que é

Mapeamento das estatísticas e elaboração de relatórios gerenciais que fornecem informações e dados quantitativos das unidades judiciais e dos programas e projetos de competência da 2ª Vice-Presidência.

Objetivo

Fornecer informações gerenciais das unidades judiciais e programas de competência da 2ª Vice-Presidência.

Forma de Atuação

Por meio da tabulação das informações disponíveis nos sistemas de Informática do Tribunal e da elaboração de relatórios gerenciais, é possível a entrega de estudos e o mapeamento da quantidade de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) instalados, do número de audiências e conciliações dos CEJUSCs e Juizados, dos resultados obtidos com os programas "Central de Medidas Socialmente Úteis", "Pacificar é Divino", "Jovens Promissores", entre outros projetos elaborados pela 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça em benefício da sociedade paranaense.

Como exemplo, o Núcleo de Inteligência da 2ª Vice-Presidência, em parceria com o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), criou um relatório automatizado que informa o número de audiên-

cias e conciliações realizadas nos CEJUSCs, nos termos do que preconiza o artigo 2º, III, da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Além disso, de maneira inédita, foi criado um relatório automatizado para o projeto Semana Nacional da Conciliação, que informa ao Conselho Nacional de Justiça o desempenho diário do Tribunal de Justiça do Paraná durante a campanha. Anteriormente, a performance era informada individualmente por cada unidade judicial à 2ª Vice-Presidência. Tal iniciativa reduziu tempo e evitou a impressão de documentos, beneficiando todos os magistrados e servidores envolvidos no projeto.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Programa Formação de estagiários

Comarca: Curitiba

Realizado por: Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores do Departamento Judiciário

Data de criação: 27/09/2019

Situação: em andamento

O que é

Formação “teórico-prática” dos estagiários da Divisão

Objetivo

Aumentar a qualidade dos serviços prestados na Divisão e enriquecer a experiência dos estagiários, contribuindo para incrementar a satisfação tanto dos jurisdicionados quanto dos colaboradores do setor.



Forma de Atuação

Encontros semanais de aproximadamente uma hora de duração. As primeiras sessões seguiram metodologia tradicional expositiva. Recentemente, optou-se, com grande entusiasmo e aprovação dos envolvidos, por experimentar metodologia ativa nos moldes daquilo que se tem chamado “gamificação” (transmissão e assimilação dos conteúdos mediante atividades lúdicas). Nesse caso, foram adotadas atividades em grupos, em formato de competição/gincanas e sob orientação de servidores da Divisão com formação em Direito e experiência no setor.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



Programa “Responsabilidade no Pagamento de Dívidas Judiciais pelos Entes Públicos - Selo Bom Pagador”

Comarca: Curitiba

Realizado por: Departamento de Gestão de Precatórios

Data de criação: 28/05/2019

Situação: em andamento

O que é

Homenagem que atesta a boa conduta administrativa dos entes públicos nos pagamentos tempestivos de precatórios.

Objetivo

Homenagear os entes públicos que mantêm o pagamento regular dos débitos judiciais.

Forma de Atuação

Anualmente, após a data limite para liquidação dos débitos inscritos (31/12), são verificados os entes que cumpriram com a obrigação e que farão jus à comenda honorífica. Então, é agendada e realizada uma solenidade de entrega do “Selo Bom Pagador” aos gestores públicos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Projeto de Gestão de Riscos

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência

Data de criação: 04/02/2019

Data de finalização: 13/07/2020

Situação: Concluído

O que é

Implantação da Gestão de Riscos nas Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça

Objetivo

Implantar a Gestão de Riscos no âmbito das unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e promover o mapeamento, o gerenciamento e o controle dos processos de trabalho das unidades administrativas com base nos riscos identificados, no nível de risco existente e na adoção da resposta e do tratamento determinados na Política de Gestão de Riscos da instituição.



Forma de Atuação

O projeto foi dividido em duas fases, sendo a primeira destinada para a preparação de ambiente interno e a segunda à implantação da gestão de riscos.

A preparação de ambiente interno foi, por seu turno, subdividida em três etapas: a criação de um grupo de trabalho para implantação da gestão de riscos; o desenvolvimento de capacitação em gestão de riscos; e o diagnóstico dos principais processos de trabalho da instituição.

No que tange às capacitações realizadas, o treinamento em gerenciamento de riscos nos planos estratégico, tático e operacional foi desenvolvido e ministrado pelo Núcleo de Controle Interno, do qual participaram cerca de 250 pessoas, entre servidores e autoridades.

Concluída a fase de preparação do ambiente, a fase seguinte objetivou a implantação da gestão de riscos tendo sido subdividida em duas etapas: o mapeamento dos principais processos de trabalho em âmbito administrativo e o início da realização do processo de gerenciamento de riscos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Inovação infraestrutura

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Melhoria da Gestão de Pessoas
- o Aperfeiçoamento da Gestão de Custos
- o Instituição da Governança Judiciária
- o Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

[Mais informações](#)





Promoção da cultura e de bem-estar

Comarca: Todo o estado do Paraná

Realizado por: Comissão Socioesportiva e Cultural (COSEC)

Data de criação: 03/04/2019

Situação: Em Andamento

O que é

A realização de atividades socioculturais, que estimulem a participação de magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Paraná.

Objetivo

Os eventos promovidos pela COSEC têm como objetivo promover a saúde e o bem-estar de servidores, magistrados e colaboradores. Para isso, são propostas atividades de incentivo à qualidade de vida no trabalho a partir de manifestações de arte e de debates a respeito de questões relacionadas aos direitos humanos e sociais.

Forma de Atuação

A comissão analisa quais temas são os mais propícios a serem debatidos no momento e convida especialistas para expor questões relativas a eles. Além disso, promove concursos e exposições culturais a partir do reconhecimento do talento de magistrados, servidores e colaboradores integrantes do TJPR. Algumas iniciativas realizadas foram: instituição do

Coral do TJPR, Homenagem ao Dia da Mulher, Sensibilização para a promoção da igualdade étnico-racial, Exposição de Obras, Concurso fotográfico, “Minuto Musical” e “Minuto Poético”.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Igualdade de gênero
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)





Recuperação de mobiliário realizado por apenados

Comarca: Curitiba

Realizado por: Departamento do Patrimônio e Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Data de criação: 08/07/2019

Situação: Suspenso devido à pandemia do Coronavírus

O que é

Pessoas que cumprem pena no sistema prisional paranaense têm a oportunidade de trabalhar, realizando reparos e consertos do mobiliário do Poder Judiciário paranaense.

Objetivo

Colaborar para a reinserção na sociedade de apenados e, ainda, colaborar para a preservação do meio ambiente por meio da reforma de mobiliário que seria descartado caso não fosse restaurado. O projeto visa à restauração simples de cadeiras giratórias ou fixas, sem valor histórico, poltronas, longarinas, sofás, entre outros, que não requeiram conhecimento técnico específico para conserto ou reforma.

Forma de Atuação

O mobiliário passa por uma triagem para que seja verificado o que pode ser restaurado e o que será descartado. Dos que não podem mais ser recuperados, são retiradas as peças que ainda têm condições de serem aproveitadas. Já os restos das estruturas não utilizáveis são encaminha-

das para o descarte ecologicamente correto via cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, aptas a gerir, receber, triar e comercializar os resíduos sólidos recicláveis provenientes das unidades administrativas e jurisdicionais sediadas em Curitiba. Recentemente foram adquiridos equipamentos necessários a proporcionar melhores condições de desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades pelos apenados, sendo 2 máquinas de costura industrial; 1 compressor de ar; 1 morsa; 1 esmeril, ferramentas diversas e insumos essenciais (courvim; persinta; espuma; tecidos para revestimentos mobiliários entre outros). O projeto gera economia, sustentabilidade e, ainda, auxilia na remissão da pena e futura reinserção dos presos na sociedade, proporcionando-lhes oportunidade de trabalho.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Consumo e produção responsáveis

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Revista Eletrônica da Ouvidoria de Justiça

Comarca: Curitiba

Realizado por: Ouvidoria de Justiça

Data de criação: 05/08/2019

Data de finalização: 16/12/2019

Situação: Concluído

O que é

Disponibilização e informações ao público interessado, as quais permitam acompanhar os resultados da aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e mapear caminhos e soluções para a efetividade das informações fornecidas pelo Poder Judiciário.

Objetivo

Possibilitar a efetividade das informações fornecidas pelo Poder Judiciário.

Forma de Atuação

Criação de uma revista disponibilizada no site do Tribunal de Justiça e, posterior, divulgação do respectivo link para as demais Ouvidorias de Justiça do país.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Revitalização da Assessoria de Recursos

Comarca: Curitiba

Realizado por: Assessoria de Recursos do Gabinete do Presidente

Data de criação: 01/05/2019

Situação: em andamento

O que é

Redução do número de recursos conclusos e do prazo de conclusão para realização de exame de admissibilidade de Recursos Extraordinários e Especiais mediante o emprego de técnica de gestão de processos e pessoas e, ainda, gestão de competências.



Objetivo

Entrega da prestação jurisdicional com celeridade mediante a redução do tempo de conclusão (tramitação interna). Redução do número de Recursos Extraordinários e Especiais pendentes de exame de admissibilidade conclusos na Assessoria de Recurso.

Forma de Atuação

Aplicação de mecanismos de gestão de pessoas e processos, bem como gestão por competências.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- o Melhoria da Gestão de Pessoas
- o Aperfeiçoamento da Gestão de Custos
- o Instituição da Governança Judiciária

[Mais informações](#)



TJPR e Copel visam o uso racional de energia elétrica

Comarca: Curitiba

Realizado por: Departamento de Engenharia e Arquitetura

Data de criação: 31/03/2018

Data de finalização: 31/03/2021

Situação: em andamento

O que é

Fornecimento e Instalação de lâmpadas com tecnologia LED, bem como desinstalação e descarte das lâmpadas existentes nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná contempladas da Chamada Pública do Programa de Eficiência Energética da Copel 001/2018.

Objetivo

Otimizar a eficiência energética das instalações do Poder Judiciário em todo o Paraná. As ações são voltadas ao uso racional, à oferta e à conservação de energia elétrica e visam alcançar economia pela redução do consumo e da demanda. Além disso, os esforços são voltados para a melhoria dos sistemas elétricos do Tribunal.

Haverá uma economia anual em torno de R\$ 2 milhões, o que representa cerca de 15% do valor que o Tribunal gasta atualmente com energia elétrica (R\$ 13 milhões). Se levarmos em consideração apenas o valor gasto com lâmpadas, que representa 45% do total dispendido em energia elétrica, a economia será de cerca de 30%.

Forma de Atuação

Foi contratada uma empresa especializada para o fornecimento e instalação de 83.134 lâmpadas com tecnologia LED com desinstalação e descarte das lâmpadas antigas nas unidades beneficiadas da Chamada Pública 001/2018 do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Copel.

O descarte dos materiais engloba os serviços de coleta, transporte, descontaminação e destinação final de reatores, resíduos metálicos e lâmpadas inteiras do tipo fluorescente, lâmpada mista, vapor de mercúrio, vapor de sódio e outras.

Todos os materiais e equipamentos deverão, obrigatoriamente, ser descartados de acordo com as regras estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Resolução nº 267, de 14 de setembro de 2000, e Resolução nº 340, de 25 de setembro de 2003) e demais normas aplicáveis.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Energia limpa e acessível
- o Inovação infraestrutura
- o Consumo e produção responsáveis

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

[Mais informações](#)



Usina Minigeradora Fotovoltaica do TJPR

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência

Data de criação: 03/06/2019

Situação: em andamento

O que é

Implantação de usina de minigeração fotovoltaica de 5MW no município de Campo Mourão com o objetivo de gerar energia através da irradiação solar e reduzir as despesas do TJPR com energia elétrica.

Objetivo

Geração de energia elétrica para redução dos custos no consumo de energia elétrica proveniente da Copel. Além disso, o projeto contribui para a expansão e diversificação da matriz energética brasileira, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis e, conseqüentemente, a redução da emissão de CO₂ na atmosfera.

Forma de Atuação

O Tribunal de Justiça do Paraná contratou uma empresa especializada para a elaboração do projeto elétrico da UFV-TJPR.

Concomitante, a Divisão de Projetos Complementares (DPC) está trabalhando na elaboração dos demais projetos necessários, que deverão ser aprovados junto à Prefeitura Municipal de Campo Mourão e à Copel, para possibilitar a sua execução.

Após a conclusão dos projetos, será possibilitada à Administração do TJPR a instauração de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada para a realização da obra de execução das instalações da usina fotovoltaica. Os recursos serão providos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Energia limpa e acessível
- o Inovação infraestrutura
- o Consumo e produção responsáveis

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

[Mais informações](#)



INFÂNCIA E JUVENTUDE



AdoleSendo

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Ponta Grossa

Data de criação: 05/07/2017

Situação: em andamento

O que é

Realização de cinco encontros temáticos de filosofia para adolescentes em situação de risco e medidas de proteção.

Objetivo

Promover reflexão filosófica, entendendo esta como a possibilidade de os adolescentes examinarem o mundo em que vivem sob um novo ângulo; comparando, contestando e buscando respostas a novas questões sobre si, mas principalmente sobre as situações que geraram a aplicação da medida protetiva.

Forma de Atuação

Realização de encontros em grupo, sendo cinco encontros por turma. Ao mesmo tempo, é realizado grupo de pais/responsáveis, com o acolhimento de suas angústias e frustrações quanto ao relacionamento com os adolescentes.

Os encontros do referido projeto ocorrem semanalmente, as quartas-feiras das 13h30 às 15 horas, tendo os seguintes temas:

- o Consciência e suas relações com o outro e o ser-em-si, segundo J. P. Sartre;

- o O conceito sartreano de liberdade: implicações éticas;
- o Jogos de Linguagem nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein;
- o A Alienação do indivíduo em Max Horkheimer;
- o O formalismo da razão e suas implicações para o processo formativo.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Cantinho do Acolhimento

Comarca: Pérola

Realizado por: Juizado Especial Cível e Criminal

Data de criação: 06/06/2016

Situação: em andamento

O que é

Oitiva humanizada por meio de ambientação adequada, evitando a revitimização de menores vítimas de violência.

Objetivo

Tornar a inquirição de menores vítimas de violência menos traumática possível.

Forma de Atuação

Construção de sala de depoimento sem dano, com trabalho decorativo lúdico e brinquedos, livros, gibis, revistas, livros de pintura e lápis de cor para crianças e adolescentes.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Inovação infraestrutura
- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)

[Documentos extras](#)



Cidadania em Cena

Comarca: Curitiba

Realizado por: Realizado pelos Consultores Jurídicos

Data de criação: 2018

Situação: em andamento

O que é

Planejamento de vida pessoal e profissional para adolescentes.

Objetivo

Conscientizar e orientar adolescentes estagiários do Ensino Médio do TJPR sobre a importância de um planejamento de vida pessoal e profissional.

Forma de Atuação

As atividades são informais, provocativas de reflexão individual e com posterior exposição do tema com o grupo, que é disposto em círculo e formado por até 20 pessoas. Há uma abordagem e interação acerca da importância de um planejamento pessoal e profissional para concretização dos projetos de vida, com ênfase profissional, percorrendo sobre os passos de um planejamento, como: definição de metas, de prazos, prática do autoconhecimento, montagem de uma planilha, foco, disciplina, determinação e motivação. O encontro é de apenas uma tarde, com duração de aproximadamente três horas para cada equipe selecionada.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Erradicação da pobreza
- Educação de qualidade
- Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)

[Documentos extras](#)





Confiar

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Família

Data de criação: 15/05/2014

Situação: em andamento



O que é

Criação de fluxo de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Objetivo

Promover e manter a integridade das vítimas e oferecer um ambiente acolhedor e uma atmosfera especialmente criada para que elas possam sentir-se seguras durante o encaminhamento e atendimento de seus casos.

Forma de Atuação

Atua com a coordenação, via CEJUSC, do fluxo de atendimento desses casos, desde o conhecimento da possível violência, seja por meio de prisão em flagrante, por manifestação espontânea da vítima ou por denúncia de terceiro.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Igualdade de gênero
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



Criança e Adolescente Protegidos

Comarca: Curitiba

Realizado por: Coordenadoria do Programa Criança e Adolescente Protegidos do Gabinete do Presidente

Data de criação: 17/11/2014

Situação: em andamento



O que é

Emissão gratuita do documento de identidade biométrico.

Objetivo

Dentre muitos, o objetivo estratégico que merece destaque refere-se ao reforço na rede de segurança estadual, auxiliando no combate à prostituição infantojuvenil (que se utiliza de documentos falsos de pessoas maiores), na identificação e localização de crianças desaparecidas ou sequestradas e na luta contra à evasão escolar. Além disso, possibilita o exercício da plena cidadania, incutindo nas crianças e adolescentes a sensação de que, efetivamente, pertencem à sociedade na qual estão inseridos, tornando mais concreto o princípio da proteção integral, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Objetiva ainda dar ampla efetividade ao princípio da Proteção Integral das crianças e dos adolescentes, assegurando o exercício da cidadania e fortalecendo a rede de segurança pública.

Também se trata de um instrumento extremamente útil para a educação, saúde e lazer das crianças, pois permite ao Estado o conhecimento do exato número de seus habitantes e a sua faixa etária, possibilitando implantar e prever, com precisão e antecedência, políticas públicas de desenvolvimento social, inclusive com construção de creches e escolas, visando atender a demanda de cada região.

Forma de Atuação

Na primeira fase de execução do programa as ações são realizadas de forma simultânea em todos os municípios que já possuem estrutura totalmente informatizada do Instituto de Identificação.

O plano de trabalho foi inicialmente estabelecido pelos postos do Instituto de Identificação, com a destinação de duas sextas-feiras de cada mês para atendimento exclusivo do público-alvo. Nas datas selecionadas, as crianças e adolescentes do colégio escolhido pela Secretaria de Educação são conduzidos até o Instituto para identificação biométrica e confecção do documento de identidade. Os representantes da Secretaria de Educação são os responsáveis pela seleção das escolas, comunicação com os genitores ou responsáveis legais e coleta das respectivas autorizações, organização dos documentos imprescindíveis para a confecção da identidade), assim como pelo acompanhamento dos alunos até o posto do instituto.

O Magistrado da Comarca possui a incumbência de conferir a regularidade das autorizações emitidas pelos genitores, assim como dos demais documentos apresentados. Também deve nomear um profissional indicado pela escola como responsável legal daquelas crianças e adolescentes, apenas com a finalidade de solicitar a confecção da carteira de identidade. Além de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.

Visando a expansão dos atendimentos, assim como a possibilidade de extensão a localidades que ainda não possuem a estrutura necessária para a implantação do Programa, foi firmada parceria com o "Paraná Cidadão", em decorrência da qual, no dia que antecede a abertura da "Feira de Serviços" e utilizando a estrutura organizada no município, o Instituto de Identificação se dedica exclusivamente à confecção de documentos de identidade exclusivamente para as crianças e adolescentes beneficiados pelo Programa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Educação de qualidade
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#) 



Dedica - Olhares para a Infância e Juventude

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Vara da Infância e Juventude

Data de criação: 01/03/2016

Situação: em andamento

O que é

Formação continuada para os atores do sistema de garantia dos direitos e defesa da criança e do adolescente, com ênfase na abordagem de demandas ligadas às vulnerabilidades detectadas no projeto de Combate à Evasão Escolar.



Objetivo

Fortalecer a atuação das redes de proteção à infância, adolescência e juventude; reconhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como instrumento legislativo de referência para a promoção dos direitos, deveres, defesa e proteção infantojuvenil; fomentar ações voltadas à efeti-

vação da proteção integral; desenvolver ações formativas permanentes por meio da abordagem multidisciplinar de temas referentes às questões da infância, adolescência e juventude, ressaltando a especificidade da atuação dos atores/instituições envolvidos; discutir e determinar meios de prevenção e enfrentamento às violências; propiciar um espaço para o debate sobre os desafios socioeducacionais contemporâneos; promover cultura de conhecimento, proteção e respeito aos direitos das juventudes, com base no Estatuto da Juventude.

Forma de Atuação

Realizado desde ano de 2016, com encontros mensais, oferece palestras, oficinas e mesas de debates com profissionais das mais diversas áreas, que são referências na temática que atuam.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



Falando sobre socioeducação

Comarca: Londrina

Realizado por: Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei

Data de criação: 01/06/2016

Situação: em andamento

O que é

Utiliza a metodologia dos Círculos de Construção de Paz, da Justiça Restaurativa, para estabelecer um diálogo integrado e de formação continuada entre atores do sistema de justiça e os profissionais responsáveis pelo atendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e meio fechado da Comarca de Londrina, visando a qualificação do atendimento.

Objetivo

Eliminar a falta de alinhamento conceitual e operacional entre os atores da socioeducação, que dificulta a execução das medidas à luz do cumprimento dos objetivos da socioeducação e do respeito aos direitos dos adolescentes. Além disso, visa romper com uma cultura de naturalização de práticas violadoras de direitos dos



adolescentes dentro das instituições. A partir da abertura, transparência e diálogo interinstitucional, busca-se evoluir em conceitos e estratégias metodológicas humanizadas e efetivamente socioeducadoras.

Forma de Atuação

Utiliza a metodologia dos Círculos de Construção de Paz. Os encontros com cada unidade socioeducativa são sistemáticos e frequentes, estruturados em uma agenda de desafios para a qualificação do atendimento socioeducativo, previamente definidos em conjunto e buscando, a partir dos temas eleitos, oportunizar a problematização coletiva e a construção de soluções para problemas que surgem no decorrer dos encontros.

O planejamento e execução do projeto são realizados de forma compartilhada entre os gestores (Juíza e diretores das unidades), sendo estimulados, ao longo de todo processo de trabalho, valores como: a horizontalidade das relações, a corresponsabilidade, a dialogicidade, a gestão democrática e o fortalecimento dos relacionamentos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#) 



Filho: “O bem que não se partilha”

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: 1ª Vara de Família e Sucessões, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Data de criação: 19/08/2019

Data de finalização: 09/11/2019

Situação: Concluído

O que é

Uso de tecnologias de telecomunicação pela equipe de apoio especializado do Serviço Social na atuação junto às Varas de Família.



Objetivo

Sensibilizar e informar as famílias atendidas pelo apoio especializado das Varas de Família sobre temas pertinentes às situações vivenciadas pelas

famílias a partir da separação conjugal e durante o trâmite dos processos que envolvem questões de guarda, convívio parental e alienação parental.

Forma de Atuação

Após a organização do material, em formato interativo e pedagógico (baseado na Oficina de Pais e Mães do Conselho Nacional de Justiça - CNJ), e com a colaboração e apoio dos Magistrados atuantes nas Varas de Família, realizou-se uma seleção dentre os processos destinados ao Setor para Estudo Social, encaminhando-se o material via aplicativo WhatsApp em formato de slides (PowerPoint) e PDF aos pais e mães. O objetivo, assim, é contribuir com a reflexão e decisão a respeito das controvérsias referentes à guarda e ao convívio dos filhos em questão.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Justiça e Cidadania também se aprendem na escola

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 10/12/1992

Situação: em andamento

O que é

Divulgação e formação de noções básicas de cidadania e, também, sobre o funcionamento e a finalidade da Justiça aos alunos do 5º ano da rede pública municipal do Estado do Paraná.



Objetivo

Contribuir com a formação de crianças para atuarem como agentes multiplicadores de saberes, além de propiciar a integração entre as esferas

da Justiça e da sociedade. Considerando que a essência do programa é o despertar da cidadania, a colaboração de juízes, promotores e advogados é de fundamental importância na formação de futuros cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Forma de Atuação

O programa é desenvolvido por etapas. Na primeira delas, os alunos recebem cartilhas, os professores comentam o conteúdo e depois os voluntários (Magistrados, Promotores e Advogados) vão até as escolas para conversar com professores e alunos sobre seu trabalho, abordando a questão dos direitos e deveres e o funcionamento do Poder Judiciário. Na outra etapa, os alunos e professores visitam o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e, para finalizar, os alunos fazem uma apresentação cultural na escola sobre os assuntos abordados no programa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Na medida que eu penso

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 02/02/2015

Situação: em andamento

O que é

Por meio de oficinas temáticas de filosofia - com a utilização da principiologia dos Círculos de Construção de Paz - proporciona-se aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, reflexões sobre a conduta e responsabilidade pelos seus atos. Ao mesmo tempo, é realizado grupo de pais/responsáveis.



Objetivo

O objetivo primordial do projeto, por meio de pressupostos filosóficos, está relacionada à possibilidade de os adolescentes em conflito com a lei refletirem e perceberem de que forma alguns conceitos postulados na sociedade contemporânea, como a legitimação do efêmero, o incentivo capitalista a condutas individualistas e egocêntricas como forma de sobrevivência, a violência como figura de ordem e segurança e a banalização do sexo, influenciam seus comportamentos individuais e interacionais, para que, diante do exposto, possuam condições de construir novos conceitos embasados nos princípios de alteridade e resiliência.

Forma de Atuação

Realização de cinco encontros, em grupo, norteados pela filosofia e pela Justiça Restaurativa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Núcleo Promocional Pequeno Anjo

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Vara da Infância e Juventude

Data de criação: 28/04/2011

Situação: em andamento

O que é

Acolhimento Institucional de crianças e adolescente de 0 a 12 anos.

Objetivo

Acolher crianças, na faixa etária de zero a seis anos ou grupos de irmãos (até 12 anos) sem distinção de idades e sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, vítimas de maus tratos, negligência familiar, abandono, risco social e pessoal encaminhados pela Vara da Infância e Juventude e pelo Conselho Tutelar.

Forma de Atuação

Atendimento das crianças em ambiente familiar de modo que sintam o menos possível o abandono e a falta da família biológica,



considerando o seu desenvolvimento integral e sua identidade pessoal, preparando-as para sua inserção pessoal, favorecendo a participação da comunidade no processo educativo e/ou vida da instituição, dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A instituição conta com quatro casas lares com capacidade de atendimento de 10 crianças por casa, num total de 40 crianças. Propõe um atendimento inovador em que a criança seja vista em suas necessidades individuais, em sua história pessoal, mesmo que em pequenos grupos, oferecendo moradia provisória, proteção, apoio, assistência médica, social e psicológica e o menor tempo possível de afastamento familiar.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Pai Presente é Pai Responsável

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Família

Data de criação: 15/02/2010

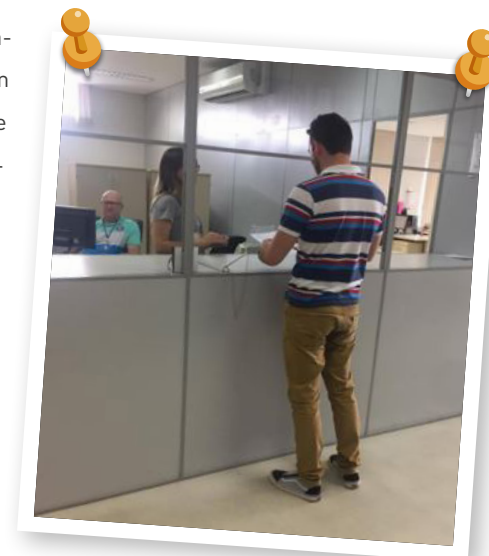
Situação: em andamento

O que é

Busca qualificada de suposto pai de crianças e adolescentes sem registro.

Objetivo

Atendimento qualificado dos envolvidos com a ausência legal de paternidade, buscando reduzir os casos de registros sem paternidade, auxiliando os pais da criança ou adolescente.



Forma de Atuação

Formaliza-se o atendimento junto ao CEJUSC Cidadania por meio de um procedimento pré-processual quando da comunicação da situação pela Vara de Registros Públicos ou outro meio. Designa-se atendimento da mãe junto ao setor de Psicologia para entrevista e acolhimento. Se a mãe da criança indicar o nome do suposto genitor, este também é atendido, possibilitando aos envolvidos a célere designação de audiência de mediação ou, mesmo, a realização de exame pericial de DNA.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Erradicação da pobreza
- Saúde e bem-estar
- Educação de qualidade
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



PIA da 2ª Vice

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 06/08/2019

Situação: em andamento

O que é

Projeto de Incentivo à Autonomia Emocional voltado para crianças e adolescentes destinatários de medida protetiva de acolhimento institucional.

Objetivo

Pretende desenvolver a autonomia dos jovens, numa preparação gradativa para o desligamento das instituições, bem como auxiliar o trabalho das equipes que atuam diretamente com eles.

Forma de Atuação

A programação é composta por 30 encontros e, para realizar as atividades propostas, a equipe do PIA conta com a participação de voluntários que possam oportunizar vivências, cursos e formações que colaborem, de alguma forma, no processo de desenvolvimento da autonomia de crianças e adolescentes acolhidos, mobilizando esforços não só dentro do próprio Poder Judiciário, mas também nos diversos setores do Estado e da sociedade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Educação de qualidade
- Igualdade de gênero
- Trabalho decente e crescimento econômico
- Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Programa Interdisciplinar de Solução de Conflitos

Comarca: Curitiba

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba

Data de criação: 04/04/2018

Situação: em andamento

O que é

Intervenção interdisciplinar em casos de disputa de guarda com indícios da ocorrência de alienação parental.



Objetivo

Elucidar questões sociais que extrapolam os limites da jurisdição, objetivando a resolução adequada da disputa de guarda e, por consequência, a proteção à criança ou ao adolescente.

Existe, ainda, o objetivo pedagógico de promover o aprendizado prático dos estudantes de Psicologia em atuações terapêuticas com contexto judicial, bem como a prática dos estudantes de Psicologia e Direito no âmbito das ações voltadas à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse, reguladas conforme a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Forma de Atuação

São verificados pelo menos quatro momentos distintos de atuação em cada edição:

- 1** Identificação e encaminhamento dos casos:
Nesta etapa há a triagem de procedimentos em trâmite perante a Vara Descentralizada da Cidade Industrial. Em cada um dos procedimentos triados ocorre a designação de audiência, na qual o magistrado explica para as partes e para os advogados o intuito do programa e convida-os a participar.
Havendo interesse na participação, o processo é suspenso (sem prejuízo da análise de questões urgentes) e as partes são encaminhadas para entrevista inicial com a equipe de Psicologia.
- 2** Ciclo terapêutico:
As pessoas encaminhadas ao serviço de Psicologia da Universidade Positivo passam por encontros terapêuticos periódicos (em grupos ou, sendo necessário, individualmente). São criados grupos distintos, de modo que as pessoas envolvidas no mesmo conflito integram sempre grupos separados.
- 3** Oficinas de métodos autocompositivos
Enquanto o ciclo terapêutico acontece, outros estudantes (do curso de Direito e Psicologia) participam de oficinas nas quais são

apresentados às metodologias autocompositivas, visando, mais tarde, intervir nos casos triados, sob a supervisão da Coordenação do Programa.

Os estudantes são organizados para atuar em duplas, compostas por um representante do curso de Direito e outro do curso de Psicologia, buscando a complementariedade das duas áreas do saber.

4 Sessões autocompositivas

Encerrado o ciclo terapêutico e a participação dos estudantes nas oficinas, são agendadas sessões autocompositivas nos casos inicialmente triados.

Nessa sessão, conduzida pelos estudantes do curso de Psicologia e Direito sob supervisão da equipe que coordena o Programa, busca-se a pacificação da lide como um todo ou de questões que possam ser prejudiciais ao bom andamento do procedimento judicial, evitando, assim, o ajuizamento de ações repetitivas entre os mesmos jurisdicionados ou tumultos processuais que acarretariam em atraso da própria prestação jurisdicional.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)

[Documentos extras](#)



Projeto Construindo um Futuro

Comarca: Wenceslau Braz

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 01/09/2019

Data de finalização: 13/03/2020

Situação: Concluído

O que é

Círculos de Construção de Paz com adolescentes que estão cumprindo ou já cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade).

Objetivo

GERAL

- o Garantir um ambiente seguro e acolhedor, com dinâmicas de Justiça Restaurativa, a fim de estimular autorreflexão e enfrentamento de temas relevantes e prospectivos junto aos adolescentes que passam ou passaram pelo cumprimento de medidas socioeducativas.

ESPECÍFICOS

- o Buscar um progresso pessoal, familiar, comunitário e social dos adolescentes, além de garantir maior responsabilidade no cumprimento de eventual medida socioeducativa e diminuir a reincidência.

Forma de Atuação

- o Círculo de Construção de Paz com adolescentes que passam ou passaram pelo cumprimento de medidas socioeducativas;

- o Círculo de Construção de Paz com familiares dos adolescentes, eventuais vítimas, comunidade e integrantes da rede de proteção.

Principais atribuições:

CEJUSC

- o Participar de forma efetiva da elaboração, organização e planejamento dos roteiros dos Círculos de Construção de Paz;
- o Realizar o trabalho de orientação, informação e esclarecimentos sobre o tema, apresentando-se sempre à disposição em ambiente prospectivo;
- o Direcionar eventuais demandas aos órgãos competentes e rede de proteção municipal.

AUTORIDADE JUDICIÁRIA

- o Gerenciar o projeto, juntamente com o CEJUSC, podendo desenvolver atividades com os adolescentes, em parceria com o Ministério Público.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Projeto de Apadrinhamento - Carinho, Respeito e Amizade

Comarca: Wenceslau Braz

Realizado por: Juízo Único

Data de criação: 11/05/2020

Situação: em andamento

O que é

Apadrinhamento de crianças e adolescentes para estabelecer e proporcionar vínculos externos à instituição a fim de ampliar a convivência familiar e comunitária e colaborar com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.



Objetivo

Garantir o direito à convivência comunitária às crianças e aos adolescentes acolhidos e juntamente mobilizar a comunidade para conhecer e participar das ações.

Forma de Atuação

O Serviço Auxiliar da Infância e Juventude (SAIJ), da Comarca de Wenceslau Braz, é responsável pela elaboração e implantação do referido projeto. A execução será realizada, em parceria, com equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social (equipe de Proteção Social Especial, equipe técnica e coordenação da Casa Lar), Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Wenceslau Braz (CEJUSC) e Promotoria de Justiça da Comarca de Wenceslau Braz.

O Projeto é composto pelas seguintes espécies:

- o Apadrinhamento Empresarial/Profissional;
- o Apadrinhamento Financeiro;
- o Apadrinhamento Afetivo; e
- o Apadrinhamento Cultural.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Saúde e bem-estar
- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Projeto Dindo

Comarca: Curitiba

Realizado por: Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), em parceria com Associação JusCidadania – Voluntariado da Justiça Federal do Paraná

Data de criação: 2014

Situação: em andamento

O que é


Ações voltadas a proporcionar o apadrinhamento afetivo a crianças acolhidas.

Objetivo

Proporcionar o maior aproveitamento possível do programa e o desenvolvimento dos direitos ao lazer, à saúde, à educação, à cultura e em especial à convivência familiar e comunitária para crianças/adolescentes apadrinhados. O projeto pretende, também, dotar o adolescente de recursos para sua autogestão no momento da maioridade, além de dar segurança e confiança quanto ao futuro do adolescente afilhado, evitando, assim, as evasões das instituições, motivadas pelo medo e insegurança do futuro.



Forma de Atuação

Os interessados deverão participar de oficina de esclarecimento ministrada pela equipe técnica. A oficina é realizada em duas noites no auditório da Justiça Federal. É necessário se inscrever pelo site da JusCidadania (www.juscidadania.org.br ); juntar a documentação exigida; passar por entrevista avaliativa com psicólogo ou assistente social do programa; definir pelo modelo de apadrinhamento que mais lhe convier (individual, em grupo ou financeiro); participar de visitação guiada tecnicamente à instituição para atividades em grupo; e realizar estágio de aproximação com o pretense afilhado, mediante orientação técnica. Após essa etapa, é expedido o Termo de Apadrinhamento e fornecida a Cartilha Dindo aos padrinhos, que irão proporcionar às crianças/adolescentes convívio familiar, afeto, passeios, férias, viagens, etc.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos fundamentais

[Mais informações](#) 



Semana da Criança e do Adolescente no Judiciário

Comarca: Curitiba

Realizado por: Coordenadoria da Infância e da Juventude

Data de criação: 10/2016

Situação: Em Andamento

O que é

Ação realizada no mês de outubro para convidar as Comarcas do Estado do Paraná a iniciarem novos projetos, ampliarem e fortalecerem atividades já em curso e agendarem, de modo concentrado, audiências e outros atos em processos com interesse de crianças e adolescentes.

Objetivo

Dar visibilidade às demandas da infância e juventude no Poder Judiciário, por meio de um evento que seja percebido como marco frente a esta atuação.

Forma de Atuação

O projeto é apresentado às Comarcas por meio de divulgação no site do TJPR e através do sistema Mensageiro. A participação é voluntária e os interessados preenchem um formulário de adesão. Para alcançar os objetivos, buscar-se-á efetivar a participação dos atores envolvidos nas atividades - Magistrados; Servidores do Judiciário; Parceiros (Entidades de Acolhimento; Grupos de Apoio à Adoção, Programas de Apadrinhamento); Escolas; Universidades; Rede de Proteção, entre outros.

Após a realização das ações, as unidades participantes encaminham os resultados obtidos à Coordenadoria da Infância e Juventude, que realiza a avaliação e divulgação dos dados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



JUSTIÇA PROATIVA



A.P.P – Atendimento Presencial Postergado

Comarca: Apucarana

Realizado por: Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública

Data de criação: 11/06/2020

Situação: em andamento

O que é

Atermação inicial virtual de cidadãos desassistidos de advogados.

Objetivo

Alcançar todos os cidadãos que tenham interesse e necessidade de ingressar com uma demanda junto ao Juizado Especial e não possuem condições ou interesse em contratar um advogado e nem detenham aparatos tecnológicos para tanto (impressora, scanners, entre outros).

Forma de Atuação

Entrevista prévia realizada via WhatsApp e e-mail e posterior triagem gravada via plataforma Cisco Webex, a qual segue inclusa na atuação junto ao Sistema PROJUDI.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Inovação infraestrutura

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



Justiça Itinerante – Paraná em Ação

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 10/09/2019

Situação: em andamento

O que é

Atendimento de demandas correlatas sobre a garantia de acesso à justiça, cidadania e autocomposição, aproximando desta forma o Poder Judiciário da comunidade.

Objetivo

Promover ao cidadão o acesso à justiça e a construção de uma cultura de paz social

Forma de Atuação

Participação dos Juizados Especiais (JESPs) e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) nas feiras de serviço, prestando orientações e esclarecimentos, encaminhamentos, agendamentos e até audiências de conciliação pré-processuais que, posteriormente, são analisadas e homologadas pelos magistrados coordenadores.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Justiça no Bairro

Comarca: todo o estado do Paraná

Realizado por: Desembargadora Joeci Machado Camargo

Data de criação: 29/03/2003

Situação: Em Andamento

O que é

O Programa Justiça no Bairro desenvolve atendimento jurídico com atividade jurisdicional descentralizada junto à população de baixa renda, ou seja, a família vulnerável economicamente a garantir-lhes o efetivo exercício da cidadania.

Objetivo

Entrega da prestação jurisdicional de forma célere e efetiva, atuando como ferramenta do Judiciário Paranaense, gerando e entregando valor à sociedade e ajudando a cumprir sua missão institucional.

Surgiu com o propósito de aproximar o Poder Judiciário dos jurisdicionados economicamente carentes, oferecendo-lhes condições dignas de acesso à Justiça.

Forma de Atuação

O Programa envolve o poder público como um todo, entidades privadas, profissionais voluntários, estudantes e outros parceiros, que irmanados no sentimento de solidariedade e responsabilidade, devolvem a dignidade à pessoa humana ao despertar a esperança, participando da construção

da felicidade. O Projeto iniciou em 29 de março de 2003 em um dos bairros mais populoso e carente de Curitiba - a Rua da Cidadania do Bairro Novo, local no qual está concentrada uma gama enorme de serviços sociais a disposição da população, estendendo-se também ao interior do Estado, dada a característica itinerante.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Redução das desigualdades
- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Justiça Seja Feita

Comarca: Laranjeiras do Sul

Realizado por: Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal

Data de criação: 17/09/2015

Data de finalização: 03/11/2015

Situação: Concluído

O que é

Desenvolvimento e divulgação de cartilha educativa sobre o Tribunal do Júri e a função do jurado.

Objetivo

Difundir localmente o dever de ser jurado, tornando efetivamente pública a ideia da participação e colaboração com o Poder Judiciário. Aproximar a Justiça Estadual dos cidadãos, através da parceria entre o juízo local, a faculdade e os acadêmicos participantes. Cadastrar o maior número possível de pessoas voluntárias para participar no corpo de jurados da Comarca, fazendo com que compareçam perante o juízo por livre e espontânea vontade para inscrever-se como membro do corpo de jurados.

Forma de Atuação

Elaboração de cartilha educativa e divulgação maciça em meios de comunicação.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Operação Litoral 2019/2020

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 14/10/2019

Data de finalização: 28/02/2020

Situação: Concluído

O que é

Prestação jurisdicional e orientação aos cidadãos nas praias paranaenses durante o período de alta temporada.

Objetivo

Atendimento ágil e eficaz, durante o período de maior movimento no litoral, das demandas das competências do Juizado Especial Cível e Criminal, da Infância e Juventude, Violência Doméstica e Audiências de Custódia. O objetivo específico do projeto é o atendimento eficaz e a resolução das demandas até o final da temporada de verão, ou seja, até o término do período de execução do projeto. Também pretende-se conscientizar a população das formas de resolução dos conflitos, assim como a educação no trânsito e demais serviços de orientação e cidadania mediante a van do "Juizado Móvel".

Forma de Atuação:

- o Atendeu as competências de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Violência Doméstica e Familiar, Infância e Juventude e realizou Audiências de Custódia.
- o Atendeu, no seu formato original, as Comarcas de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Como Justiça Itinerante atendeu ainda as Comarcas de Paranaguá (Paranaguá e Ilha do Mel), Morretes e Antonina.

- o Período de atuação: A Operação Litoral 2019/2020 foi dividida em dois períodos de trabalho. O primeiro foi de 26 de dezembro de 2019 a 10 de janeiro de 2020 e o segundo período, de 17 a 28 de fevereiro de 2020.

Além disso, a Operação Litoral 2019/2020 intensificou algumas inovações acrescentadas nas últimas edições, além de retomar experiências bem sucedidas em operações anteriores. São elas:

- o Equipe Psicossocial: A equipe psicossocial possui grande importância no atendimento das crianças e adolescentes, além de orientar os usuários de entorpecentes, cuja incidência aumenta significativamente durante a temporada de verão.
- o Projeto Novas Pontes: Realizado por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Criminal e a Central de Medidas Socialmente Úteis, visa a implementação da Justiça Restaurativa, como determina a Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, para promover a cidadania, garantir os direitos humanos e encaminhamentos para a rede de serviços a pessoas usuárias de substâncias lícitas e ilícitas.
- o Juizado Móvel: O Juizado Móvel, sucesso nas edições anteriores, divulgou o trabalho desenvolvido pelo Tribunal com enfoque também na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, educação no trânsito, prevenção ao uso de drogas e demais orientações necessárias à família paranaense, servindo também como local para a realização de mediações e conciliações pré-processuais.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Igualdade de gênero

- o Água limpa e saneamento
- o Inovação infraestrutura
- o Redução das desigualdades
- o Vida na água
- o Vida terrestre
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- o Melhoria da Gestão de Pessoas
- o Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Programa Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 21/12/2010

Situação: em andamento

O que é

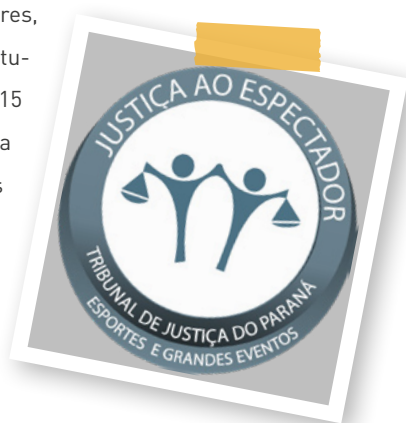
Plantão do Juizado nos eventos esportivos e de entretenimento.

Objetivo

Tornar a Justiça mais célere e mais próxima do cidadão.

Forma de Atuação

Funcionam em regime de plantão, possuindo competência para conhecer todas as ocorrências decorrentes desses eventos, sobretudo no interior do estádio ou arena e seus arredores, na forma da Lei 9.099/95 e do Estatuto do Torcedor (Lei nº. 10.671, de 15 de maio de 2003, com redação dada pela Lei nº. 12.299/2010). Os postos dos Juizados do Torcedor atendem somente as infrações de menor potencial ofensivo.



A disponibilização desse plantão atende à Recomendação n. 45/2013 do Conselho Nacional de Justiça e o disposto no Estatuto do Torcedor, sendo dever dos clubes de futebol ou organizador do evento disponibilizar estrutura para a realização das audiências.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)





Reforma da cadeia Pública de Arapoti

Comarca: Arapoti

Realizado por: Juízo Único

Data de criação: 15/07/2019

Situação: em andamento

O que é

Reforma das celas da cadeia pública de Arapoti, pois estavam em péssimas condições de conservação, tornando o ambiente insalubre, violando os direitos mínimos da dignidade da pessoa humana.



Objetivo

Proporcionar um ambiente com o mínimo de salubridade, visando conservar a integridade física e psicológica dos detentos.

Forma de Atuação

Força-tarefa de vários órgãos, como o setor de engenharia municipal, Conselho da Comunidade (maior parte dos recursos financeiros), Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) local, Departamento Penitenciário (DEPEN), Poder Judiciário e membros da sociedade civil. As obras foram realizadas pelos próprios presos, o que além de reverter na melhora da qualidade de vida deles mesmos, ainda repercutiu em benefícios penais, como a detração de pena.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Água limpa e saneamento
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- o Instituição da Governança Judiciária

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



MEDIDAS ALTERNATIVAS



CEMSU – Central de Medidas Socialmente Úteis

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 01/04/2019

Situação: em andamento

O que é

São órgãos administrativos, sem atribuição jurisdicional, que assessoram e subsidiam as unidades do Sistema de Justiça na execução das políticas públicas de tratamento adequado aos conflitos de interesse, das práticas restaurativas e das alternativas penais.

Objetivo

Fortalecer o sistema de aplicação de medidas socialmente úteis com enfoque restaurativo em substituição à mera aplicação de prestação pecuniária e multa e de privação de liberdade. Busca-se oferecer, assim, um contraponto ao círculo vicioso de banalização da aplicação de penas pecuniárias – no caso das infrações de menor potencial ofensivo –, destituídas de efeitos restaurativos e terapêuticos, e resgatar o caráter socialmente útil das prestações sociais, em especial da prestação de serviços à comunidade.

Forma de Atuação

As Centrais desenvolvem os programas e projetos constantes do Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis, em parceria com o Poder Executivo (Municipal e Estadual), Ministério Público, Defensoria Pública,



Conselho da Comunidade e demais entidades parceiras do Sistema.

Toda a força de trabalho atuante nas Centrais de Medidas Socialmente Úteis, incluindo os Magistrados Coordenadores, são capacitados em Justiça Restaurativa pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e/ou pela EMAP a fim de garantir uniformidade e qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, magistrados, servidores e demais facilitadores participam de capacitações específicas do NUPEMEC sobre o Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis.

Cada ação a ser desenvolvida em conjunto é formalizada por meio de planos de trabalho e objeto de instrumentos específicos, conforme suas características.

Os partícipes, por meio de seus representantes designados, encaminham relatórios técnicos referentes às atividades executadas e eventuais pendências existentes, apresentando propostas de solução.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)



Custódia Restaurativa

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 11/09/2018

Situação: em andamento

O que é

Encontros que aliam as diversas medidas alternativas da prisão aos autores de crimes comuns com os fundamentos da Justiça Restaurativa.



Objetivo

Promover a responsabilização nos participantes e a reflexão crítica quanto à prática do crime.

Forma de Atuação

Realização de encontros em formato circular, seguindo os princípios da Justiça Restaurativa. Processualmente falando, o feito é encaminhado ao CEJUSC, sendo os custodiados inseridos em grupos reflexivos, com no máximo 10 participantes, nos quais se abordam temas como responsabilização, legislação e cidadania, vitimização e projeto de vida. Tais encontros seguem a metodologia da Justiça Restaurativa.

Observa-se que a única obrigatoriedade imposta ao custodiado é comparecer ao primeiro encontro. Isso porque um dos princípios que rege a Justiça Restaurativa é o da voluntariedade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

História do Judiciário Paranaense

Comarca: Curitiba

Realizado por: Desembargador Robson Marques Cury

Data de criação: 01/10/2014

Situação: em andamento



O que é

Série de artigos sobre pessoas que fizeram parte do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Objetivo

Enaltecer a memória daqueles que fizeram parte do Judiciário.

Forma de Atuação

Produção e divulgação de artigos no site do Tribunal e futura publicação de livro.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



História do Judiciário Paranaense – Entrevistas

Comarca: Curitiba

Realizado por: Departamento de Comunicação e Cerimonial

Data de criação: 2019

Situação: em andamento

O que é

Série de entrevista com os Desembargadores ativos do TJPR.

Objetivo

Aproximar os atores do Judiciário da população e realizar um registro histórico da vida e atuação dos magistrados.

Forma de Atuação

Produção e divulgação de entrevistas no canal do Youtube do Tribunal.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



TJPR – 130 anos de história

Comarca: Curitiba

Realizado por: Departamento de Comunicação e Cerimonial

Data de criação: 2020

Situação: em andamento

O que é

Livro sobre os 130 anos de história do TJPR

Objetivo

Registrar e divulgar a história do Poder Judiciário no Paraná desde o século 16 até os dias atuais. A obra relata a saga da instauração do sistema judiciário no território paranaense, passando pela criação do Tribunal de Justiça do Paraná e do seu desenvolvimento ao longo dos anos.

Forma de Atuação

Pesquisa histórica a partir de documentos e de fontes bibliográficas para a produção de um livro.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS



Capacitações em Mediação Judicial e Justiça Restaurativa

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 04/02/2019

Data de finalização: 01/02/2021

Situação: em andamento

O que é

Curso de Mediação Judicial e de Justiça Restaurativa a fim de fomentar a autocomposição e os meios pré-processuais de solução de conflitos.

Objetivo

CURSO DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO JUDICIAL

O curso de capacitação básica dos terceiros facilitadores (conciliadores e mediadores) tem por objetivo transmitir informações teóricas gerais sobre a conciliação e a mediação, bem como vivência prática, visando desenvolver competências e habilidades necessárias para o exercício da conciliação e da mediação no âmbito judicial.

CURSOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Visa tornar o participante capaz de utilizar adequadamente as técnicas próprias da autocomposição, habilitando-o para a condução de Círculos de Construção de Paz em cenários conflituos, observando os princípios e fundamentos da Justiça Restaurativa e os ditames da Resolução 225 do CNJ (Regimento, art. 6º).

Para tanto, serão desenvolvidas habilidades no intuito de, entre outras, compreender e aplicar princípios e valores fundamentais nos processos

circulares em uma abordagem transformativa e restaurativa, bem como os elementos estruturais necessários ao planejamento e à condução de círculos, tendo como principal ferramenta didática a vivência do processo circular.

Forma de Atuação

Os cursos de Capacitação de Mediadores Judiciais e Conciliadores Judiciais e Justiça Restaurativa são oferecidos pelo Poder Judiciário no Estado do Paraná e são fiscalizados e administrados pelo NUPEMEC, em parceria com a Escola dos Servidores do Tribunal de Justiça do Paraná (ESEJE).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Inovação infraestrutura
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)





CECON – Centro de Conciliação dos Juizados Especiais

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 10/10/2018

Situação: em andamento



O que é

Centralização das audiências autocompositivas nos Juizados Especiais (JESP).

Objetivo

Alcançar efetividade na disseminação da pacificação social, estabelecer um tratamento adequado aos conflitos e elevar os índices de conciliação.

Forma de Atuação

Todas as pautas das unidades de JESP da capital foram aglutinadas em um software especialmente desenvolvido para a gestão de audiências (Excubitor). Esse sistema permite a importação de dados do Projudi, fazendo com que a dinâmica de realização dos atos aconteça de forma célere e coordenada.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



CEJUSC Bancário – Superendividamento – Equilibrando as Contas

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 16/04/2020

Situação: em andamento

O que é

CEJUSC especializado que proporciona o tratamento adequado e eficiente em relação às questões financeiras do consumidor, reduzindo a proposição de novas demandas judiciais e ensinando o consumidor a evitar o endividamento.

Objetivo

Tratamento adequado aos conflitos financeiros do consumidor superendividado, utilizando-se da esfera pré-processual, buscando a redução da litigiosidade perante a concentração de atos (audiência coletiva) e da educação financeira “Equilibrando as Contas” que trará ao consumidor disciplina e tranquilidade no trato com o seu orçamento.

Forma de Atuação

O consumidor em situação de superendividamento procura o CEJUSC Bancário – Superendividamento, preenche o formulário (presencialmente ou via internet) relacionando suas dívidas. O CEJUSC pauta uma audiência coletiva



convidando o consumidor e todos os credores por ele indicados. Entre a data do protocolo do pedido e a data da audiência coletiva, o consumidor participa do curso online do TJPR, o “Equilibrando as Contas”, onde terá contato com conceitos e técnicas de educação financeira e, assim, poderá desenvolver melhor o seu orçamento doméstico/pessoal. Com esse aprendizado em finanças e com a participação de mediadores capacitados na audiência, o consumidor terá melhores condições de negociação/conciliação/mediação com seus credores, além dos efeitos pedagógicos esperados no sentido do melhor trato com o dinheiro para que o superendividamento não se perpetue.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Educação de qualidade
- o Consumo e produção responsáveis
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

[Mais informações](#)



CEJUSC “Da Casa Fácil”

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 12/03/2020

Situação: em andamento

O que é

Criação de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) especializado na área de financiamentos habitacionais de imóveis urbanos destinados à população de baixa renda, no âmbito da Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná).

Objetivo

Promoção e realização de conciliações e/ou mediações no âmbito pré-processual a respeito de questões contratuais envolvendo a inadimplência do contrato habitacional celebrado pelo mutuário com a Cohapar, evitando, assim, a judicialização de novas demandas e proporcionando redução de custos.

Promover a massiva regularização de contratos atualmente irregulares, evitando o aforamento de milhares de novas lides, possibilitando a recuperação de créditos e promovendo a pacificação social.

Forma de Atuação

Por meio dos CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) existentes nas diversas comarcas do Estado ou mediante a criação de CEJUSC Especializado em Contratos Habitacionais.



Serão realizados mutirões a serem desenvolvidos em conjunto. Cada mutirão será devidamente formalizado por meio de Plano de Ação específico, com a participação do CEJUSC “Da Casa Fácil” da Comarca respectiva, conforme as demandas exigirem. A previsão é de que o mutirão funcione das 8 às 12 horas, com os trabalhos sendo retomados às 13 horas e prosseguindo até as 17 horas, conforme os horários disponíveis do CEJUSC “Da Casa Fácil” da Comarca.

Haver entrega pessoal de carta-convite; e serão formadas equipes com servidores da Cohapar a fim de explicar ao convocado todos os trâmites da conciliação.

O espaço contará com banner explicativo do projeto além de todo o suporte necessário para a consecução do projeto.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Água limpa e saneamento
- o Energia limpa e acessível
- o Inovação infraestrutura
- o Redução das desigualdades
- o Cidades e comunidades sustentáveis
- o Vida terrestre
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



CEJUSC Fazendário

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 21/08/2019

Situação: em andamento

O que é

Centros Judiciários de Solução de Conflitos especializados na área fazendária.



Objetivo

Promover conciliações no âmbito pré-processual e processual correspondentes à área fazendária, sob a coordenação do NUPEMEC, visando atender ao disposto na Meta nº 5/2017 do Conselho Nacional de Justiça.

Forma de Atuação

Solicitação dos magistrados visando a instalação do CEJUSC Fazendário ou comunicação do projeto destinado à sensibilização dos magistrados, além de divulgação do projeto aos Governos Estadual e Municipais informando sobre a existência dessa alternativa para a solução de conflitos – o que permite a redução do grau de judicialização ou de apresentar proposta para encerramento dos processos existentes.

Assegurado o interesse do Executivo (Estadual ou Municipal), iniciam-se as tratativas para assinatura do Termo de Compromisso e ajustes do sistema Projudi visando o cadastramento, pelos servidores do CEJUSC ou da entidade de ensino superior parceira, das situações em que não há processos.

Nos casos em que há processos, solicita-se ajustes do sistema Projudi para que seja possível o encaminhamento de processos da área fazendária para o CEJUSC, o qual iniciará os procedimentos destinados a marcar a audiência de conciliação.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



CEJUSC Fundiário

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 15/04/2020

Situação: Planejada

O que é

CEJUSC especializado nas questões envolvendo a disputa de áreas urbanas e rurais existentes no estado do Paraná, o qual atua através da utilização de métodos autocompositivos no âmbito pré-processual e processual.

Objetivo

Promover a solução consensual dos conflitos existentes nas áreas urbanas e rurais no Estado do Paraná a fim de propiciar a pacificação social nas áreas conflituosas. A resolução dos conflitos mediante utilização de métodos autocompositivos irá reduzir o emprego da força pública no cumprimento de mandados de reintegração de posse ou despejo e, por consequência, diminuirá os efeitos deletérios típicos das ações desta natureza.

Forma de Atuação

A atuação do CEJUSC Fundiário poderá ocorrer na fase pré-processual ou processual. O acesso aos serviços na fase pré-processual se dará mediante provocação das partes interessadas, as quais, de comum acordo,



poderão procurar diretamente a estrutura já existente nas unidades dos CEJUSCs regionais e registrar a sua demanda. Já na fase processual, a seleção dos casos com perfil mais indicado para resolução mediante aplicação dos métodos autocompositivos, ficará a critério do juiz responsável pelo processamento da ação envolvendo matéria fundiária, cujo encaminhamento poderá ocorrer de ofício ou mediante provocação dos interessados. Dada as particularidades envolvendo matéria fundiária no âmbito do Estado do Paraná e/ou a inexistência de Unidades de CEJUSC em todas as Comarcas, poderá ser necessário utilizar o CEJUSC Fundiário também de forma itinerante.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Redução das desigualdades

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#) 



CEJUSC NUMEC

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 13/11/2018

Situação: em andamento



O que é

Conciliação e Mediação pré-processuais realizadas por Policiais Militares capacitados pelo TJPR/ESEJE.

Objetivo

Garantir uma resposta imediata para a comunidade e prevenir o surgimento de ocorrências similares.

Forma de Atuação

Diante de intenção conjunta (Juízo e Comando da PM locais), é realizado um pedido de criação do NUMEC ao NUPEMEC. Uma vez autorizado, o núcleo é vinculado ao CEJUSC existente, o qual coordenará as atividades. Por intermédio da atuação dos policiais militares capacitados pela ESEJE, busca-se o acordo pré-processual para evitar a judicialização.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#) 



CEJUSC PROCON

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 04/02/2019

Data de finalização: 01/02/2021

Situação: em andamento

O que é

Implantação de práticas autocompositivas e procedimentos que possibilitem o aperfeiçoamento e a celeridade no atendimento ao cidadão em conflitos referentes às relações de consumo.



Objetivo

Aperfeiçoar o sistema de tratamento de conflitos consumeristas.

Combater a morosidade da justiça, em prol de uma tutela jurisdicional adequada, rápida e eficiente.

Efetivação do acesso à justiça em atendimento aos preceitos do CDC.

Otimização de recursos e simplificação de rotinas procedimentais com foco na celeridade e efetividade da resposta do Poder Público.

Forma de Atuação

Instalação de uma extensão do CEJUSC nas unidades dos Procons municipais, com a capacitação de seus colaboradores em mediação judicial, oferta de serviços nos moldes das sessões realizadas nos CEJUSCs e supervisão direta do Juiz Coordenador, em atendimento às diretrizes da Resolução 125/2010 do CNJ. Aplicação dos princípios estabelecidos no art. 2º da Lei 9.099/95: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Inovação infraestrutura
- Redução das desigualdades
- Consumo e produção responsáveis
- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





CEJUSC Recuperação Empresarial

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 15/04/2020

Situação: Planejada

O que é

Criação do CEJUSC destinado à recuperação empresarial, alinhada aos termos da Recomendação CNJ nº 58 de 22 de outubro de 2019

Objetivo

Promoção de mediações no âmbito pré-processual e processual sobre questões relativas à recuperação das empresas, de modo a minimizar o número de ações judicializadas e o custo inerente à administração dos processos, além de auxiliar na manutenção da saúde financeira do Estado e na recuperação célere das empresas para que retomem suas atividades impactando de forma positiva a economia.

Forma de Atuação

Como projeto piloto, o CEJUSC Recuperação Empresarial foi criado na comarca de Francisco Beltrão, município que concentra a maior parte dos serviços e do comércio da região, com ampla atividade econômica na indústria de produtos alimentícios, indústria têxtil, comércio varejista, na agricultura e na pecuária.

Foi necessária a inserção de um módulo específico na capacitação dos conciliadores e mediadores, realizado pela ESEJE, para o desenvolvimento de conteúdo referente à Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005).

No âmbito processual, os processos selecionados são encaminhados, via Projudi, pela vara de origem ao CEJUSC. Com a indicação do mediador, pode-se iniciar a preparação dos envolvidos e planejamento da mediação. Cabe-rá ao CEJUSC definir a data para a realização da audiência. Tendo êxito a mediação, o processo deverá re-tornar para a vara de origem.

Já na modalidade pré-processual, em que os casos são recebidos para a mediação, o CEJUSC deverá enviar carta-convite aos credores com data de realização da audiência. Os servidores do CEJUSC, ou instituição de ensino parceira, cadastram a ação no Projudi. Com a indicação do mediador, pode-se iniciar a preparação dos envolvidos e o planejamento da mediação. A audiência é realizada e, com o êxito da mediação, o Juiz Coordenador do CEJUSC homologa o acordo.

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)





CEJUSC Virtual

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 08/2020

Situação: Em Andamento

O que é

Planejamento e execução de ações que envolvam a possibilidade de proporcionar o atendimento 100% virtual para as demandas pré-processuais encaminhadas aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs.

Objetivo

Implementar o projeto de mediação e conciliação pré-processual por meios virtuais, aprimorando a gestão da informação do sistema com desenvolvimento de plataformas acessíveis à população e oferecendo ao cidadão a possibilidade de resolução pacífica de demandas a qualquer tempo e em qualquer lugar, dentro dos princípios e regramentos legais, sem a necessidade de judicialização.

Forma de Atuação

O interessado deverá preencher integralmente o formulário de solicitação disponibilizado no site do TJPR, anexando a documentação necessária. A Secretaria do CEJUSC Virtual, vinculada ao CEJUSC do Fórum Cível de Curitiba, efetuará a análise do pedido e seu cadastro no Sistema PROJUDI. Após a inserção no sistema a Secretaria vai convidar as partes para a realização da sessão virtual de mediação ou conciliação.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Indústria, inovação e infraestrutura
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

[Mais informações](#)



Circulando Relacionamentos

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 14/04/2015

Situação: em andamento

O que é

Atendimento adequado e especializado aos envolvidos nos conflitos decorrentes de violência doméstica e familiar, com fundamento nos princípios da Justiça Restaurativa, incentivando o diálogo, a empatia, o empoderamento da vítima e a responsabilização do ofensor.

Objetivo

Possibilitar o encontro entre vítimas e ofensores envolvidos em casos de violência doméstica e familiar a fim de dialogar sobre os danos e necessidades decorrentes da violência.

Forma de Atuação

Realização de pré-círculos, círculos e pós-círculos. Os casos são encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, à Rede de Proteção Socioassistencial por demanda espontânea, é realizado também atendimento aos homens, participantes do projeto “Central de Reflexão”, encaminhados pela audiência de custódia. Inicialmente, são realizados os pré-círculos com os envolvidos e,

após o aceite, é agendado o Círculo de Construção de Paz – momento em que podem dialogar de forma respeitosa sobre os danos e necessidades de todos os envolvidos. Caso cheguem a um consenso, o mesmo é redigido como um Termo de Consenso de Procedimento Circular Restaurativo, enviado para a homologação judicial. Após o primeiro círculo, é realizado um monitoramento do caso por meio do agendamento de pós-círculos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





CONSEG Resolve

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 29/07/2019

Situação: em andamento

O que é

Capacitação de integrantes dos Conselhos Comunitários de Segurança em técnicas de resolução de conflitos para que realizem sessões de mediação e conciliação no âmbito comunitário.



Objetivo

Difundir a cultura do diálogo e fortalecer os métodos alternativos de solução de conflitos no âmbito da comunidade, com o objetivo de resolver

litígios entre moradores, comércios e autoridades do poder público Municipal e Estadual – contribuindo, dessa forma, para a desjudicialização dos conflitos sociais.

Forma de Atuação

Aproveitando-se do papel fundamental que os Conselhos Comunitários de Segurança exercem na sociedade e da atuação – de maneira informal – na relação entre moradores, comércios, prefeitura e forças policiais, busca-se a solução dos problemas e conflitos que afetam a comunidade. A 2ª Vice-Presidência fornece o curso de capacitação aos integrantes dos Conselhos Comunitários de Segurança que tenham interesse em participar. Em contrapartida, o Conselho indica o espaço disponível para a realização dos atendimentos à população.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Cidades e comunidades sustentáveis
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Eficiência na Judicialização da Saúde Suplementar

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 18/02/2019

Situação: em andamento



O que é

Cooperação técnica-institucional entre os participantes para viabilizar, preliminarmente, a conciliação entre as partes ou a realização de perícias consensuais ou judiciais, pré-processuais ou em ações judiciais que tenham por objeto o cumprimento de contratos de plano de saúde suplementar, em que figuram como partes, de um lado, as Operadoras de Planos de Saúde Suplementar signatárias e de outro, os contratantes de planos de saúde.

Objetivo

Proporcionar celeridade e segurança aos acordos nos processos que envolvem questões de saúde suplementar, utilizando-se modernos institutos processuais e demais instrumentos de pacificação social.

Forma de Atuação

Mediante a celebração de protocolo de intenções com a operadora de saúde, e formando cadastro de peritos nos CEJUSCs das comarcas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

[Mais informações](#)



Falando em Família

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 11/06/2015

Situação: em andamento

O que é

Realização de oficinas informativas que antecedem a mediação em casos de Direito de Família.

Objetivo

Estruturar, elaborar e executar oficinas de conhecimento dos direitos, deveres, reflexos e conseqüências das ações de alimentos e divórcio no âmbito do Poder Judiciário, com o objetivo de prevenir demandas e convergir vontades e interesses das partes.



Forma de Atuação

Trata-se de oficina, na qual são convidadas ambas as partes de processos oriundos das Varas de Família de Ponta Grossa. Os encontros se realizam sempre em datas que antecedem a sessão de mediação, que também é realizada no CEJUSC. O principal objetivo é informar os envolvidos em um conflito familiar sobre os caminhos que o processo poderá seguir, fazendo-os refletir sobre temas como alienação parental, divórcio, necessidade de diálogo mesmo após o término de uma relação amorosa, interferência da litigiosidade no relacionamento com os filhos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 15/08/2011

Situação: em andamento

O que é

Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) em todo o Paraná como parte da gestão da política judiciária da autocomposição.



Objetivo

Fomentar a política conciliatória e a pacificação social, através dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação, bem como pelas práticas de justiça restaurativa.

Forma de Atuação

Os CEJUSCs são as unidades de funcionamento da política conciliatória, nas quais atuam mediadores, conciliadores, servidores e demais colaboradores, sob a supervisão de um juiz coordenador, capacitados para atuar nas audiências de conciliação, mediação e prestar orientação aos jurisdicionados. A partir da instalação dos CEJUSCs, é oferecido ao cidadão paranaense o acesso à justiça de forma consensual. As demandas judiciais que seriam resolvidas através de sentença podem ser finalizadas através do diálogo e da autocomposição entre as partes.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



Pacificar é Divino

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 16/03/2017

Situação: em andamento

O que é

Capacitação para líderes e membros religiosos em técnicas de resolução de conflitos para que estes realizem sessões de mediação e conciliação em sua comunidade.

Objetivo

Como é assente, os métodos de resolução trazem inúmeros benefícios, seja para o Poder Judiciário, seja para a sociedade, porquanto empodera o cidadão a resolver seus próprios impasses sem precisar do auxílio de um juiz para impor uma decisão de forma coercitiva (método heterocompositivo) e, da mesma forma, impede a judicialização de questões que podem ser resolvidas de forma consensual, garantindo ganhos múltiplos a todos os envolvidos no litígio.

Forma de Atuação

Curso de capacitação aos líderes e membros religiosos de instituições que tenham interesse em participar. Em contrapartida,



a instituição religiosa fornece uma sala dentro da igreja/templo para a inauguração do espaço “Pacificar” e, assim, viabilizar o atendimento à população.

Atua-se no desenvolvimento das práticas conciliatórias no âmbito dos segmentos religiosos a fim de contribuir para a implementação da Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses (Resolução nº. 125/2010, CNJ). Propicia-se a redução das demandas judiciais, aproxima a comunidade do Poder Judiciário e resolve inúmeras questões conflituosas de forma mais efetiva, adequada, célere e menos onerosa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Participação na XIV Semana Nacional da Conciliação

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 03/04/2019

Data de finalização: 11/12/2019

Situação: Concluído

O que é

Participação do Tribunal de Justiça do Paraná em campanha, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça, que ocorre anualmente em todo o território brasileiro e constitui em um esforço concentrado do Poder Judiciário para a realização de audiências destinadas à solução de conflitos por meio da mediação e conciliação.

Objetivo

Fomentar a adoção dos métodos adequados de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação e, principalmente, o diálogo entre as pessoas. Disseminar a cultura da paz.



Forma de Atuação

Foram várias ações realizadas pelo judiciário paranaense, como o evento de abertura realizado na prefeitura de Curitiba, a divulgação de vídeo na mídia embarcada do transporte coletivo (em parceria com a Prefeitura de Curitiba), a disponibilização e o envio de camisetas e cartazes com a logo da campanha para todas as unidades judiciais do Paraná.

Também foi criada uma página virtual específica para o acompanhamento das ações realizadas durante a Semana Nacional da Conciliação (<https://www.tjpr.jus.br/semanadaconciliacao>) e um relatório dinâmico específico no sistema Projudi, elaborado pelo Núcleo de Inteligência da 2ª Vice-Presidência juntamente com o Departamento de Tecnologia da Informação, o qual informou diariamente os resultados das audiências, possibilitando a alimentação diária do Sistema de Estatística da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#) 



Pertencer

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 14/11/2016

Situação: em andamento

O que é

Moradores voluntários são capacitados e se tornam facilitadores comunitários na resolução de conflitos da sua comunidade.

Objetivo

Resgatar o senso comunitário e o empoderamento da comunidade na resolução e transformação de conflitos por meio da Justiça Restaurativa.

Forma de Atuação

Sensibilização dos moradores, identificação de lideranças comunitárias, realização de capacitação e atendimento na comunidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#) 





Programa Resolve/CNJ – Expurgos inflacionários nas contas de poupança – Mutirões de Adesão Voluntária ao Acordo Coletivo

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 06/02/2019

Data de finalização: 21/11/2019

Situação: Concluído

O que é

Realização de mutirões divulgando acordo coletivo celebrado e oportunizando aos poupadores a adesão voluntária.

Objetivo

Divulgar o acordo coletivo e proporcionar que milhares de poupadores, voluntariamente, aderissem aos termos do acordo, recebendo os valores e resolvendo as demandas judiciais.

Forma de Atuação

Os bancos, através da Febraban, apresentavam aos respectivos CEJUSCs, via 2ª Vice-Presidência, listagem abrangente de processos elegíveis, segundo os critérios do acordo coletivo. Os CEJUSCs, após triagem, paupavam as audiências alimentando as listagens com as datas e horários de audiências, intimando os advogados via e-DJ. Os bancos encaminharam

aos poupadores carta-convite informando o local, a data e a hora da audiência. No dia da audiência, os poupadores e advogados, previamente à audiência, assistiam ao vídeo institucional do CNJ sobre o acordo coletivo e demais assuntos pertinentes e, então, participavam da audiência.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



RESSOCIALIZAÇÃO



Central de Reflexão

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 02/05/2017

Situação: em andamento

O que é

Alia medidas alternativas diversas da prisão aos fundamentos da Justiça Restaurativa para autores de violência doméstica e familiar.



Objetivo

Promover a responsabilização dos autores de violência doméstica e familiar.

Forma de Atuação

Realização de cinco oficinas temáticas em formato circular, sob os fundamentos, princípios e valores da Justiça Restaurativa. As oficinas temáticas, em formato circular, têm duração aproximada de duas horas, cada. Este cronograma pode ser modificado de acordo com a necessidade do grupo. Os temas centrais de cada oficina circular são previamente escolhidos e buscam seguir uma sequência que insira gradativamente no grupo os assuntos que irão ao encontro da realidade vivenciada pelas mulheres/homens envolvidos em situações de violência, quais sejam machismo, construção de gênero, família, dinheiro, poder, violência, comunicação não violenta, construção de relacionamentos saudáveis, etc. Estes temas também poderão ser modificados de acordo com a necessidade do grupo. Com o término das oficinas reflexivas, é proposto aos participantes que seja realizado o círculo restaurativo entre o casal e seus familiares com o intuito de tratar diretamente do conflito existente entre eles, caso tenham interesse.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Daqui pra Frente

Comarca: São José dos Pinhais

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/09/2020

Situação: em andamento

O que é

Encontros de grupo formados por supostos autores de violência que forem responsabilizados e encaminhados pelo Juizado de Violência doméstica com o intuito de realizar atividades de reflexão.

Objetivo

Promover a sensibilização e a reflexão em relação à violência doméstica contra as mulheres e a quebra do ciclo da violência com os supostos agressores.

Forma de Atuação

Na decisão judicial do deferimento da medida protetiva face ao suposto agressor, consta a determinação de sua participação do programa mediante o comparecimento junto ao Conselho da Comunidade de Execuções Penais, informando o endereço e o telefone para contato. O mesmo deverá se apresentar no referido órgão para agendamento e início do curso. A informação de participação/ausência ocorre de forma eletrônica entre o Conselho da Comunidade de Execução Penais e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São José dos Pinhais – tudo dentro do processo eletrônico (Projudi).

O programa é realizado no formato de encontros de grupo, sendo sete encontros de quatro horas. Tais grupos são formados pelos supostos au-

tores de violência que foram responsabilizados e encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica. O intuito dos encontros é realizar atividades de reflexão em grupo, com supervisão, apontamentos e contribuições de cada uma das áreas dos(as) profissionais mediadores(ras) dos encontros. O foco principal é a violência doméstica contra as mulheres. A principal intenção da promoção desse tipo de grupo de reflexão é fomentar o diálogo e compartilhar o máximo possível dos saberes entre os membros.

Para realizar esses encontros optou-se por adotar como metodologia básica a aplicação de palestras, círculos de diálogo, dinâmicas e demais técnicas de grupo.

No que tange à estrutura física, o Conselho da Comunidade fornece as salas para os encontros e controla as presenças e ausências dos participantes para posterior informações aos autos eletrônicos que determinou a participação do suposto agressor.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



E agora José?

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/08/2019

Situação: em andamento



O que é

Atendimento aos autores de violência intimados das medidas protetivas em seu desfavor.

Objetivo

Promover orientações sociojurídicas para homens com medidas protetivas deferidas em seu desfavor em decorrência de práticas violência doméstica e familiar.

Forma de Atuação

A proposta de trabalho tem como metodologia o caráter de ações pontuais e não continuadas, a partir de um grupo de orientação que ocorre todas às terças-feiras na sala da Escola da Magistratura da Comarca, mediante o agendamento prévio com o setor de Serviço Social. As abordagens se dão de maneira expositiva, contribuindo para a reflexão e explicação das fases processuais, das consequências e responsabilidades judiciais frente à situação processual em que os autores de violência se encontram, além de encaminhamentos a eventuais demandas destes.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Ofício no Cárcere

Comarca: Pérola

Realizado por: Juizado Especial Cível e Criminal

Data de criação: 06/05/2014

Data de finalização: 19/11/2014

Situação: Concluído

O que é

Qualificação profissional de presos dentro da Delegacia de Pérola.

Objetivo

Formação e qualificação profissional dos presos, como alternativa útil para sociedade e para os participantes.

Forma de Atuação

Ocorreu dentro da delegacia de Pérola, com a parceria do Senai, iniciando com uma turma de 20 alunos. Os materiais foram fornecidos pelo Senai, assim como a remuneração do instrutor técnico. As car-



teiras foram adquiridas pelo Conselho da Comunidade e a estrutura da delegacia foi readequada para possibilitar a realização das aulas. O curso teve a duração de seis meses, formando 13 alunos que obtiveram o certificado de técnicos eletricitistas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#) 



Projeto de Integração Social Pela Arte

Comarca: Pérola

Realizado por: Juizado Especial Cível e Criminal

Data de criação: 06/06/2018

Situação: em andamento

O que é

Utiliza o trabalho artesanal como meio de inclusão alternativa, tendo o condão de realizar uma integração social, terapia ocupacional e remição de pena aos apenados.



Objetivo

Modificar a consciência dos participantes, instigando-os a um convívio social harmônico e pacífico. O fim almejado é o incentivo ao trabalho, que melhora a capacidade física e mental do encarcerado, além de promover a integração social entre os detentos – o que reflete positivamente no relacionamento interpessoal. Há, inclusive, a oportunidade de revenda dos produtos confeccionados por meio de seus familiares, o que pode promover a melhoria de renda da família, aproximando e reatando vínculos familiares.

Forma de Atuação

É realizado na Delegacia de Polícia Civil de Pérola. Consiste na elaboração de trabalhos artesanais a fim de conceder o benefício da remição de dias da pena aos apenados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Trabalho decente e crescimento econômico
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Projeto Flor de Mandacaru

Comarca: São João

Realizado por: Juízo Único

Data de criação: 05/07/2019

Situação: em andamento

O que é

Grupos reflexivo-educativos que acontecem de formas distintas entre autores/supostos autores de violência doméstica e familiar e as respectivas vítimas, pois se entende que cada um dos sujeitos envolvidos no episódio de violência apresenta uma carga de sentimentos diferentes acerca dos fatos ocorridos.



Objetivo

Conscientizar para prevenir, bem como refletir e responsabilizar para desmistificar a ideia de relações abusivas, com o objetivo de que ambos construam relacionamentos saudáveis e, acima de tudo, fortalecer e empoderar as mulheres.

Forma de Atuação

Os grupos com as vítimas de violência doméstica acontecem concomitantemente aos grupos de homens autores de violência, porém em dias diferentes para evitar o encontro entre agressor e vítima. O grupo é realizado de forma mensal, com duração de aproximadamente duas horas por encontro e não existe número estipulado de participantes, sendo que são

atendidas todas as vítimas que sentirem necessidade em participar, bem como as mulheres que têm interesse pela temática. Por causa disso, os grupos não têm um período pré-definido para a sua conclusão. Os encontros acontecem conforme a demanda de atendimentos. A avaliação será realizada a cada seis meses.

Os grupos com homens autores de violência doméstica acontecem uma vez por semana durante aproximadamente quatro meses, totalizando 14 encontros. Visando o bom andamento dos encontros, a duração dos grupos reflexivo-educativos é de duas horas, das 16h às 18h inicialmente às terças-feiras. Cada grupo reflexivo tem no máximo de 10 a 15 participantes e não é admitido o ingresso de novos integrantes quando o grupo já estiver em andamento. Estes novos casos devem ser direcionados para uma lista de espera para se iniciar um novo grupo.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Igualdade de gênero
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Projeto Qualidade de Vida

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Família

Data de criação: 15/02/2015

Situação: em andamento

O que é

Resgate e possível fortalecimento do vínculo familiar e social dos indivíduos que se encontram na Associação Casa de Apoio Santa Clara (ACASC), na Associação Profeta Daniel e na Associação Beneficente Lar de Nazaré.



Objetivo

Esclarecer a importância de estabelecer uma rotina em que os indivíduos possam desempenhar um papel ativo dentro da sociedade. O foco dos en-

contros com os familiares é a preparação para que se sintam estimulados e preparados para recebê-los, podendo estabelecer um convívio saudável dentro do relacionamento familiar.

Forma de Atuação

Atualmente, o programa abrange três instituições de União da Vitória, a Associação Casa de Apoio Santa Clara (ACASC), a Associação Profeta Daniel e a Associação Beneficente Lar de Nazaré.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)





Projeto Restaurando Vínculos

Comarca: Wenceslau Braz

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 13/03/2020

Situação: em andamento

O que é

Realização de Círculos de Construção de Paz com internos (as) da Cadeia Pública de Wenceslau Braz que estão próximos do lapso temporal para a possibilidade de progressão de regime e que têm indicativos de reinserção ao meio familiar e social.

Objetivo

Realizar a reintegração dos internos em processo de progressão de regime em seu núcleo familiar para que adquiram estrutura a fim de alcançarem novos horizontes e novas condutas em meio à sociedade por meio da Justiça Restaurativa.

Forma de Atuação

- 1 Os internos serão indicados pelo DEPEN dentre aqueles que tenham indicativos de reinserção social, bom/ótimo comportamento carcerários e estejam próximos do lapso temporal para progressão de regime, com a determinação do Juiz da Comarca.
- 2 O primeiro pré-círculo será realizado com o interno, por se tratar de uma metodologia que prevalece o princípio da voluntariedade.
- 3 Será feito contato com as famílias e/ou aqueles indicados pelo interno. Após o agendamento, os pré-círculos serão realizados na sede do juízo da Comarca.

- 4 O círculo também será realizado na sede do juízo da Comarca, tendo em vista que os possíveis beneficiados ainda se encontram presos.
- 5 O pós-círculo será realizado com o prazo de 40 dias após o possível deferimento da progressão de regime do interno para verificar se o Termo de Consenso foi cumprido.
- 6 Os dados coletados serão registrados em relatórios para fins de estudo, estatística e avaliação.
- 7 Será feita análise no âmbito de reeducandos em regime semia-berto harmonizado (tornozeleira eletrônica) com índice de descumprimento das condições fixadas, almejando um melhor comprometimento na execução regular da pena a partir de práticas de Justiça Restaurativa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Trabalho decente e crescimento econômico
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Ressocializando pelo Amor aos Animais

Comarca: Pérola

Realizado por: Juizado Especial Cível e Criminal

Data de criação: 01/11/2019

Situação: em andamento

O que é

Integração social por meio da convivência de apenados com os animais.

Objetivo

Incentivar a melhora da capacidade física e mental do apenado, além de promover a integração social com a comunidade, o que reflete positivamente no relacionamento interpessoal. Modificar a consciência dos participantes, instigando-os a um convívio social harmônico e pacífico, considerando que os animais podem ser uma fonte de amor (Faraco, 2003). Nessa relação homem-animal ocorre também uma busca por carinho (Leal, 2007, conforme citado por Barbosa, 2013). Segundo Polster e Polster (2001), o contato faz parte da natureza e sem ele não há vida. Nesse sentido, o contato com o outro é algo nutritivo para o homem. Segundo Perls et al. (1997), a partir do contato o homem se relaciona consigo, com o outro e com o mundo, formando um ser de relação. O contato pode também ser uma forma de o ser humano se ajustar de forma criativa no meio social. Dessa forma, ao ter contato com animais de estimação, é provável que a partir dessa relação surjam sentimentos como amor e carinho.



Forma de Atuação

Realizado na Associação Perolense de Amparo aos Animais – APAPE, na cidade de Pérola. Consiste nos cuidados de higiene, alimentação e saúde dos animais com o intuito de conceder aos apenados uma opção à prestação de serviços a que está obrigado.

Pelo trabalho, o apenado tem a oportunidade de efetuar trabalhos diretamente com os animais, cujo contato proporciona humanidade, cuidado e amor.

O apenado deverá comparecer na APAPE para prestar serviços – local onde receberá orientação do responsável da APAPE sobre os trabalhos a serem efetuados (banho, alimentação, etc).

Por meio da prestação de serviços, o representante da entidade ficará comprometido em preencher corretamente a ficha de serviços prestados, entregando-as ao Cartório Criminal mensalmente.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Vida terrestre
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Travessia

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 22/11/2017

Situação: em andamento

O que é

Realização de círculos de comprometimento para a progressão dos presos do regime fechado para a Unidade de Progressão da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.



Objetivo

Proporcionar a transição dos presos para a Unidade de Progressão a partir da metodologia do Círculo de Construção de Paz, promovendo maior comprometimento dos presos com o regime da UP.

Forma de Atuação

Após a seleção dos presos pela equipe da PEPG, eles são divididos em grupos de 15 pessoas. Cada grupo participa de 4 encontros de Círculos de Construção de Paz com o objetivo de integrar os presos e apresentar a nova proposta da Unidade de Progressão, fortalecer vínculos e o relacionamento interpessoal. Todos os presos que passam a integrar a Unidade de Progressão participam dos círculos como etapa importante para fortalecer os objetivos da UP.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Ação Cuidados com a Saúde Mental

Comarca: Curitiba

Realizado por: Comissão Permanente de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores (COPAS)

Data de criação: 05/2019

Situação: Em Andamento

O que é

Conjunto de ações voltadas à prevenção ao suicídio.

Objetivo

Prestar atendimento médico a servidores e magistrados que demonstraram desinteresse pela continuidade da vida, providenciando amparo mental e emocional. Também busca-se conscientizar os membros do Judiciário Paranaense sobre a importância da prevenção ao suicídio.

Forma de Atuação

Primeiramente foi realizado um questionário de saúde em maio de 2019 e análise dos afastamentos médicos informados pelo Centro de Assistência Médico e Social (CAMS). No questionário 11 (onze) pessoas demonstraram desinteresse pela continuidade da vida e mais de 200 (duzentas) pessoas explicitaram o desejo ou a ideia de retirar a própria vida. Além dessas situações, o CAMS recebeu cinco contatos ativos por parte de Desembargadores e servidores que reconheceram o risco de tentativa de

suicídio pelo comportamento de seus pares. Para os casos mais urgentes, foi realizado contato com esses indivíduos e os que não possuíam assistência médica foram encaminhados ao CAMS e alguns dos que já estavam em tratamento receberam monitoramento mensal.

No mesmo sentido, a COPAS providenciou a elaboração de vídeos instrutivos no mês de setembro nos anos de 2019 e 2020, para a conscientização sobre a necessidade de se atentar à saúde mental, em especial a prevenção ao suicídio. Além disso, alterou-se o layout da área de trabalho dos computadores de servidores e magistrados, alertando a todos sobre a importância de prestar atenção aos colegas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



Ação Saúde do Coração

Comarca: Curitiba

Realizado por: Comissão Permanente de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores das Comissões Permanentes (COPAS)

Data de criação: 12/08/2019

Situação: em andamento

O que é

Ação para diagnosticar e prevenir doenças cardiovasculares nos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça.

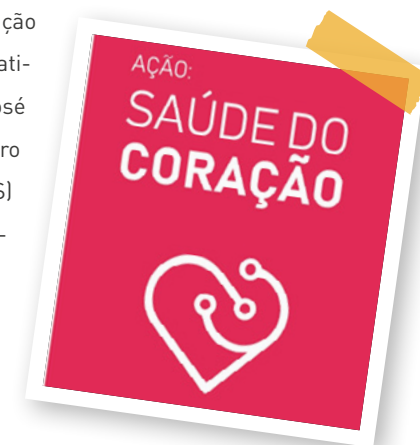
Objetivo

Fomentar a prevenção e o diagnóstico das doenças do coração, estimulando a mudança de hábitos prejudiciais à saúde, assim como promover a melhoria na qualidade de vida e saúde dos magistrados e servidores.

Forma de Atuação

Primeiramente, no dia mundial do coração (30/9/2019) foi lançado um vídeo explicativo, gravado pela ESEJE com o Dr. José Knopfholz, médico cardiologista do Centro de Assistência Médica e Social (CAMS) com informações e orientações relacionadas à saúde do coração.

Ainda em conjunto com a Presidência do Tribunal, a COPAS organizou uma pales-



tra educativa, ministrada pelo cardiologista Dr. Dalton Bertolim Prêcoma com o tema: "Prevenção do Infarto – como controlar os fatores de risco".

Posteriormente, com a aquisição dos kits de exames, iniciou-se a campanha preventiva. De início, foram escolhidas 5 comarcas definidas como piloto: Curitiba, Londrina, Maringá, Toledo e União da Vitória. Nessas localidades foi firmada parceria com universidades a fim de que professores e alunos dos cursos de saúde realizassem os exames de colesterol (total, hdl e LDL), glicemia e aferição de pressão arterial.

O intuito é que a campanha atinja todas as comarcas do Estado de forma progressiva, estimulando a parceria com as secretarias municipais de saúde e/ou com as universidades locais, caso existentes.

A ação já foi realizada em Curitiba, Londrina e Toledo. Permanece suspensa nas demais comarcas, assim como o cronograma para as comarcas do interior, em virtude das medidas restritivas de prevenção à pandemia (COVID-19).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Meditação no TJPR

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência

Data de criação: 14/03/2019

Situação: em andamento

O que é

Sessões de meditação, com duração de 20 minutos, conduzidas por voluntários e praticadas por magistrados, servidores, estagiários e outros colaboradores do Tribunal de Justiça.



Objetivos:

- o Reduzir os níveis de ansiedade e estresse, aumentando a capacidade do raciocínio, memória e tomada de decisões;
- o Aumentar a produtividade dos colaboradores;

- o Reduzir os afastamentos por problemas de saúde;
- o Melhorar a qualidade de vida no trabalho;
- o Fortalecer a capacidade de encontrar soluções para as mais diversas situações.

Forma de Atuação

A meditação pode ser organizada em todas as unidades do Poder Judiciário, necessitando de pouca estrutura para a sua implantação. Para seu funcionamento é necessária a presença dos voluntários, ter um espaço adequado e, quando não houver quem conduza as sessões, um equipamento de som.

Os voluntários são responsáveis por organizar as sessões, abrindo e fechando os espaços. Eles também podem conduzir as meditações quando tiverem experiência. Nas unidades em que não houver voluntários para conduzir as meditações, é possível reproduzir vídeos disponibilizados pelos voluntários de Curitiba.

Em Curitiba, as práticas ocorrem na Capela do Palácio da Justiça nas terças e quintas, às 19h10, e nas quartas-feiras no Auditório de licitações do Departamento do Patrimônio, às 18h40.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#) 



Na Balança

Comarca: Curitiba

Realizado por: Comissão Permanente de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores das Comissões Permanentes (COPAS)

Data de criação: 12/08/2019

Data de finalização: 06/12/2019

Situação: Concluído

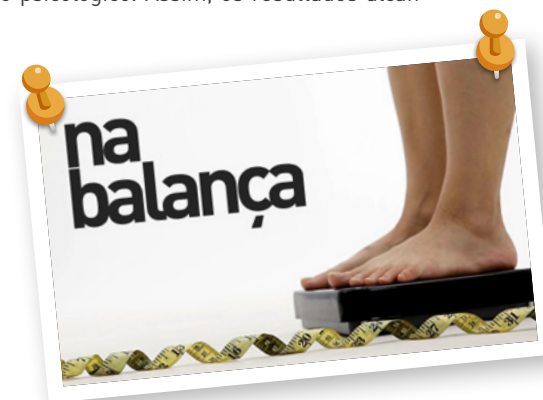
O que é

Competição lúdica objetivando a eliminação de peso e a consequente melhoria da qualidade de vida dos servidores, magistrados e estagiários do Poder Judiciário paranaense.

Objetivo

Promover melhora na saúde dos Magistrados, Servidores e Estagiários, incentivando a reeducação alimentar, a eliminação de peso e a consequente melhoria na qualidade de vida.

O objetivo principal do projeto era a melhoria na qualidade de vida com a reeducação alimentar e auxílio psicológico. Assim, os resultados alcançados foram a redução do risco de doenças, a felicidade dos participantes, a melhora do clima e da produtividade no ambiente do trabalho e a redução dos afastamentos.



Forma de Atuação

Para o desenvolvimento do projeto, contou-se com a participação de 2 profissionais voluntárias: uma psicóloga e a outra nutricionista. O projeto teve duração de 60 dias.

A interação com os participantes foi feita de forma remota, através de grupos de WhatsApp.

Nos grupos, as profissionais encaminhavam vídeos e outros materiais com atividades e dicas na área da psicologia e também nutricional, lançando desafios e repassando receitas nutritivas e práticas, objetivando o bem-estar psicológico.

Os participantes eram incentivados a tirar suas dúvidas e mostrar o andamento do desafio, enviando fotos e comentando sobre o que era proposto.

No período do desafio, houve a colaboração do Departamento de Ginástica Laboral do Tribunal, que enviava vídeos com dicas de exercícios físicos para auxiliar na eliminação de peso.

Também foram divulgados vídeos na Intranet, com acesso liberado para todo o público interno, com sugestões e dicas nutricionais, psicológicas e com atividades físicas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar

[Mais informações](#)



Quick massage no Poder Judiciário do Paraná

Comarca: Curitiba

Realizado por: Presidência

Data de criação: 27/11/2019

Situação: em andamento

O que é

Prestação de serviços de quick massage em espaços do Tribunal de Justiça do Paraná, cedidos mediante concessão administrativa de bem público (área e instalações).

Objetivos:

- o Proporcionar estado de relaxamento e de bem-estar aos magistrados e servidores no Tribunal após receberem a quick massage;
- o Promover melhora na qualidade de vida no trabalho de servidores e magistrados;
- o Obter ganho de produtividade ao Poder Judiciário.

Forma de Atuação

Fisioterapeutas, massoterapeutas ou massagistas habilitados na forma da lei estarão disponíveis em até três dias da semana para a realização da quick massage em horário regulamentado em contrato. Todos os equipa-



mentos e materiais para a realização da quick massage, tais como cadeiras especialmente projetadas para este fim, toalhas, álcool líquido e em gel para higienização, aparelhos de som e outros, serão de responsabilidade da empresa concessionária.

Haverá privacidade no atendimento, ou seja, cada uma das cadeiras de quick massage estará separada da outra, ainda que por biombo.

A indicação é de que a licitação seja feita por pregão eletrônico, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo menor preço, cujo objeto é a concessão administrativa de bem público (área e instalações) para exploração econômica dos serviços de quick massage, sem pagamento de taxa de ocupação.

O Departamento de Engenharia e Arquitetura auxiliará na definição e instalação dos locais apropriados para a prática nas sedes onde os serviços serão prestados.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



TECNOLOGIA

Citação e Intimação Online

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 20/10/2018

Situação: em andamento

O que é

Cadastramento de pessoas jurídicas no sistema PROJUDI para fins de citação e intimação online, dispensando-se o encaminhamento de atos processuais pelos Correios, WhatsApp ou Oficial de Justiça.

Objetivo

Tornar mais rápida e eficiente a ciência dos atos processuais das empresas (públicas ou privadas), com redução de custos a todos os envolvidos e minimizando a possibilidade de erro com a automação destas atividades.

Forma de Atuação

Conforme o art. 9º, caput, da Lei Federal nº 11.419/2006 – Lei do Processo Eletrônico, e do art. 246, inciso V e § 1º da Lei Federal nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Inovação infraestrutura

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- o Melhoria da Gestão de Pessoas
- o Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

[Mais informações](#)



EXCUBITOR – Gestão de Audiências

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 25/03/2019

Situação: em andamento

O que é

Software que permite o gerenciamento de dados de audiências no âmbito dos Juizados Especiais e dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.

Objetivo

Otimizar e padronizar a gestão institucional de audiências.

Forma de Atuação

Sistema desenvolvido pelo DTIC, a pedido da 2ª Vice-Presidência, em decorrência de determinação efetuada em inspeção do CNJ realizada em 31/07/2018. Conta com instruções de uso e funcionalidade na “base de conhecimento de TI” institucional na Intranet.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Inovação infraestrutura
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

[Mais informações](#)



Fórum de Conciliação Virtual

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 09/10/2018

Situação: em andamento

O que é

Ferramenta tecnológica no sistema PROJUDI para troca de mensagens (chat) em que as partes e o conciliador desenvolvem diálogos, entabulando possível acordo judicial, alternativamente à audiência (conciliatória) presencial.



Objetivo

Tornar mais célere, econômico, simples e informal o trâmite processual, disponibilizando ambiente privativo conciliatório no sistema PROJUDI,

proporcionando segurança jurídica aos acordos e, assim, reduzindo as pautas de audiências presenciais e otimizando tais pautas aos casos que necessitem do ambiente físico.

Forma de Atuação

O Fórum de Conciliação Virtual encontra regulamentação na Resolução nº 10/2018-CSJEs (SEI nº 0015525-53.2017.8.16.6000), estabelecendo prazos de duração, formas de atuação das partes e do conciliador e demais assuntos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Inovação infraestrutura
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Adoção de soluções alternativas de conflito
- o Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

[Mais informações](#)



Intimação por WhatsApp nos Juizados Especiais

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 15/02/2017

Situação: em andamento

O que é

Sistema de intimações processuais por meio do aplicativo de mensagens instantâneas "WhatsApp" no âmbito dos Juizados Especiais do Paraná.

Objetivo

Modernização dos meios de intimações processuais no âmbito dos Juizados Especiais para melhor atender os princípios da simplicidade, informalidade e economia processual.

Forma de Atuação

Uma vez formalizada pela parte (preenchimento de termo de adesão) a intenção de receber intimações processuais por meio do aplicativo, todos



os atos intimatórios são automaticamente encaminhados à sua conta por meio de mensagem instantânea enviada pelo aparelho celular disponibilizado para cada Secretaria de JESP do Estado.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Consumo e produção responsáveis
- Ação contra a mudança global do clima
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Melhoria da Gestão de Pessoas
- Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

[Mais informações](#)



Juizado Consensual de Trânsito – B@TEU

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 28/03/2019

Situação: em andamento

O que é

Agendamento eletrônico nos Juizados Especiais de audiência de conciliação decorrente de acidente de trânsito.



Objetivo

Garantir o agendamento automático de audiências de conciliação em pautas pré-reservadas por meio de sistemas integrados, com informação imediata ao interessado, no próprio sistema B@TEU sobre data, local e horário da realização do ato conciliatório.

Forma de Atuação

O cidadão ao preencher o B@TEU informa todos os dados possíveis sobre o acidente (dados pessoais, documentos, fotos, etc) e tem a opção de agendar uma audiência conciliatória em uma pauta reservada. O PROJUDI, no mesmo momento, cria um processo e distribui ao JESP respectivo e dá ciência ao cidadão da data, hora e local onde vai acontecer o ato. A Secretaria daquele JESP cita a parte contrária. Realizada a audiência com acordo entre as partes, o processo é concluído ao Juiz para homologação.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



PRODARF

Comarca: Curitiba

Realizado por: 1ª Vice-Presidência

Data de criação: 01/10/2018

Situação: em andamento

O que é

Digitalização e inserção no sistema PROJUDI de autos com tramitação física em 2º grau.

Objetivo

Digitalizar todos os autos físicos com determinação de suspensão/sobreestamento ou que tenham determinação de envio às Cortes Superiores STJ/STF. Além disso, tendo em vista a grande proporção que o projeto ganhou, também passou a ter como objetivo a digitalização por completo de todos os autos que tramitam de forma física dentro da 1ª Vice-Presidência do TJPR.

Forma de Atuação

Inicia-se com o resgate dos autos físicos, resguardados no barracão de Pinhais, através do Departamento Judiciário. Realizado o resgate, os autos são encaminhados para a equipe de digitalização, sob responsabilidade dos estagiários de Ensino Médio. Após a digitalização, é criado um PDF dos autos e repassado para a coordenação. A coordenação faz a distribuição dos PDFs entre a equipe de inserção, sob responsabilidade dos estagiários de Pós-Graduação, os quais realizam uma análise processual e posterior inserção junto ao sistema PROJUDI.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Inovação infraestrutura
- Consumo e produção responsáveis
- Ação contra a mudança global do clima
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



QR CODE na Ouvidoria do TJPR

Comarca: Curitiba

Realizado por: Ouvidoria Geral

Data de criação: 04/03/2019

Situação: Concluído



O que é

Acesso facilitado do usuário aos serviços da Ouvidoria em todo o Estado do Paraná com um custo baixo para a instituição, já que não é necessária a instalação de totens com equipamentos em cada Comarca. Basta a afixação de um cartaz em cada unidade judiciária de modo bem visível para que o jurisdicionado possa fazer o acesso através de um aparelho celular.

Objetivo

Promover a acessibilidade dos usuários aos serviços da Ouvidoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Forma de Atuação

Abrange todo o Estado do Paraná, ou seja, todas as unidades judiciárias. Por meio de um aplicativo próprio para leitura do código ou da câmera do celular (a depender do aparelho), o QR Code direciona os cidadãos ao formulário eletrônico que está na página da Ouvidoria. Assim que o usuário fizer a sua manifestação, ela será encaminhada à equipe da Ouvidoria para análise.

Foram confeccionados cartazes com a impressão do QR CODE para serem afixados nas unidades jurisdicionais.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Sala de testes – Audiências por Videoconferência

Comarca: Apucarana

Realizado por: Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública

Data de criação: 26/05/2020

Situação: em andamento

O que é

Sala de testes para advogados e partes se familiarizarem com a plataforma de videoconferência.

Objetivo

Otimizar a participação nas audiências por videoconferência e familiarizar os jurisdicionados com a plataforma.

Forma de Atuação

A participação ocorre por meio de solicitação enviada para o e-mail da Secretaria, sendo enviado convite aos interessados. A sala de testes acontece todas as terças-feiras, a partir das 18 horas, sendo presidida pelo Chefe de Secretaria da Unidade Judiciária.

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



Sustentação Oral por Videoconferência nas Turmas Recursais

Comarca: Curitiba

Realizado por: 2ª Vice-Presidência

Data de criação: 26/02/2020

Situação: em andamento

O que é

Expansão da Sustentação Oral por Videoconferência nas Turmas Recursais a fim de interiorizar o uso da ferramenta em outras comarcas do Estado como forma de facilitar e democratizar o acesso dos advogados ao serviço.

Objetivo

Ampliar o uso da ferramenta em outras comarcas no interior do Estado. Com a interiorização da ferramenta, não haverá necessidade dos advogados se deslocarem até Curitiba, podendo fazer uso da sustentação nas sedes regionais mais próximas da sua localidade – o que será benéfico não só aos advogados, mas especialmente aos jurisdicionados, considerando que custo geral do processo será menos oneroso.

Forma de Atuação

Será necessária a instalação dos equipamentos compatíveis com a tecnologia capaz de suportar a realização da sustentação oral em si para a expansão da Sustentação Oral por Videoconferência nas Turmas Recursais.

Para fazer uso da ferramenta, o advogado terá que se deslocar até a sede do Fórum em que a ferramenta/serviço for disponibilizado e procurar pelo local indicado para estabelecer a conexão com a Sala de Sessão de uma das Turmas Recursais. Ou, ainda, quando firmado o Termo de Cooperação em uma das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil em que a ferramenta for disponibilizada.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

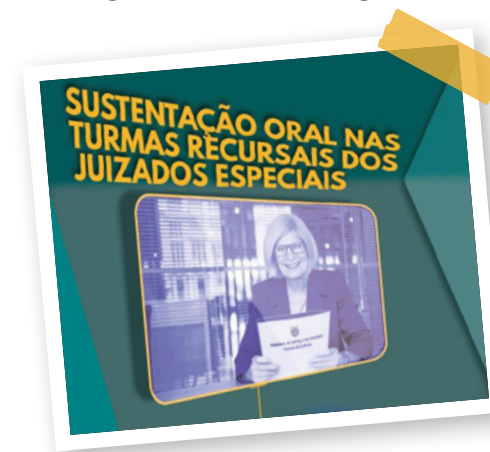
- o Inovação infraestrutura
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)

[Documentos extras](#)



TRÂNSITO



Prossiga

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 23/06/2017

Situação: em andamento

O que é

Oportunizar que infratores de crimes de trânsito reflitam sobre a responsabilidade quando da condução de veículos automotores por meio da participação em diferentes atividades promovidas pelos parceiros do projeto.

Objetivos

GERAIS

- o Prestar adequado e efetivo atendimento às pessoas envolvidas nos delitos de trânsito para traçar compromissos voluntários de convívio pacífico e, conseqüentemente, prevenir a reincidência;
- o Oportunizar a reflexão acerca da responsabilidade quando da condução de veículos automotores.

ESPECÍFICOS

- o Possibilitar um espaço para a ressignificação de suas experiências pessoais vivenciadas nos crimes de trânsito;
- o Oferecer a oportunidade do desenvolvimento, por meio



dos Círculos de Construção de Paz, de autoconhecimento, autor-reflexão e autoconscientização quanto às condutas impróprias na condução de veículos automotores;

- o Facilitar o reconhecimento das dificuldades e necessidades pessoais, a responsabilização e as obrigações decorrentes do dano causado decorrente do acidente de trânsito;
- o Identificar as redes de apoio específicas para cada participante, consubstanciada em acompanhamento psicológico, grupo de apoio (como o AA) ou atendimento assistencial.

Forma de Atuação

A fim de promover a responsabilização pretendida, é composto por quatro fases em que os participantes realizam Círculos de Construção de Paz; capacitação sobre infrações de trânsito, primeiros socorros, responsabilidade no trânsito e dependência química; vivência junto ao Hospital Municipal e SAMU, no que se refere ao atendimento prestado às vítimas de acidente de trânsito; e participação na simulação de um resgate de acidente de trânsito.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



AMAM: Associação de Mulheres que Acolhem Mulheres

Comarca: Siqueira Campos

Realizado por: Juízo Único

Data de criação: 19/09/2019

Data de finalização: 19/11/2019

Situação: Concluído



O que é

Reunião de mulheres para apoiar e acolher mulheres.

Objetivo

Acolher e empoderar mulheres vítimas de violência doméstica.

Forma de Atuação

Promoção de evento com caráter informativo e acompanhamento de mulheres vítimas de violência doméstica.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Igualdade de gênero
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes
- o Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



Desatando Nós

Comarca: Francisco Beltrão

Realizado por: Vara Criminal

Data de criação: 20/04/2017

Situação: em andamento

O que é

Constelações Familiares aplicadas em casos de violência doméstica e intrafamiliar.

Objetivo

Conscientizar os participantes sobre as leis sistêmicas que regem os relacionamentos; causas e consequências quando essas referidas leis são violadas; explanar sobre repetição de padrões familiares; empoderar os envolvidos para a busca por um novo caminho e possibilidades; auxiliar através das técnicas sistêmicas visando diminuir o impacto sofrido pelas agressões; superar eventuais danos emocionais.

Forma de Atuação

Realização de Constelações Familiares com base na aplicação da filosofia de Bert Hellinger e no Direito Sistêmico como métodos adequados para promover a solução de conflitos e promoção da paz social.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Enredando Caminhos

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/09/2019

Situação: em andamento



O que é

Reuniões periódicas e articulação entre os órgãos que compõem a rede de proteção às mulheres em situação de violência no município de Ponta Grossa.

Objetivo

Realizar encontros de capacitação e/ou fortalecimento do trabalho que contribuam para a articulação entre equipamentos que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no município de Ponta Grossa.

Forma de Atuação

Desenvolvimento de reuniões bimestrais entre as principais instituições que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. As reuniões são itinerantes, acolhidas de forma rotativa entre os setores para que haja literal proximidade, reconhecimento e alinhamento do trabalho desenvolvido. Durante as reuniões podem ser tratadas questões de fluxos de atendimentos, demandas comuns e outras questões atinentes à atuação dos envolvidos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Espaço Mulher

Comarca: Foz do Iguaçu

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/01/2018

Situação: em andamento

O que é

Atendimento acolhedor, humanizado, reservado e especializado à mulher.

Objetivos

- 1 Promover atendimento acolhedor, humanizado, reservado e especializado à mulher;
- 2 Estruturar ambiente físico e humano adequado às peculiaridades do atendimento judicial à mulher;
- 3 Fomentar a qualificação de equipe de trabalho especializada no atendimento à mulher;
- 4 Minorar as influências externas à livre manifestação da vontade das mulheres no âmbito da unidade judicial.

Forma de Atuação

Consiste em uma estrutura dedicada exclusivamente ao atendimento de mulheres no âmbito desta unidade judicial, de modo a concentrar todo atendimento, presencial ou remoto (telefone), encetado por mulheres junto à Secretaria.

Assim, as mulheres que possuem vínculo com feitos de competência da unidade, ao procurarem atendimento presencial, são direcionadas ao Espaço da Mulher, local onde são atendidas por uma equipe dedicada espe-

cificamente a esta modalidade de atendimento e formada, em regra, por mulheres (ao menos uma servidora e uma estagiária).

Relevante reforçar que o acesso ao local é restrito às mulheres e eventuais crianças que as estejam acompanhando. Pretende-se, com isso, oferecer maior comodidade e segurança à mulher que permanece cuidando de seus filhos e, ainda, minorar as influências externas que possam contaminar suas manifestações.

A equipe do Espaço da Mulher também concentra a comunicação da unidade com os órgãos/entidades da rede de proteção à mulher (Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha, etc).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



Grupo de Apoio no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Comarca: Santa Isabel do Ivaí

Realizado por: Juízo Único

Data de criação: 03/05/2018

Situação: em andamento

O que é

Curso sobre comportamento e orientação para paz em casa determinado aos acusados de violência

doméstica quando há o pedido de medida protetiva. Oferecimento de apoio psicológico pela rede municipal para as mulheres vítimas da violência.

Objetivo

Conscientizar os agressores da importância do diálogo, respeito e das consequências da conduta.

Forma de Atuação

Os acusados são convocados para palestras no Fórum a cada 15 dias, das 18h às 18h30. Caso não compareçam, é determinada que ocorra a intimação, visto que o comparecimento é obrigatório.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)





Humaniza

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/01/2018

Situação: em andamento



O que é

Capacitações voltadas à humanização dos atendimentos realizados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e anexos.

Objetivo

Propiciar a capacitação permanente da equipe do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e anexos da Comarca de Ponta Grossa na perspectiva do atendimento preparado e humanizado para a população jurisdicionada.

Forma de Atuação

A metodologia de trabalho é adaptada de acordo com as principais demandas identificadas dentre os setores, incluindo magistrada, servidores, assessores e estagiários. Em linhas gerais, a capacitação é realizada com base em temática previamente definida pela equipe e se consolida a partir de rodas de conversa, exposições teóricas, dinâmicas de grupo e desenvolvimento de Círculos de Construção de Paz, facilitados pelo setor de serviço social e representantes dos outros setores, conforme tema definido e disponibilidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Implantação da Patrulha Maria da Penha

Comarca: Paranaguá, São Miguel do Iguazu e Apucarana

Realizado por: Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID

Situação: em andamento

O que é

A Patrulha Maria da Penha é uma ação integrada do Tribunal de Justiça do Paraná, através da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação De Violência Doméstica e Familiar (CEVID), das Prefeituras Municipais e das Guardas Municipais.

Objetivo

Oferecer acompanhamento preventivo periódico e garantir maior proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que possuem medidas protetivas de urgência vigentes, baseadas na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Forma de Atuação

Formaliza-se um Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Município envolvido para que ambos conjuguem esforços para propiciar efetivo atendimento às vítimas de violência doméstica inseridas no Programa Patrulha Maria da Penha, bem como proporcionar a capacitação dos profissionais envolvidos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Igualdade de gênero
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Garantia dos direitos de cidadania
- Efetividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



Justiça Restaurativa e as Duas Faces da Moeda

Comarca: Cascavel

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 04/03/2020

Situação: em andamento

O que é

Realização de Círculos de Relacionamentos Saudáveis com mulheres vítimas de violências doméstica e, separadamente, com seus ofensores.



Objetivo

Despertar a conscientização e responsabilidade do ofensor diante do cenário da violência intrafamiliar e abordar com as mulheres demandas relacionadas ao empoderamento feminino, autoestima, ressignificação, (re)construção de sua autoimagem e sobre sua identidade.

Forma de Atuação

Formação de dois círculos: um apenas com as mulheres vítimas de violência doméstica e outro com seus respectivos ofensores para a realização de círculos dos Elementos de um Relacionamento Saudável. Realização de um segundo círculo com aqueles que concordarem, formando outro grupo com mulheres e ofensores (não sendo seus respectivos violadores) para trabalhar as demandas apresentadas nos círculos dos Elementos de um Relacionamento Saudável.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Maria nos Bairros

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/01/2015

Situação: em andamento

O que é

Ações territorialmente descentralizadas para debates sobre a Lei Maria da Penha e divulgar os órgãos que atendem situação de violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Ponta Grossa.

Objetivo

Desenvolver ações descentralizadas de abordagem sociojurídica com caráter orientativo e preventivo inerentes à violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Ponta Grossa.

Forma de Atuação

Panfletagem com o público em geral e abordagem grupal, preferencialmente com mulheres, de forma dinâmica.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Parâmetros de atuação do Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e anexos de Ponta Grossa

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/01/2020

Situação: em andamento

O que é

Documento com fundamentação teórica e legal que norteia o trabalho multidisciplinar no referido Juízo, criando fluxos e denominando projetos de atuação na área.

Objetivo

Sistematizar a prática do Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e anexos de Ponta Grossa.

Forma de Atuação

A sistematização se torna um parâmetro ao partir de marcos conceituais e legais, apresentar a sistematização de dados e descrever os fluxos e intervenções práticas em três principais eixos de intervenção do Serviço Social: I) individuais; II) grupais; e III) com a comunidade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Inovação infraestrutura
- o Redução das desigualdades
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Plantão de Acolhimento Psicológico - PLAPSI

Comarca: São José dos Pinhais

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/08/2017

Situação: em andamento

O que é

Acolhimento e escuta psicológica da mulher que se encontra em situação de violência, de forma que ela se sinta acolhida e tenha um espaço protegido de fala para expressar seus sentimentos e angústias e suas emoções a fim de que se possa efetivar a sua proteção junto à rede de proteção do município.

Objetivo

Proporcionar um espaço para que a mulher se sinta acolhida e tenha um espaço protegido de fala e melhores condições emocionais e cognitivas de atender às especificidades do contexto jurídico, tais como a compreensão acerca da concessão, do recebimento ou da revogação da Medida Protetiva de Urgência (MPU), sobre a Audiência Preliminar, sobre a Audiência de Custódia, sobre o momento em que se encontra o processo jurídico ou qualquer outra dúvida demandada pela mulher em atendimento ou no balcão da secretaria do cartório. Além disso, busca avaliar se a mulher se encontra em situação de risco social, ou seja, de vivenciar novas situações de violências ou em risco de vida.

Forma de Atuação

A mulher, ao dirigir-se ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar com a finalidade de buscar ou revogar a MPU ou quando é intimada a comparecer em uma audiência preliminar ou audiência de custódia ou ainda por demanda espontânea, passa pelo Plantão de Acolhimento Psicológico (PLAPSI) que funciona diariamente das 12h às 18h.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Saúde e bem-estar
- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Aprimoramento da gestão da justiça criminal

[Mais informações](#)





Plantão Social

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/10/2014

Situação: em andamento

O que é

Atendimento presencial pelo setor de Serviço Social às mulheres com Medida Protetiva de Urgência deferidas ou indeferidas em seu favor.

Objetivo

Promover o atendimento humanizado das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e orientação sobre sua situação processual.

Forma de Atuação

Atendimentos individuais, por meio de escuta qualificada, identificando demandas além da situação de violência imediata. Identificação de riscos por meio de formulário próprio para esta avaliação. Informação acerca dos demais serviços disponibilizados pela rede de proteção local. Encaminhamentos que se fizerem necessários para outros órgãos e serviços.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)



Projeto de Combate à Violência Doméstica

Comarca: Wenceslau Braz

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 01/03/2019

Data de finalização: 13/03/2020

Situação: Concluído

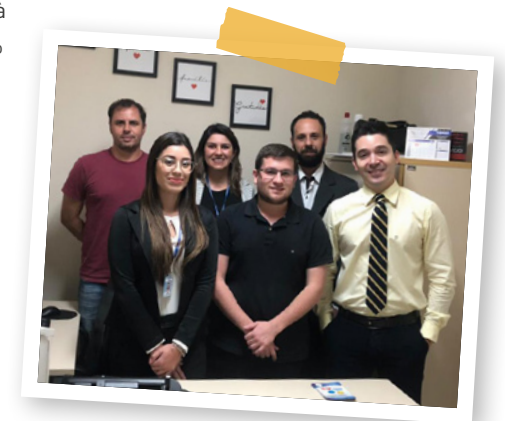
O que é

Realização de reuniões de grupos de apoio voltados aos envolvidos em violência doméstica e familiar e promoção da reflexão sobre o tema juntamente com toda rede envolvida no combate à violência doméstica.

Objetivos

GERAIS

- o Diminuir os elevados índices de reincidência nas condutas criminosas tuteladas pela Lei Maria da Penha;
- o Promover maior reflexão e divulgação de informações sobre a prática de violência doméstica familiar, assegurando efetivo acesso à justiça e maior efetividade à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006);
- o Iniciar maior conscientização sobre a igualdade de gêneros e empoderamento feminino na busca de combater qualquer traço cultural de violência contra a mulher;
- o Contribuir com valores éticos, sociais e culturais;



- Divulgar o CEJUSC como uma unidade destinada ao suporte às vítimas de violência doméstica familiar em parceria com toda a rede de proteção municipal e Ministério Público.

ESPECÍFICOS

- Explicar as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a aplicação das medidas protetivas de urgência e as consequências diante de eventual descumprimento;
- Aplicar técnicas de Justiça Restaurativa na tentativa de resgatar e estimular melhor convivência familiar, enfrentando e superando o ambiente de violência antes vivenciado.

Forma de Atuação

Após a Medida Protetiva de Urgência ser concedida, as partes e eventuais familiares são intimados para comparecimento ao Projeto de Combate à Violência Doméstica, que tem como finalidade promover reuniões em grupos de apoio, além de reflexão sobre o tema junto com toda a rede envolvida no combate à violência doméstica. Na oportunidade, são realizados círculos de relacionamento de paz, aplicando técnicas de Justiça Restaurativa.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Saúde e bem-estar
- Igualdade de gênero
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania
- Adoção de soluções alternativas de conflito

[Mais informações](#)



Reconhecer

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/08/2017

Situação: em andamento

O que é

Sala adaptada para acolher mulheres que são vítimas nos processos de violência doméstica.

Objetivo

Divulgar informações para a população que busca os serviços do Juizado, auxiliando no processo de reconhecimento e superação de situações de violência na perspectiva de acesso a políticas públicas e serviços de proteção.

Forma de Atuação

Quando comparecem presencialmente e precisam aguardar um atendimento ou audiência, são acompanhadas até a sala do projeto Reconhecer. Vale pontuar que a sala tem localização estratégica ao lado da sala do Serviço Social e tem entrada facilitada à sala de audiências.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Igualdade de gênero
- Paz, justiça e instituições eficazes

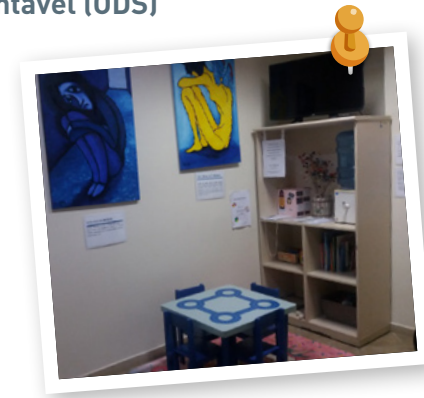
Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Retratos

Comarca: Ponta Grossa

Realizado por: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos

Data de criação: 01/02/2017

Situação: em andamento

O que é

Círculos de Construção de Paz realizados com as mulheres em situação de violência, com caso judicializado via Juizado da Mulher de Ponta Grossa, que são intimadas para participação em audiência preliminar.



Objetivo

Estimular a reflexão das mulheres em situação de violência sobre as suas vivências de forma que construam decisão pensada sobre a ratificação/retratação da representação criminal.

Forma de Atuação

Antes das audiências preliminares, que acontecem em pauta semanal, é desenvolvida, na metodologia de Círculos de Construção da Paz, a abordagem e orientação das mulheres devidamente intimadas para decidirem quanto à ratificação/não ratificação da representação criminal. Estima-se que a atividade tenha duração de uma a duas horas. Durante o círculo, no qual elas podem falar de suas histórias e refletir sobre as mesmas, também é realizada uma exposição acerca da Lei Maria da Penha e das fases processuais, bem como são realizados encaminhamentos que se fizerem necessários.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Igualdade de gênero
- o Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

[Mais informações](#)



[Documentos extras](#)





Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

Comarca: todo o estado do Paraná

Realizado por: Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID

Data de criação: março de 2015

Situação: Em Andamento

O que é

Campanha permanente idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça e coordenada, em âmbito estadual, pela CEVID, que visa promover a intensificação de júris e audiências de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídios.

Objetivo

Ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero, bem como dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Forma de Atuação

Engloba ações preventivas de veiculação social, com o intuito de prestar esclarecimentos acerca da aplicação da Lei Maria da Penha, bem como promover reflexão e ampliar o debate acerca das temáticas relacionadas à mulher e a questões de gênero.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- Igualdade de gênero
- Redução das desigualdades
- Paz, justiça e instituições eficazes

Macrodesafios do Poder Judiciário

- Efetividade na prestação jurisdicional
- Garantia dos direitos de cidadania

[Mais informações](#)





Viva em Paz

Comarca: União da Vitória

Realizado por: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Data de criação: 05/04/2015

Situação: em andamento

O que é

Sessões psicoterápicas coletivas para indivíduos que respondem perante as Varas Criminais da Comarca por crime de violência doméstica, atendendo a um dos comandos da Lei Maria da Penha.

Objetivo

Quebrar o ciclo de violência desencadeado no núcleo familiar, bem como junto ao próprio “agressor”, de modo que tal prática não mais ocorra nos futuros relacionamentos do homem agressor e nem seja repetido pelos menores que presenciam a violência no âmbito familiar. Ainda objetiva colher dados sobre a violência doméstica para compreender as razões que desencadearam as atitudes violentas na região.

Forma de Atuação

Sobrevindo sentença penal em casos de violência doméstica em processo crime, o Juízo Criminal encaminha o agente agressor ao CEJUSC para que este compareça às sessões de psicoterapia de grupo. Eventualmente, os encaminhamentos ocorrem também no decorrer da ação penal, logo após a situação de flagrante, quando da concessão de medidas protetivas ou diretamente pela Delegacia de Polícia via CEJUSC – após avaliação pormenorizada dos benefícios do encaminhamento imediato.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- o Erradicação da pobreza
- o Saúde e bem-estar
- o Educação de qualidade
- o Igualdade de gênero

Macrodesafios do Poder Judiciário

- o Efetividade na prestação jurisdicional
- o Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- o Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- o Melhoria da Gestão de Pessoas

[Mais informações](#)



ÍNDICE REMISSIVO

A		Central de Reflexão	217
A.P.P – Atendimento Presencial Postergado	160	Ciclo de Oficinas - Conhecendo a Deficiência	15
Ação Cuidados com a Saúde Mental	237	Cidadania em Cena	129
Ação Saúde do Coração	239	Circulando Relacionamentos	200
Adoção Segura	21	Citação e Intimação Online	248
AdoleSendo	126	Combate à Evasão Escolar	57
AMAM: Associação de Mulheres que Acolhem Mulheres	266	Confiar	130
Amigos do Povo	48	Conhecendo o Foro Extrajudicial	95
Aplicativo A.DOT	23	CONSEG Resolve	202
Aprendendo a Aprender	50	Conversando sobre nossos filhos - Grupo de pós-adoção	25
Audiências Unas - Aplicação da Lei 9.099/95 em sua concepção máxima	90	Criança e Adolescente Protegidos	131
		Custódia Restaurativa	175
B		D	
Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais	92	Daqui pra Frente	219
Borboletinhas	52	Dedica - Olhares para a Infância e Juventude	133
		Desatando Nós	267
C		Digitalização de processos físicos por pessoas com deficiência auditiva	16
Café no Fórum	53	Diploma de Mérito Funcional	96
Cantinho do Acolhimento	128		
Capacitações em Mediação Judicial } e Justiça Restaurativa	182	E	
CECON – Centro de Conciliação dos Juizados Especiais	184	E agora José?	221
CEJUSC “Da Casa Fácil”	187	Eficiência na Judicialização da Saúde Suplementar	204
CEJUSC Bancário – Superendividamento – Equilibrando as Contas	185	Eleitor do Futuro	59
CEJUSC Fazendário	189	Encontro de Gestão Judiciária Sustentável	97
CEJUSC Fundiário	191	Encontro Nacional de Preparação On-line para Pretendentes à Adoção	27
CEJUSC NUMEC	193	Encontro Regional da Administração com Magistrados e Servidores do Primeiro Grau de Jurisdição - ENCORAJ	98
CEJUSC PROCON	194	Enredando Caminhos	268
CEJUSC Recuperação Empresarial	196	Entrega Consciente	29
CEJUSC Virtual	198	Escola Amiga da Adoção	30
CEMSU – Central de Medidas Socialmente Úteis	173	Escola de Pais/Mães	61
Central de Movimentações Processuais	93	Escola Restaurativa	63

Espaço Mulher	269	Justiça e Cidadania também se aprendem na escola	139
Eu Com Verso	41	Justiça Itinerante – Paraná em Ação	161
EXCUBITOR – Gestão de Audiências	249	Justiça no Bairro	162
F		Justiça Restaurativa e as Duas Faces da Moeda	275
Falando em Família	205	Justiça Seja Feita	164
Falando sobre socioeducação	135	M	
Família Alvinegra	33	Maria nas Escolas	68
Família Legal	34	Maria nos Bairros	277
Filho: “O bem que não se partilha”	137	Meditação no TJPR	241
Força-Tarefa reduz em mais de 40% acervo de JEC do interior	100	Módulo de Jurisdição Extraordinária	105
Fórum de Conciliação Virtual	250	N	
G		Na Balança	243
GAAT - Grupo de Apoio à Adoção de Toledo	36	Na medida que eu penso	141
Grupo de Apoio no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	271	Novo Repositório COVID-19	106
H		Núcleo de Inteligência da 2ª Vice-Presidência	107
História do Judiciário Paranaense – Entrevistas	179	Núcleo Promocional Pequeno Anjo	143
História do Judiciário Paranaense	178	O	
Humaniza	272	Ofício no Cárcere	222
I		Operação Litoral 2019/2020	165
Implantação da Patrulha Maria da Penha	273	P	
Informativo de Jurisprudência da Infância e da Juventude	102	Pacificar é Divino	209
Instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	207	Pai Presente é Pai Responsável	145
Intimação por WhatsApp nos Juizados Especiais	252	Papo de Homem	69
J		Parâmetros de atuação do Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e anexos de Ponta Grossa	278
Jovens Promissores na Socioeducação do Município de Toledo	67	Participação na XIV Semana Nacional da Conciliação	211
Jovens Promissores	65	Paz no Ambiente Escolar	70
Juizado Consensual de Trânsito – B@TEU	254	Pertencer	213
Jurisprudência em Segredo de Justiça – Análise e Liberação de Ementas	104	PIA da 2ª Vice	147
		Plantão de Acolhimento Psicológico - PLAPSI	280

Plantão Social	282	Q	
Preparação de adolescentes para o mercado de trabalho	72	QR CODE na Ouvidoria do TJPR	258
PROA - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem	74	Quick massage no Poder Judiciário do PR	245
PRODARF	256	R	
Programa “Responsabilidade no Pagamento de Dívidas Judiciais pelos Entes Públicos - Selo Bom Pagador”	111	Reconhecer	285
Programa Comarca Socioresponsável	76	Recuperação de mobiliário realizado por apenados	116
Programa Formação de estagiários	109	Rede de Ajuda CEJUSC/CORONAVÍRUS (RAC)	45
Programa Interdisciplinar de Solução de Conflitos	148	Reforma da cadeia Pública de Arapoti	170
Programa Jovem Cidadão no Mercado de Trabalho: inclusão e desenvolvimento	77	Reinserção Social pela Leitura	82
Programa Jovens Promissores	79	Ressocializando pelo Amor aos Animais	232
Programa Justiça ao Espectador – Esportes e Grandes Eventos	168	Retratos	286
Programa Resolve/CNJ – Expurgos inflacionários nas contas de poupança – Mutirões de Adesão Voluntária ao Acordo Coletivo	214	Revista Eletrônica da Ouvidoria de Justiça	118
Projeto AJA - Qualificação e aprendizagem de adolescentes acolhidos	81	Revitalização da Assessoria de Recursos	119
Projeto Amparo	42	Rolê Cívico Paranaense	83
Projeto Construindo um Futuro	151	Rolê Cívico Virtual	86
Projeto de Apadrinhamento -Carinho, Respeito e Amizade	153	Rolê Cultural	87
Projeto de Combate à Violência Doméstica	283	S	
Projeto de Gestão de Riscos	112	Sala de testes – Audiências por Videoconferência	259
Projeto de Integração Social Pela Arte	224	Semana da Criança e do Adolescente no Judiciário	157
Projeto Dindo	155	Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa	288
Projeto Flor de Mandacaru	226	Sustentação Oral por Videoconferência nas Turmas Recursais	260
Projeto Girassol	43	T	
Projeto Qualidade de Vida	228	TJPR – 130 anos de história	180
Projeto Restaurando Vínculos	230	TJPR e Copel visam o uso racional de energia elétrica	121
Promoção da acessibilidade e inclusão	18	Travessia	234
Promoção da cultura e de bem-estar	114	U	
Prossiga	263	Um Outro Destino – A entrega consciente em adoção	38
		Usina Minigeradora Fotovoltaica do TJPR	123
		V	
		Viva em Paz	290



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ